



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

FERNANDO LOURENÇO DA SILVA NETO

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEFESA NACIONAL NAS FRONTEIRAS:
A OCUPAÇÃO MILITAR NA AMAZÔNIA ORIENTAL – BREVE VISÃO HISTÓRICA

FORTALEZA-CEARÁ

2020

FERNANDO LOURENÇO DA SILVA NETO

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEFESA NACIONAL NAS FRONTEIRAS:
A OCUPAÇÃO MILITAR NA AMAZÔNIA ORIENTAL – BREVE VISÃO HISTÓRICA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota.

FORTALEZA-CEARÁ

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Silva Neto, Fernando Lourenco da.

Políticas públicas de defesa nacional nas fronteiras: a ocupação militar na Amazônia oriental breve visão histórica [recurso eletrônico] / Fernando Lourenco da Silva Neto. - 2020.

118 f. : il.

Dissertação (Mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas - Profissional, Fortaleza, 2020.

Orientação: Prof. Dr. Francisco Horacio da Silva Frota.

1. Políticas Públicas. 2. Defesa Nacional. 3. Fronteira. 4. Ocupação Militar. 5. Amazônia

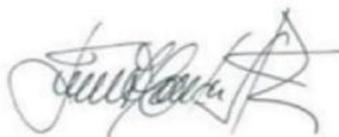
FERNANDO LOURENCO DA SILVA NETO

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEFESA NACIONAL NAS FRONTEIRAS: A
OCUPAÇÃO MILITAR NA AMAZÔNIA ORIENTAL - BREVE VISÃO
HISTÓRICA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 22/01/2020

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Francisco Horácio da Silva Frota (Orientador)
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof. Dr. Alexandre Gomes Galindo
Universidade Federal do Amapá - UNIFAP



Prof.^a Dr.^a Kátia Paulino dos Santos
Universidade Estadual do Amapá - UEAP

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus Pai, Filho e Espírito Santo.

A minha querida e amada esposa, pelas horas, meses e anos de compreensão dispensados e pelas doces palavras de incentivo.

Aos meus amados filhos, que souberam entender a razão de em muitos momentos estar ausente.

A minha querida mãezinha e irmãos, pelo amor e incentivos dedicados.

Aos amigos e amigas do Curso de Mestrado, pela convivência de um tempo que foi tão nosso, e que a amizade forjada seja maior que a distância que um dia possa nos separar.

Aos queridos Dr. Professores, estimadíssimo Dr. Professor Orientador e amado Dr. Professor Coordenador do Curso de Mestrado; pela dedicação e amizade ao longo desses meses e anos, os meus agradecimentos.

Enfim, a todos abraço no final dessa jornada, com um profundo sentimento de gratidão, dedicando-lhes também os meus méritos.

OBRIGADO!

“Nada há de mais persuasivo para o sucesso, do que a firmeza de vontade e o anseio da glória” (Leopoldo Von Ranke).

“É certo que não dormita, nem dorme o guarda de Israel. O senhor é quem te guarda; o Senhor é a tua sombra à tua direita. De dia não te molestará o sol, nem de noite, a lua. O Senhor te guardará de todo mal; guardará a tua alma. O Senhor guardará a tua saída e a tua entrada, desde agora a para sempre”. Amém.

(Salmos 121:4-8).

RESUMO

Não há como falarmos de fronteiras internacionais e seus limites, sem antes adentrarmos numa discussão sob os aspectos históricos, conceituais e geográficos. A literatura sobre o tema não é muito vasta, no entanto, é bastante significativa, onde encontramos inúmeras classificações motivadas por suas peculiaridades, levando-nos a várias categorias de fronteiras-limite. Por isso, durante quase todo o princípio do século XX, ocorreu uma forte discussão sobre a classificação das fronteiras, sendo a mais difundida e conhecida, a classificação das fronteiras em naturais e artificiais. A Faixa de Fronteira Internacional Brasileira acaba por assumir um novo papel estratégico como áreas de interação política e integração econômica. Em resposta a essa dinâmica de funcionamento, as estratégias do governo brasileiro nos últimos 20 anos vêm sendo traçadas no sentido de se executar uma política de boa vizinhança tanto no contexto regional (Faixa de Fronteira), como também mundial. Pelo exposto, esta pesquisa tem como objetivo compreender o cenário de atuação dos atores da gestão pública na área da Amazônia Oriental, a capacidade de implementação das políticas públicas de responsabilidade do Estado com predominância para a realidade, juntamente com suas peculiaridades de formação e de dinâmica socioespacial, tendo em vista sua localização estratégica. Como não se pode desenhar um trabalho desta natureza sem que se apoie na metodologia da investigação científica, houve uma apropriação da mesma no sentido de estabelecer os caminhos para a sua execução, quando se definiu devido seu teor a pesquisa (abordagem) do tipo quanti-qualitativa, através da modalidade (procedimento) bibliográfica, histórica e documental. É também quanto a sua natureza e objetivos (finalidade), uma pesquisa aplicada, exploratória e explicativa. Adotando o procedimento metodológico do levantamento bibliográfico e análise de dados, a presente investida investigativa buscou avaliar o papel do Brasil no que diz respeito as iniciativas de integração e segurança dos países amazônicos, integrando essa abordagem com a compreensão da dinâmica de segurança integracional da Amazônia Transnacional, em especial a Amazônia Oriental. É com base nesse percurso, que surge como resultado uma análise ampliada da importância desta região na América do Sul, a partir de inúmeros caminhos conceituais e históricos, permitindo vislumbrar aspectos fundamentais dessa região.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Defesa Nacional. Fronteira. Ocupação Militar. Amazônia Oriental.

ABSTRACT

There is no way to talk about international borders and their limits, without first entering into a discussion from the historical, conceptual and geographical aspects. The literature on the topic is not very vast, however, it is quite significant, where we find numerous classifications motivated by their peculiarities, leading us to various categories of boundary boundaries. For this reason, during almost the entire beginning of the 20th century, there was a strong discussion about the classification of borders, the most widespread and well-known being the classification of borders into natural and artificial. The Brazilian International Border Strip ends up assuming a new strategic role as areas of political interaction and economic integration. In response to this dynamic of operation, the strategies of the Brazilian government in the last 20 years have been outlined in order to implement a policy of good neighborhood both in the regional context (Strip), as well as worldwide. From the above, this research aims to understand the scenario of the performance of public management actors in the area of the Eastern Amazon, the ability to implement public policies under the responsibility of the State with predominance for reality, together with their peculiarities of formation and dynamics socio-spatial, in view of its strategic location. As it is not possible to design a work of this nature without relying on the methodology of scientific investigation, it was appropriated in the sense of establishing the paths for its execution, when the quantitative type of research (approach) was defined due to its content. qualitative, through the bibliographic, historical and documentary modality (procedure). It is also related to its nature and objectives (purpose), applied, exploratory and explanatory research. Adopting the methodological procedure of bibliographic survey and data analysis, the present investigative approach sought to assess the role of Brazil with regard to the integration and security initiatives of Amazonian countries, integrating this approach with the understanding of the dynamics of integrational security in the Transnational Amazon , especially the Eastern Amazon. It is based on this path that an expanded analysis of the importance of this region in South America emerges as a result, from numerous conceptual and historical paths, allowing to glimpse fundamental aspects of this region.

Keywords: Public Policies. National defense. Border. Military Occupation. Eastern Amazon.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Fronteira com a Guiana Francesa.....	24
Figura 2 -	Processo de securitização e dessecuritização.....	48
Figura 3 -	Padrões de relacionamento.....	49
Figura 4 -	Subcomplexo emergente.....	50
Figura 5 -	Critérios físicos.....	52
Figura 6 -	Critérios ecológicos.....	52
Figura 7 -	Critérios político-administrativos.....	53
Figura 8 -	Eixos da Amazônia transnacional.....	53
Figura 9 -	Tratado de Tordesilhas, de 1.494.....	75
Figura 10 -	Mapa mais antigo do Brasil.....	75
Figura 11 -	Vicente Yáñez Pinzón.....	76
Figura 12 -	Duarte Pacheco Pereira.....	76
Figura 13 -	Chegada da frota de Pedro Álvares Cabral.....	77
Figura 14 -	Terras pós Tratado de Tordesilhas.....	78
Figura 15 -	Localização de Fortificações na Amazônia.....	79
Figura 16 -	Localização de Fortificações na Amazônia Colônia.....	79
Figura 17 -	Brasão do EB.....	81
Figura 18 -	Área subtraída do Amapá pela França.....	85
Figura 19 -	PEF, em Cucuí/AM.....	86
Figura 20 -	Pelotões Especiais de Fronteira – 2018.....	87
Figura 21 -	Colônia Militar de Clevelândia do Norte em 1942.....	87
Figura 22 -	Região da Guerrilha do Araguaia.....	88
Figura 23 -	Projeto Rondon.....	88
Figura 24 -	Transamazônica antes.....	89
Figura 25 -	Transamazônica depois.....	89
Figura 26 -	Tucuruí.....	90
Figura 27 -	Alumar.....	91
Figura 28 -	ICOMI.....	91
Figura 29 -	CARAJÁS.....	92
Figura 30 -	Programa Calha Norte.....	93
Figura 31 -	Programa Calha Norte.....	93
Figura 32 -	Brasão do CMA.....	94

Figura 33 - Brasão da 8ª RM.....	94
Figura 34 - Antigo CMA.....	95
Figura 35 - Atual CMA e CMN.....	95
Figura 36 - Brasão CMN.....	96
Figura 37 - Fachada do CMN.....	96
Figura 38 - Brasão da 22ª BDA INF SL.....	97
Figura 39 - Década de 60. Aproximadamente 10.000 militares.....	97
Figura 40 - Atualmente. Aproximadamente 30.000 militares.....	98
Figura 41 - Engenharia do EB.....	99
Figura 42 - Engenharia do EB na BR 163.....	99
Figura 43 - Organograma do CMN.....	100
Figura 44 - Organograma da 8ª RM.....	101
Figura 45 - Organograma da 22ª BDA INF SL.....	101
Figura 46 - Organograma da 23ª BDA INF SL.....	102
Figura 47 - 1º PEF de Tiriós (Parque do Tumucumaque – PA).....	103

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ASPECTOS CONCEITUAIS E INTRODUTÓRIOS.....	26
2.1	O Funcionalismo Neoliberal.....	29
2.2	A interdependência complexa.....	30
2.3	O Realismo.....	31
2.4	O Neo-Realismo.....	33
2.5	Marxismo, Materialismo Histórico de Marx, e o Marxismo de Lênin.....	34
2.6	O Construtivismo.....	36
3	FRONTEIRAS INTERNACIONAIS E SEUS LIMITES: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	38
4	O PAPEL DO BRASIL NO BINÔMIO INTERAÇÃO/SEGURANÇA NA AMAZÔNIA.....	47
4.1	O conceito de securitização e dessecuritização, a abordagem multisetorial de segurança e os complexos regionais de segurança – CRS.....	47
4.2	A complexidade de delimitação da Amazônia Transnacional.....	51
4.3	Plano Estratégico de Fronteiras.....	56
5	A OCUPAÇÃO MILITAR NA AMAZÔNIA ORIENTAL.....	71
5.1	Breve Visão Histórica.....	71
5.2	O exército e a ocupação militar na Amazônia Oriental.....	74
5.2.1	Relação Portugal x Espanha e o Descobrimento do Brasil.....	75
5.2.2	Amazônia Colônia.....	78
5.2.3	Amazônia Império.....	83
5.2.4	Amazônia República.....	84
5.2.5	Amazônia Oriental e o Exército.....	93
5.2.6	Organograma das Organizações Militares da Amazônia Oriental.....	100
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
	REFERÊNCIAS.....	108

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa parte da necessidade de análise da criação e implementação de políticas públicas na faixa de fronteira, em contraste principalmente com as reais condições socioeconômicas nos municípios fronteiriços, em especial o caso da Amazônia Oriental, que se apresenta como uma região estratégica, pois faz divisão com a região ultramarina da Guiana Francesa.

A partir das perspectivas presentes nesta região brasileira, se tem como proposta de investigação a análise a respeito de como se dão as políticas públicas de defesa nacional nessa região e como se articula a presença militar na Amazônia Oriental, executando-se por meio de um apanhado histórico que permita circunscrever uma leitura que faça o intermédio entre estes dois polos de atuação política.

A pesquisa foi realizada por meio do levantamento de estudos, artigos, além de pesquisas de natureza qualitativa e quantitativa. Buscou-se apresentar o cenário de atuação dos atores da gestão pública nesta área, a capacidade de implementação das políticas públicas de responsabilidade do Estado com predominância para a realidade, como já afirmado, da Amazônia Oriental juntamente com suas peculiaridades de formação e de dinâmica socioespacial, tendo em vista sua localização estratégica.

Segundo Pierre Bourdieu (2014, p. 490), com base nos ideais de Weber, o mesmo toma como referência a ideia de campos, tais como: a cultura, a religião, a economia, a defesa social, etc; sendo que cada campo tem seu agente, com suas respectivas autoridades, onde existe uma disputa clara entre estes campos, sendo o Estado o Meta Campo, uma burocracia INSULADA (corpo técnico permanente), pois é o que mantém o Estado em funcionamento. O Estado é portanto, “aquele que detém o monopólio da segurança física (violência) e simbólica”.

Este levantamento e análise visa apresentar as restrições, limitações e aspectos relevantes a respeito das características das políticas públicas destinadas a regiões fronteiriças e como essas se mostram insuficientes para dar conta das demandas dessa localidade, que carece de uma presença socioeconomicamente mais efetiva do Estado, que não cumpre com requisitos básicos como saúde, educação, segurança e infraestrutura urbana.

Isto caracteriza-se como uma incoerência para uma região que movimentava altos valores em produtos e bens, intercambiando-os pela fronteira.

Diante do que se expõe, faz parte do escopo de objetivos desta proposta de pesquisa apresentar o contexto, as implicações, a complexidade e as limitações através de uma contextualização histórica da ocupação dessas regiões nas fronteiras, em especial a Amazônia Oriental a partir da consideração de Foucault (1999, p. 88), que afirma “[...] as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional, toma corpo nos aparelhos estatais, na formação da lei, e nas hegemonias sociais”, buscando verificar a conformidade destas políticas a respeito da sua articulação com os programas e as políticas públicas relacionadas a esta temática, conforme a ocupação e evolução social dessas áreas.

De outro giro, faz-se necessária também a avaliação do papel do Brasil no contexto de iniciativas de integração e segurança dos países Amazônicos, com o objetivo de melhor se compreender a dinâmica de integração e segurança na Amazônia Transnacional, em especial a Amazônia Oriental, e sua importância na América do Sul; bem como analisar o insurgente papel do Brasil como maior país amazônico no binômio Integração/Segurança na região.

1.1 O problema de pesquisa

Com o processo da revolução tecnológica e os seus constantes avanços, a globalização, assim como os processos de intercâmbios e interações entre nações, desenvolveu-se uma poderosa transformação na dinâmica territorial e cultural dos Estados nacionais.

A partir do advento da internet e da rede mundial de computadores, dos quais se pôde obter conexão e troca com outros usuários ao redor do globo, se delimitou um cenário que borrou as linhas das territorializações, desterritorializando-as no campo simbólico, cultural e imagético. Porém, estas fronteiras e limites não deixaram de existir como muitos advogaram que aconteceria. Posto que o que se assistiu nas últimas décadas é uma mudança funcional das fronteiras.

As fronteiras que anteriormente eram entendidas como algo concreto, definida em espaços meramente geográficos, com os limites internacionais e constituída por processos sócio históricos, atualmente apresentam características muito mais complexas, conforme formula Machado (2011).

Essas novas complexidades se dão pela forma como se compreende os componentes que se dimitem a noção de fronteira territorial, que leva em conta aspectos que vão para além de condições geográficas e espaciais. Costumes, elementos culturais, simbólicos e narrativos, também são detalhes que nos ajudam a apreender um quadro mais realista, mas sem abrir mão do entendimento de que existam características a respeito de limites fronteiriços que estão no campo do intangível, do abstrato, do não-mensurável, como é o caso das comunidades indígenas que habitam a região norte do Amapá, na divisa com território de domínio francês.

Portanto, analisar as Políticas Públicas na Faixa de Fronteira, nos remete a necessidade de uma visão holística da política internacional, a qual nos aponta na direção da ocorrência de mudanças significativas, em termos de referência regional. Mais do que somente uma percepção ampla sobre política internacional, cabe aqui sublinhar a relevância de um conceito que estrutura de forma equânime e coesa, a linha argumentativa desta proposta de pesquisa, que é a nacionalidade.

O peso da nacionalidade enquanto dispositivo simbólico estruturante, para fazer resgate dos termos de Foucault (1985), tem essa poderosa ferramenta semiótica de honra e soberania que impetra e sedimenta determinada visão sobre o espaço onde aquele corpo comunitário estabelece suas trocas culturais, econômicas e sociais. Este conceito demonstra sua importância de forma definitiva quando aplicada a percepção de unidade existente na América Latina, que funciona como uma espécie de comunidade mais ampliada, apresentando-se como um elemento chave para criar uma leitura detalhada dessa conjuntura demonstrada na realidade fronteiriça da Amazônia Oriental, como no município amapaense de Oiapoque.

Nesse contexto, Preciado (2008), nos aponta no sentido da existência de duas regiões bem demarcadas, quais sejam: a América Central e o Caribe, com relações capitaneadas pelos EUA, e a do Sul (América do Sul) onde as relações entre os países que compõem o cone sul são mais estreitas e concomitantes politicamente, exatamente pelo aspecto que foi abordado no parágrafo anterior.

Esta visão consolidada dessa comunidade ampliada, fortalece a ideia de proximidade e familiaridade entre latino-americanos.

Ao tratar de fronteiras nacionais, Wilson e Donnan (2012), nos indicam que estas constituem um importante locus das mudanças que ocorrem na vida nacional e na economia política internacional.

É nestas zonas que se identificam de forma mais patente as raízes das dinâmicas de cidades transfronteiriças da Amazônia Oriental, como é o caso do Oiapoque. Mesmo sendo um município brasileiro, onde operamos financeiramente com o Real sendo moeda corrente, diversos estabelecimentos seus recebem em euro, sem a necessidade de câmbio.

Existe uma estrutura social que se dinamiza a partir de influências que não são necessariamente compartilhadas nas demais regiões e localidades do país, exatamente pelo fato de que é na zona fronteiriça onde fica mais evidente a relação entre Estado, território e poder, e de como este fenômeno interfere na forma como se modela o fluxo social dessa localidade.

Na Amazônia Oriental, o caso do Oiapoque é emblemático no seu aspecto mais gritante: a ausência de uma presença efetiva e real do Estado e seus aparatos de segurança, saúde, educação, assistência social, distribuição de renda, entre outros, o que abre a oportunidade de uma organização social alternativa que age à revelia da lei, mas com princípios e procedimentos próprios de funcionamento.

Neste aspecto, a Faixa de Fronteira Internacional Brasileira acaba por assumir um novo papel estratégico com áreas de interação política e integração econômica. Em resposta a essa dinâmica de funcionamento, as estratégias do governo brasileiro nos últimos 20 anos vêm sendo traçadas no sentido de se executar uma política de boa vizinhança tanto no contexto regional (Faixa de Fronteira), como também mundial (SUPERTI, 2015). Considerando o que foi colocado, faz parte do esforço investigativo desta pesquisa questionar: como se estruturam as análises que dizem respeito das possibilidades das Políticas Públicas de dar conta do atual cenário da Amazônia Oriental? Os atores responsáveis pela gestão pública assim como também acompanhar a implementação de políticas públicas de Estado, estão levando em conta as peculiaridades de formação e de dinâmica socioespacial, tendo em vista sua localização estratégica?

Com esta perspectiva por guia, e para detalhar essa abordagem, priorizou-se abordar os seguintes tópicos: a ocupação militar na Amazônia Oriental; assim como traçar uma breve visão histórica, levando em conta as Fronteiras Coloniais na Amazônia Oriental, assim como o Exército e a ocupação militar na Amazônia Oriental; a relação de Portugal e Espanha; as polêmicas e evidências que envolvem o descobrimento do Brasil; assim como será também posto em leitura detalhes sobre as características da Amazônia no período Colonial, no Imperial e no Republicano,

assim como aspectos da relação entre Amazônia Oriental e o Exército, juntamente com Organograma das Organizações Militares da Amazônia Oriental e a visão de futuro das Organizações Militares desta região da amazônica.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Elaborar uma problematização estruturada para levar em consideração as possibilidades da capacidade das Políticas Públicas em apresentar o cenário de atuação dos atores da gestão pública nesta área da Amazônia Oriental, a capacidade de implementação das políticas públicas de responsabilidade do Estado com predominância para a realidade, juntamente com suas peculiaridades de formação e de dinâmica socioespacial, tendo em vista sua localização estratégica, avaliando o papel brasileiro no contexto de iniciativas de integração e segurança dos países amazônicos.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Traçar aspectos históricos, conceituais e geográficos sobre Fronteiras Internacionais e seus limites;
- b) Apresentar conceitos de Nação e Nacionalidade, Nacionalismo e Internacionalismo;
- c) Elaborar uma leitura sobre o papel do Brasil no binômio interação / segurança na Amazônia e a relevância do seu papel no contexto de integração e segurança na Amazônia Transnacional;
- d) Escrutinar o conceito de securatização e desecuritização;
- e) Executar análise da abordagem Multisetorial da Segurança e os Complexos Regionais de Segurança (CRS);
- f) Expor a complexidade de delimitação da Amazônia Transnacional;
- g) Definir a importância, em breves aspectos conceituais, das relações internacionais;
- h) Elaborar uma sucinta visão geral sobre o processo de ocupação militar na Amazônia Oriental.

1.3 Indicação metodológica

1.3.1 Aspectos conceituais

A metodologia a ser empregada é de uma importância *sine qua non*, haja visto que ela é:

o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo-conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (LAKATOS ; MARCONI, 1991, p. 83)

Bem sabemos que a metodologia científica tem uma história a qual acompanhou pari-passo a história da humanidade. Desde a Grécia Antiga com suas filosofias, passando pela Idade Média com a dominação do Teocentrismo, o Renascimento com a revolução das artes e letras, até a época da Ciência Moderna conhecida como “Século das Luzes”. Digo isso, pois é notório que, paulatinamente, a humanidade buscou a formação do saber científico. Onde esse saber deverá ser construído a partir das observações da realidade e as possíveis explicações, deverão ser submetidas à prova de experimentação.

Popper (1991), nos alerta que “o método científico deve partir de um problema de pesquisa ao qual se oferece uma espécie de solução provisória (teoria/hipótese), passando-se depois a criticar a solução (falseabilidade da hipótese), com vistas a se eliminar o erro, e isto dará lugar a novos problemas de pesquisa”. Dito isso, percebemos que o Raciocínio Indutivo se complementa com o Raciocínio Dedutivo no contexto da hipótese, ou seja, da resposta antecipada ao problema de pesquisa.

Vejamos algumas definições sobre hipótese:

Enunciado geral de relações entre variáveis (fatos, fenômenos). Formulado como solução provisória para um determinado problema, apresentando caráter preditivo ou explicativo; compatível com o conhecimento científico (coerência externa) e revelando consistência lógica (coerência interna); sendo passível de verificação empírica em suas consequências (LAKATOS e MARCONI, 1999, p. 126).

De outro giro, Richardson (2011, p. 27), nos diz que “em termos simples, uma hipótese é uma resposta possível de ser testada e fundamentada para uma pergunta feita relativa ao fenômeno escolhido”.

A importância da pesquisa para a formação acadêmica do pesquisador, surge justamente dessas inquietações, dessa busca incessante e como já antes supramencionada, a metodologia científica tem uma história a qual acompanhou pari-passo a história da própria humanidade.

Como não se pode desenhar um trabalho desta natureza sem que se apoie na metodologia da investigação científica, houve uma apropriação da mesma no sentido de se estabelecer os caminhos para a sua execução; quando se definiu devido seu teor, classificá-la quanto: à sua natureza/finalidade, objetivos, procedimentos técnicos (modalidades) e abordagem, como sendo:

1.3.2 Quanto a sua natureza/finalidade

Do ponto de vista de sua natureza/finalidade, constitui-se numa pesquisa aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, no sentido de se encontrar possíveis soluções para os problemas existentes quanto à problematização que será estruturada a respeito das possibilidades da capacidade das Políticas Públicas em apresentar o cenário de atuação dos atores da gestão pública nesta área da Amazônia Oriental, a capacidade de implementação das políticas públicas de responsabilidade do Estado com predominância para a realidade, juntamente com suas peculiaridades de formação e de dinâmica sócio-espacial, tendo em vista sua localização estratégica.

Tem como objetivo também, a avaliação do papel do Brasil no contexto de iniciativas de integração e segurança dos países Amazônicos, com o objetivo de melhor se compreender a dinâmica de integração e segurança na Amazônia Transnacional, em especial a Amazônia Oriental, e sua importância na América do Sul; bem como analisar o insurgente papel do Brasil como maior país amazônico no binômio Integração/Segurança na região (OTANI; FIALHO, 2011).

1.3.3 Quanto a abordagem do problema

Do ponto de vista da abordagem do problema, optar-se-á por uma pesquisa do tipo quanti-qualitativa. Posto que:

As investigações qualitativas e quantitativas são bastante diferentes em termos de desenho, da relação com os dados, da estratégia de investigação, da forma de organizar as equipes de trabalho e da visão epistemológica (sobre a construção do conhecimento) do investigador. Essa diferença notável é que nos permite considerar que devam estar integradas, e, por conseguinte, explorar as potencialidades de cada uma. As diferenças, em vez de um obstáculo, são uma possibilidade que, adequadamente utilizada, pode trazer produtos científicos da maior qualidade (BRICEÑO-LEÓN, 158, p. 2003).

Quantitativa, pois se utilizará de métodos estatísticos, para traduzir em números, as informações relativas ao aporte de investimentos estatais dispendidos e a sua execução, e se os mesmos são o suficiente para a equidade entre a demanda social e as políticas públicas presentes nos municípios fronteiriços.

Ela também será qualitativa, pois da análise dos dados a serem coletados e tabulados, processar-se-á indutivamente, a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados, considerando a existência de uma relação dinâmica entre os dados e o objeto estudado.

Há de se frisar que os resultados ora alcançados, corroboram com Gonsalves (2001, p. 68) e Otani; Fialho (2011, p. 37), pois demonstram que atualmente há uma forte e presente desarticulação institucional, em promover o que há de mais básico para a população local fronteiriça.

1.3.4 Quanto aos Objetivos

Segundo Gil (2008), do ponto de vista dos objetivos, esta pesquisa classifica-se como exploratória, pois buscará proporcionar uma familiarização com a legislação pertinente ao tema, de forma a conhecer suas minúcias. É também explicativa, considerando que visará identificar os fatores que contribuem para a falta e/ou descontinuidade na capacidade de implementação das políticas públicas de responsabilidade do Estado (OTANI; FIALHO, 2011, p. 36).

Vale frisar que a divisão entre a pesquisa exploratória e explicativa não será estanque. Haja posto que na prática científica, observa-se que se pode

considerar esses momentos, de forma conjunta, como instrumentos constitutivos do processo de pesquisa.

Diante do exposto, percebe-se que é possível fazermos então, uma combinação que seja plausível para a resolução do problema de pesquisa proposto.

1.3.5 Quanto aos Procedimentos Técnicos

Quanto aos procedimentos técnicos, do ponto de vista das modalidades, utilizar-se-á a pesquisa do tipo bibliográfica e documental, o que proporcionará uma visão geral deste tema, ainda pouco explorado e sistematizado.

A pesquisa será documental, pois se utilizará de informações organizadas por ente estatal, contudo, comunicadas e sistematizadas de diferentes maneiras. (GONSALVES, 2001, p. 68; GIL, 2008, p. 27). Nesse diapasão, Lakatos e Marconi (1999, p. 174) nos alertam que “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”.

É também bibliográfica, posto que buscará também contribuições em manuais, livros e produções científicas independentes, todas afetas ao tema. (OTANI; FIALHO, 2011). Senão vejamos:

A pesquisa bibliográfica abrange a bibliografia publicada em relação ao problema de pesquisa, em jornais, livros, monografias, dissertações, teses, artigos em revistas científicas, até em meios de comunicação orais, filmes, documentários, gravações de programas etc. Esse tipo de pesquisa coloca o pesquisador em contato com tudo que foi escrito, dito ou filmado sobre um assunto determinado, inclusive conferências seguidas de debate, publicadas, gravadas, filmadas (LAKATOS ; MARCONI, 1999, p.183).

É nessa modalidade de pesquisa que estrutura-se um percurso intelectual que permite a percepção de ligações epistemológicas e conceituais entre diversas referências que sedimentam um mosaico intelectual de considerações elaboradas em díspares plataformas sobre um certo campo do saber. É por estas razões que também esta investigação acadêmica adota esse expediente como procedimento metodológico.

1.3.6 Quanto ao local

O papel do Brasil nesse contexto de integração e segurança na Amazônia Transnacional, em especial na Amazônia Oriental e no subcontinente; de forma geral é de grande relevância e alguns dados atribuem ao Brasil esse papel, pois segundo Correa (2014):

- a) É o maior país da América do Sul;
- b) Detêm a maior parte da Amazônia Transnacional (67,9%);
- c) Faz fronteira c/ todos os países amazônicos, menos Equador;
- d) Sua população equivale a quase metade da população do subcontinente (49%);
- e) Seu PIB significa mais da metade do PIB da região (56%).

A Amazônia Oriental é constituída pelos municípios localizados nos estados do Amapá, Pará, Maranhão e Tocantins. Também fazem parte da Amazônia Oriental, os municípios localizados no estado do Mato Grosso, com exceção daqueles integrantes do Pantanal mato-grossense (IBGE, 2017).

É nessa região também que está localizada a maior bacia hidrográfica do mundo, a qual possui os seguintes aspectos significativos: área de 5,2 milhões de km², densidade populacional de 3,2 hab/km², 1/3 (um terço) das florestas tropicais da terra; e maior densidade biológica do planeta (IBGE, 2017).

Dentre os estados que compõem a Amazônia Oriental, O Município de Oiapoque é um dos 16 municípios que compõem o estado do Amapá, se situa no extremo norte do estado e possui extensão territorial de 22.625 km², com população total estimada de 25.514 habitantes, resultando em uma densidade demográfica de 0,91 hab./km² (IBGE 2017).

O Amapá ainda é um Estado recente, deixando de ser território do estado do Pará junto com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988. Estando no extremo norte do país, a cidade de Oiapoque está inserida neste contexto amazônico oriental que traz na sua própria história amplos desafios no que se refere a perspectiva desenvolvimentista.

O norte do país é uma das regiões com grandes peculiaridades locais, onde existe a imensa necessidade de elaboração de políticas públicas que

demonstrem sua efetividade na garantia das demandas de desenvolvimento aliado com sustentabilidade e preservação do meio ambiente.

O estado do Amapá, refletindo a realidade dos demais estados vizinhos da região, apresenta-se com fortes desigualdades e desequilíbrios sociais, haja vista que existem uma forte concentração demográfica e econômica circunscrita à capital, Macapá.

A cidade do Oiapoque, à exemplo de várias outras cidades da faixa de fronteira da Amazônia oriental, é uma das localidades brasileiras que passou por diversos percalços para sua definição territorial, muito em decorrência da sua posição estratégica que faz fronteira com o Platô da Guiana Francesa.

Almeida e Rauber (2017), apontam que foi por meio de diversas transformações nas circunstâncias de seu desenvolvimento, que o município se consolidou como território nacional. Contudo, estes autores salientam que, assim como demais zonas de fronteira transnacionais, principalmente da Amazônia oriental, Oiapoque também apresenta relações e contradições na sua dinâmica de funcionamento.

É necessário buscar a compreensão de como se dá a formação e organização socioespacial do município, a partir das próprias especificidades contidas no seu contexto tanto regional quanto internacional de desenvolvimento (ALMEIDA; RAUBER, 2017).

Os desafios geopolíticos para o desenvolvimento de Oiapoque encontram na situação de fronteira suas origens. Contudo, a consolidação desse desenvolvimento pressupõe compreender as sinuosidades das relações de fronteira emergentes da interculturalidade, das dinâmicas da migração e crescimento demográfico, da extração de recursos naturais e da infraestrutura, que caracterizam essa região como uma fronteira há séculos em construção (ALMEIDA; RAUBER, 2017, p. 475).

Oiapoque, manteve-se, pelos próprios aspectos da sua história, como uma localidade distante em relação ao domínio luso-brasileiro, o que se alterou quando suas fronteiras territoriais se delimitaram de forma mais definitiva, ainda que tardia.

Apesar de ser posicionada como localidade pertencente às fronteiras brasileiras, a cidade do Oiapoque — que dista a 600km da capital amapaense — tem seu funcionamento mais influenciado pelas relações transfronteiriças da sua

fronteira com a Guiana Francesa do que pelas relações comerciais e políticas com Macapá, distante 600km do Oiapoque (ALMEIDA; RAUBER, 2017).

Trago a seguir um amplo conjunto de dados a respeito da cidade do Oiapoque para dar dimensão a respeito da sua estrutura interna, de como se dá sua economia, emprego, lazer e rotina social.

Ao se referir aos marcadores Trabalho e Rendimento no Município de Oiapoque, em 2015, o salário médio mensal era de 1,9 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 6,2%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 10 de 16 (salário médio mensal), e 11 de 16 (pessoas ocupadas em relação à população), respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 2.500 de 5.570 (salário médio mensal), e 4.671 de 5.570 (pessoas ocupadas em relação à população), respectivamente.

Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 42,5% da população nessas condições, o que o colocava na posição 13 de 16 (domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa) dentre as cidades do estado do Amapá, e na posição 2.420 de 5.570 (domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa) dentre as cidades do Brasil. (IBGE 2017).

No que se refere ao tópico da Educação no Município de Oiapoque, em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 3,7 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 3,9. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 8 de 16. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 1 de 16. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 96 em 2010. Isso posicionava o município na posição 9 de 16 (escolarização de 6 a 14 anos) dentre as cidades do estado, e na posição 4.570 de 5.570 (escolarização de 6 a 14 anos) dentre as cidades do Brasil (IBGE 2017).

No fator Economia no Município de Oiapoque, de acordo com dados do IBGE 2015, apresentou Produto Interno Bruto – PIB per capita de R\$ 12.404,06 (doze mil, quatrocentos e quatro reais, e seis centavos) e Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (2010) de 0,658 (IBGE 2017).

Já no marcador Saúde no Município de Oiapoque, a taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 13,26 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0,1 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 11 de 16 (taxa de mortalidade infantil) e 12 de 16 (internações por diarreias), respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 2.434 de 5.570 (taxa de mortalidade infantil), e 4.734 de 5.570 (internações por diarreias), respectivamente (IBGE 2017).

No que diz respeito a Território e Ambiente no Município de Oiapoque, apresenta 24,8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 17% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 0,2% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio).

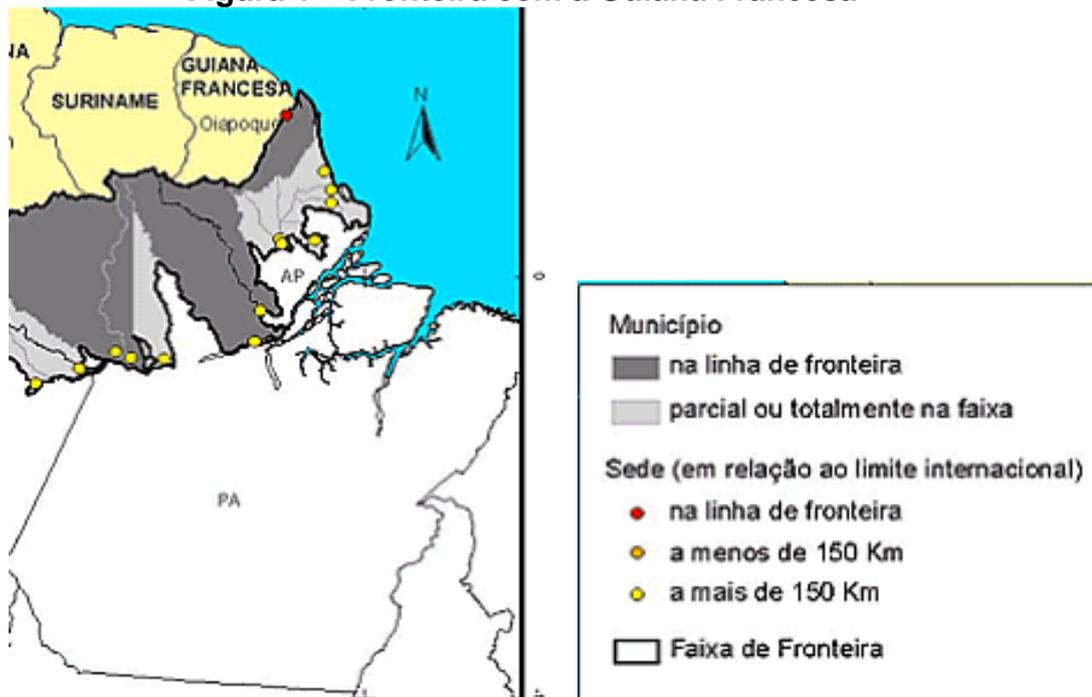
Quando comparado com os outros municípios do estado do Amapá, fica na posição 4 de 16 (domicílios com esgotamento sanitário), 13 de 16 (domicílios em vias públicas com arborização), e 11 de 16 (domicílios em vias públicas com urbanização adequada), respectivamente.

Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 3.368 de 5.570 (domicílios com esgotamento sanitário), 5.213 de 5.570 (domicílios em vias públicas com arborização), e 4.738 de 5.570 (domicílios em vias públicas com urbanização adequada), respectivamente. (IBGE 2017).

Quando se trata do tópico Fronteira, o Estado do Amapá possui 655 Km de fronteira com a Guiana Francesa (Rio Oiapoque), e 52 Km com o Suriname (área não habitada), em uma região predominantemente ocupada pela Floresta Amazônica.

A pouca ocupação do território propicia a ação de criminosos que atuam em ambos os lados da fronteira, especialmente nas áreas de tráfico de pessoas, armas, drogas, pedras preciosas, etc (MJ, 2016).

Figura 1 – Fronteira com a Guiana Francesa



Fonte: Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira.

O Amapá é conectado a Guiana Francesa, por meio da Ponte Binacional¹ no Município de Oiapoque, a qual está pronta desde 2011, e já custou aos cofres públicos mais de R\$ 61,2 milhões, sendo que o início da liberação do trânsito de pessoas e carros ocorreu no dia 20.12.2013. Contudo, a construção do Posto da Aduana - posto da alfândega - da Ponte Binacional, ficou pronta somente em novembro de 2014, orçada em R\$ 13,6 milhões.

Do lado Francês, o Posto da Aduana está pronto desde 2011, e conta com um efetivo de 60 policiais (G1 AMAPÁ, 2013). Estes investimentos ainda se mostram como insuficientes para atender as demandas sociais e econômicas daquela região, entendendo as inúmeras necessidades que ela apresenta, devido ao seu isolamento geográfico e também pela sua própria dinâmica de trânsito de bens e produtos.

¹A Ponte Binacional - sobre o Rio Oiapoque, que interliga o Amapá ao Platô das Guianas foi construída pelo Consórcio Ponte Estaiada, formado pelas empresas brasileiras (Egesa Engenharia SA e CMT Engenharia), vencedor da Licitação Internacional ocorrida em março de 2009 para a construção da obra. A homologação do resultado oficial da licitação ocorreu em Paris, na França, durante a segunda Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-França para a Construção da Ponte sobre o Rio Oiapoque, coordenada pelo Itamaraty. As obras de construção da Ponte Binacional que interligará o Brasil (AMAPÁ), com a Guiana Francesa, tem extensão de aproximadamente 400 metros com custo estimado em 61,2 milhões. A obra teve início em 13 de julho de 2009. A responsabilidade da construção é do governo Brasileiro e a fiscalização do país Francês. Sendo que os custos serão divididos igualmente entre os dois países (PORTAL GEA, 2017).

Em 21.08.2015, o Senado Federal aprovou três acordos assinados entre Brasil e França para a abertura da ponte binacional entre Oiapoque, no Amapá; e Saint-Georges, na Guiana Francesa. Os documentos fixam normas para transporte, saúde e tributação de cargas (G1 AMAPÁ, 2015). Sendo que o Diário Oficial da República Francesa publicou a promulgação dos acordos assinados com o Brasil, em maio de 2016, (G1 AMAPÁ, 2016).

Em 30.08.2016, a obra de conclusão da Aduana no entorno do lado brasileiro da Ponte Binacional sobre o rio Oiapoque, entre o Amapá e Guiana Francesa, recebeu um aporte de R\$ 14 milhões. A previsão de recursos foi do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. (G1 AMAPÁ, 2016).

Em 01.02.2017, o Itamarati entregou oficialmente a ponte Binacional ao Amapá e à França, através da Troca de Notas, ou seja, instrumento hábil de formalização do recebimento definitivo da Ponte Binacional (DIÁRIO DO AMAPÁ, 2017).

O empreendimento executado binacionalmente apresenta-se como um grande e importante passo de estreitamento comercial e político do Brasil com a França, alinhando a importância geográfica do Oiapoque como uma cidade fundamental no cenário das relações internacionais do Brasil.

2 RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ASPECTOS CONCEITUAIS E INTRODUTÓRIOS

Mister se faz ressaltar a importância das Relações Internacionais para melhor esclarecimento do porquê da falta de convergência entre os países, à exemplo do trato das questões fronteiriças, segundo o qual tal situação deva estar relacionada à falta de um poder soberano (central) e legítimo, passando assim a existência de uma anarquia internacional onde o Estado mais forte sempre prevalecerá, impondo os seus interesses (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Desde o surgimento da constituição das primeiras unidades políticas, as Relações Internacionais já existiam, posto que as mesmas já se davam de certa forma, do ponto de vista do trato interlocutório entre essas unidades. No entanto, é bem recente a categorização de estudos sobre tal tema, classificando-a até mesmo como disciplina, nos meados da segunda metade do século XX.

Corroboraram diretamente para a estruturação da disciplina de Relações Internacionais, disciplinas como Filosofia, História Economia e o Direito.

Atribui-se à busca dos motivos que levaram à Primeira Guerra Mundial, as razões iniciais e o start dos estudos com balizamento acadêmico, em prol de se evitar um futuro recorrente de conflitos mundiais.

O fortalecimento dessa categorização e classificação como disciplina, deu-se inicialmente na Inglaterra e também nos Estados Unidos, sendo que durante a realização da Conferência de Paz de Paris², cada um dos países assumiram o compromisso de se criar um centro de pesquisas para tal temática.

Na Inglaterra foi criado o Royal Institute of International Affairs, já nos Estados Unidos, foi criado o Council of Foreign Relations. Em desdobramento ao cenário exposto, deu-se o surgimento das primeiras teorias, objetivando melhor se orientar a recém-criada disciplina, das quais mais se destacam o Liberalismo e o Realismo.

Nogueira e Messari (2005, p. 58) nos indicam que “o Liberalismo é uma grande tradição do pensamento ocidental que deu origem a teorias sobre o lugar do

² Em 18 de janeiro de 1919, em Paris, a Conferência de Paz de Paris foi inaugurada com a participação de 70 delegados, os quais representavam 25 países. A conferência foi politizada e controlada pelo bloco formado por Estados Unidos, Reino Unido, França e Itália, bloco este denominado a época de os "Quatro Grandes". Em um segundo momento a Itália se retirou, dado só possuir interesses territoriais.

indivíduo na sociedade, sobre a natureza do Estado e sobre a legitimidade das instituições do governo”.

Daí, pode-se extrair que o cerne da Teoria Liberal são:

- a) a liberdade do indivíduo;
- b) a representatividade da voz da maioria do povo, no governo, através de atos democráticos para isso;
- c) o direito à propriedade privada; e
- d) o direito ao livre comércio.

Destarte, a Teoria Liberal dentro das Relações Internacionais, sofreu fortes influências de pensadores como Immanuel Kant (iluminista), John Locke e Adam Smith (liberalismo), e Montesquieu (iluminista).

Do ponto de vista prático, logo após o fim da Primeira Guerra Mundial, o Presidente dos Estados Unidos da América, Woodrow Wilson, durante a realização da Conferência de Versalhes³ (1919-1920), apresentou os seus 14 (quatorze) postulados, os quais resumidamente primavam pela condenação das alianças praticadas secretamente entre os Estados, primavam por uma diplomacia que se regulasse pela opinião pública e individual de cada país, primavam pela promoção em escala da democracia, primavam pela autodeterminação dos povos, primavam pelo livre-comércio e principalmente, primavam pela criação de uma organização internacional.

Esta última, para Wilson, teria o papel de definir regras comuns e igualitárias de direito internacional, as quais se aplicassem a todos os Estados, participantes ou não, com vistas a se assegurar um trato mais pacífico e harmônico nas Relações Internacionais.

Esses postulados, estratificados da Teoria Liberal, e alicerçadas na moral e no Direito Internacional, viriam acalentar a situação da existência de uma anarquia internacional onde o Estado mais forte sempre prevaleceria, impondo os seus interesses, posto tal situação estar relacionada à falta de um poder soberano (central) e legítimo, segundo Nogueira, J. P; Messari, N. (2005).

A partir de então, a questão de se primar pela condenação das alianças praticadas secretamente entre os Estados, primar por uma diplomacia que se

³ Foi o principal documento produzido pela Conferência de Paz de Paris, tendo sido assinado em 28 de junho de 1919, o qual passou a definir os termos de paz para com as nações derrotadas, pós Primeira Guerra Mundial.

regulasse pela opinião pública e individual de cada país, primar pela promoção em escala da democracia, primar pela autodeterminação dos povos, primar pelo livre-comércio e principalmente, primar pela criação de uma organização internacional; passaram a ser verdadeiros pilares dentro da Teoria Liberal, com vistas a se assegurar um trato mais pacífico e harmônico nas Relações Internacionais entre os Estados, relações estas com menos potencialidade para um ambiente de guerra.

Um grande exemplo da necessidade do estabelecimento desses pilares, era a percepção tanto para os teóricos do Liberalismo, como para a sociedade da época pós Primeira Guerra Mundial; o quanto o ambiente mundial de guerra atrapalha as relações econômicas, tanto internamente como externamente. Diante disso, o livre-comércio entre os Estados seria uma forma de manutenção da paz entre os mesmos.

No contra censo, Jackson e Sorensen (2015), aponta que Norman Angell, teórico Liberal e autor idealista, publicou seu grande feito em 1919, com o título *Great Illusion (A Grande Ilusão)*, o qual nos retrata a ilusão de muitos políticos ainda acreditarem que a guerra seja vantajosa, dentro do aspecto econômico, trazendo por consequência, grandioso lucro para aqueles os quais chegassem a galgar a vitória.

Para Angell (*apud* JACKSON; SORENSEN, 2015), e por se tratar de uma ilusão, a realidade é totalmente inversa, posto que nos tempos modernos toda e qualquer conquista mediante ato de guerra é altamente dispendiosa, como também potencialmente desagregadora do ponto de vista político, tanto internamente como externamente; e por consequência, causa também bastante instabilidade no comércio internacional.

Outros grandes exemplos da necessidade do estabelecimento desses pilares, foi a percepção se primar por uma diplomacia que se regulasse pela opinião pública e individual de cada país, e se primar pela promoção em escala da democracia. Posto que tanto a diplomacia quanto a democracia, acabam por proporcionar um ambiente internacional que vise assegurar um trato mais pacífico e harmônico nas Relações Internacionais. Tal ambiente, seria propício para que através do Direito Internacional se buscasse a resolução dos possíveis conflitos entre os países, de forma harmoniosa.

Nesse mesmo diapasão, elencamos outrora que um dos cernes da Teoria Liberal é a representatividade da voz da maioria do povo, no governo, através de atos democráticos para isso. Diante do que, verifica-se que a voz da sociedade tem

um extremo valor, em lhe proporcionar da mesma forma um ambiente mais pacífico e harmônico, com direito a paz, a liberdade, bem-estar, e principalmente o fator segurança, tanto internamente como externamente.

Como anteriormente já prolatado, dentre as teorias criadas, as que mais se destacaram foi o Liberalismo e o Realismo. E é no contra censo da Teoria Liberal, que a Teoria Realista se apresenta, a partir da década de 30, classificando o Liberalismo até mesmo como utópico, o qual se baseia em um ideal inatingível, tendo em vista os seus pilares, como já antes apresentados: a questão de se primar pela condenação das alianças praticadas secretamente entre os Estados, primar por uma diplomacia que se regulasse pela opinião pública e individual de cada país, primar pela promoção em escala da democracia, primar pela autodeterminação dos povos, primar pelo livre-comércio e principalmente, primar pela criação de uma organização internacional.

Em suma, a principal crítica da Teoria Realista, era no sentido de que os Liberais não poderiam esperar apenas no campo da moral, para se alicerçar uma relação internacional mais amistosa e pacífica entre os Estados, através apenas de atos democráticos para isso; o direito ao livre comércio; e a criação de uma organização internacional. E com o advento da Segunda Guerra Mundial, a Teoria Liberal entra em derrocada. Era perceptível a ausência de uma maior solidez científica para a teoria.

2.1 O Funcionalismo Neoliberal

Na busca dessa maior solidez científica para a Teoria Liberal, e segundo Karl e Mittrany (*apud* NOGUEIRA; MESSARI, 2005), o Funcionalismo, foi um movimento de tentativa de melhor se fundamentar um método teórico-científico para a teoria, o qual se baseava tanto na observação empírica como na análise científica da realidade. Tudo isso se fazia necessário, posto que o antigo discurso da Teoria Liberal, de que para se alicerçar uma relação internacional mais amistosa e pacífica entre os Estados, bastava a garantia através apenas de atos democráticos para isso; o direito ao livre comércio; e a criação de uma organização internacional; tudo com base no Direito Internacional. Sendo que nada disso funcionou, caindo assim a teoria em uma grande situação de descrédito, dado os horrores da Segunda Guerra Mundial.

Dentro dessa nova tendência liberal, os teóricos da época pós Segunda Guerra Mundial, passaram à serem chamados de Neoliberais, surgindo assim o Neoliberalismo. Contudo, não deixaram de lado os pilares da Teoria Liberal, mas mudaram a sua abordagem, deixando de lado a utopia e o ideal inatingível, ambas características da Teoria Liberal originária.

Dos desdobramentos dessa nova tendência, surgiu o Liberalismo Sociológico, que segundo Jackson e Sorensen (2015), “[...] constituiu a base para o Liberalismo Sociológico, uma tendência do pensamento neoliberal com enfoque no impacto das atividades transnacionais em expansão”. Esse enfoque seria o incremento das atividades comerciais e financeiras entre os Estados, com o surgimento das grandes multinacionais, assim como também o intercâmbio cultural.

2.2 A interdependência complexa

Outro desdobramento dessa nova tendência, foi o surgimento da Interdependência Complexa, que segundo Keohane e Nye (*apud* NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 84), “[...] na política mundial, a Interdependência refere-se a situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou entre atores em diferentes países”. Essa é uma situação de extrema geração de estabilidade entre os Estados, a qual teve o maior enfoque nas relações econômicas, principalmente nas décadas de 60 e 70.

Para corroborar, Halliday (1999, p. 28) diz que: “[...] duas economias são interdependentes quando existe uma certa igualdade de poder entre elas e quando sua interação mútua é tal que cada uma se torne vulnerável às ações da outra”.

De outro giro, Keohane e Nye (*apud* HALLIDAY, 1999), aponta para uma instabilidade econômica que abalou quase todos os Estados na década de 70, dado o elevado preço do petróleo e a queda do dólar na época. Tais fatos levaram a se repensar as questões balizares da Interdependência, posto que o Estado estava cada vez mais perdendo o seu controle dominante nas relações internacionais, dado o surgimento das grandes multinacionais.

Outro aspecto que chama a atenção, é a questão dos assuntos estratégicos e de cunho militar, não mais estavam nas prioridades dos debates da ordem mundial a época, percebendo-se então que o poder militar dos Estados estava aos poucos perdendo a sua importância. No entanto, essa situação pouco

durou, posto que na década seguinte, a de 80, o enfraquecimento das relações pacíficas e harmoniosas da antiga União Soviética e os Estados Unidos, pôs fim a Interdependência, devido a corrida armamentista. E apesar de que na década de 70, no auge da Interdependência, os Estados estavam perdendo espaço para as multinacionais, e a questão dos assuntos estratégicos e de cunho militar estavam cada vez mais sem importância, gerando assim uma relação mais pacífica e harmoniosa entre os Estados. Foi na década de 80, que devido a inoperância e impotência das organizações internacionais, deu-se a corrida armamentista, levando à cabo a Interdependência.

A partir de então, perceber-se-á a problemática que é a falta de um poder soberano (central) e legítimo, onde o Estado mais forte sempre prevalecerá, impondo os seus interesses.

2.3 O Realismo

Diante de tal cenário dentro das Relações Internacionais, surge a Teoria Realista, a qual os seus teóricos sofreram fortes influências de pensadores como Tucídides, Hobbes e Maquiavel, sendo que tais influências, de forma adaptada, levaram o Realismo a ter um método teórico-científico pautado no papel do Estado como prioridade no trato dessas relações, tanto no campo político, como principalmente no campo da mediação e conciliação das Relações Internacionais.

Nogueira e Messari, (2005) nos faz pelo menos três importantes indicações pautadas nos pensadores supramencionados. Tomando como base a influência do primeiro pensador, nos indica que os teóricos realistas buscaram pensadores como Tucídides, segundo o qual tal situação deva estar relacionada à falta de um poder soberano (central) e legítimo, passando assim a existência de uma anarquia internacional onde o Estado mais forte sempre prevalecerá, impondo os seus interesses.

Já com base na influência do segundo pensador, nos indica também, que corroboram com este entendimento Hobbes, onde o estado de anarquia internacional equivale ao estado de natureza hobbesiano. Por fim, e com base na influência do terceiro pensador, Maquiavel, e diante de uma de suas principais obras intitulada *O Príncipe*, nos indica a visão negativa que o pensador faz do homem, onde no seu entender o homem possui uma natureza fundamentalmente egoísta,

pautada sempre na busca por mais poder, sendo que para os Teóricos Realistas, este homem descrito na obra de Maquiavel assemelhasse ao Estado, dado as semelhanças de seus interesses e características, onde no enfrentamento entre os homens o meio utilizado para se chegar ao poder é a violência, e por semelhança os Estados buscam a guerra.

Diante desse cenário teórico realista, perceber-se-á que o Estado tem suma importância no trato das Relações Internacionais, haja posto a ausência de um poder soberano (central) e legítimo, dado o fracasso à exemplo da Liga das Nações em promover a paz internacional, tendo em vista a escalada de regimes autoritários principalmente na Europa. É uma questão até mesmo de sobrevivência, onde o Estado deve primar pelo poder para manter essa situação, diante da qual não poderá jamais abrir mão de sua soberania em favor de quaisquer outros Estados.

Edward Hallett Carr, britânico, relevante teórico das Relações Internacionais, (*apud* JACKSON; SORENSEN, 2015), nos aponta para o grande equívoco cometido pelos Teóricos Liberais, em não considerar a natureza dessas relações dos Estados, no trato entre os mesmos no âmbito internacional. Posto que assim como ocorre entre as pessoas, em se buscar união para com aquelas que possuem os mesmos ideais, assim também ocorre para com os Estados, e o vice-versa também se faz presente e é verdadeiro. Os coesos tentarão sempre manter as suas posições, já os excluídos, lutarão para mudar este *status quo*.

A história da humanidade se encarregou de confirmar a teoria de Carr, onde durante a Segunda Guerra Mundial o Eixo Berlim-Roma-Tóquio (formado por Alemanha, Itália e Japão), lutaram juntos para conseguir o status quo dos países Aliados (formado por Inglaterra, França e Estados Unidos).

Hans Joachim Morgenthau, alemão, grande Teórico Realista, (*apud* JACKSON; SORENSEN, 2015), nos aponta que sua obra intitulada *Política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*, de 1948, é de extremada relevância e influência no trato das Relações Internacionais, onde para Morgenthau, o Estado nada mais é do que a semelhança à um homem que busca e luta para conquistar os seus interesses, custe o que custar, não importando as consequências e conflitos derivados dessa busca.

Diante desse entendimento, os Realistas criam que o aparato militar se apresentava de maneira mais relevante no contexto internacional para a manutenção da paz, haja posto que seria racional se teorizar que o equilíbrio de

forças e poder entre os Estados, amenizaria os possíveis conflitos derivados dessa busca, impulsionando até mesmo o surgimento de alianças de coalisão.

Esse ideal Realista perdurou de forma majoritária até meados da década de 70, quando então surgiu o Neoliberalismo, como antes já prolatado, onde o enfoque foi no incremento das atividades comerciais e financeiras entre os Estados, com o surgimento das grandes multinacionais, assim como também o intercâmbio cultural. Outro desdobramento dessa nova tendência, foi o surgimento da Interdependência Complexa, sendo essa uma situação de extrema geração de estabilidade entre os Estados, a qual teve o maior enfoque nas relações econômicas, principalmente nas décadas de 60 e 70.

2.4 O Neo-Realismo

Kenneth Neal Waltz, estadunidense, um dos mais importantes Teóricos Realistas, nos aponta que sua obra intitulada *Teoria da política internacional*, de 1979, é de extremada relevância por se tratar de um marco para a reformulação da Teoria Realista, no âmbito das Relações Internacionais, surgindo assim, o Neo-Realismo; onde para Waltz, o ideal seria o estabelecimento de uma base científica mais ampla para a teoria, a qual melhor explicasse as engrenagens de estruturação do sistema internacional, como também os possíveis desdobramentos e reflexos das capacidades de decisões dos Estados, nas Relações Internacionais. Waltz então, passa a conceituar as Relações Internacionais como uma anarquia composta de Estados.

Diante disso, Waltz (*apud* NOGUEIRA; MESSARI, 2005), acabou reestruturando a teoria Realista, a partir do ponto de vista que concorda com a teoria apresentada por Tucídides, quando se buscou um melhor entendimento das Relações Internacionais, onde segundo o qual tal situação deva estar relacionada à falta de um poder soberano (central) e legítimo, passando assim a existência de uma anarquia internacional onde o Estado mais forte sempre prevalecerá, impondo os seus interesses.

Mas concorda também, com o entendimento de Hobbes, onde o estado de anarquia internacional equivale ao estado de natureza hobbesiano, o qual dependerá justamente dos desdobramentos e reflexos das capacidades de decisões dos Estados.

E concorda também, com o entendimento de Carr, posto que esse estado de anarquia internacional tende a permanecer, posto que assim como ocorre entre as pessoas, em se buscar união para com aquelas que possuem os mesmos ideais, assim também ocorre para com os Estados, e o vice-versa também se faz presente e é verdadeiro. Os coesos tentarão sempre manter as suas posições, já os excluídos, lutarão para mudar este *status quo*.

Por findo, concorda também, com o entendimento de Morgenthau, onde o Estado nada mais é do que a semelhança à um homem que busca e luta para conquistar os seus interesses, custe o que custar, não importando as consequências e conflitos derivados dessa busca.

Novamente a história da humanidade se encarregou de confirmar mais uma teoria, a de Waltz, posto que em meados da década de 80, com o crescimento do consumo globalizado e exacerbado no campo comercial das Relações Internacionais, onde se era notório a busca por mais poder pelos Estados; apresentou-se nesse cenário uma característica altamente egoísta, posto que os mesmos – Estados – estavam preocupados tão somente na busca e luta para conquistar os seus interesses.

É também na década de 80, que diante desse novo cenário que se apresentava, percebeu-se que o Estado tem suma importância no trato das Relações Internacionais, haja posto a ausência de um poder soberano (central) e legítimo, dado o fracasso à exemplo da Liga das Nações em promover a paz internacional, tendo em vista a escalada de regimes autoritários principalmente na Europa. É uma questão até mesmo de sobrevivência, onde o Estado deve primar pelo poder para manter essa situação, diante da qual não poderá jamais abrir mão de sua soberania em favor de quaisquer outros Estados. É nesse cenário que se configura a existência da anarquia internacional, onde o Estado mais forte sempre prevalecerá, impondo os seus interesses.

E é nesse ponto onde a Teoria Neo-Realista e a Teoria Neoliberal, passam a convergir e a compartilhar do mesmo pensamento e entendimento.

2.5 Marxismo, Materialismo Histórico de Marx, e o Marxismo de Lênin

O pensador e teórico Karl Heinrich Marx, mas conhecido como Karl Marx, ou simplesmente Marx, de forma inspiradora influenciou vários intelectuais à

dissertarem sobre teorias das relações entre os Estados, apesar de que o próprio Marx não tenha se detido com profundidade em teorizar a questão das Relações Internacionais. Dentre esses intelectuais influenciados, podemos citar os dois mais importantes para o Marxismo, que são Leon Trótsky e Vladimir Lenin, sendo que deste último o diálogo com as teorias Liberais e Realistas, dar-se-á de forma antagônica (LIMA; RATTON, 2011).

Marx teorizou que o sistema capitalista e de exploração pela produção, ganharia o mundo e iria praticamente ser universalizado, o qual chegaria até mesmo à ser predominante na cadeia de produção mundial, ganhando assim, uma característica internacional (LIMA; RATTON, 2011).

O Marxismo é marcado pela teorização do surgimento antagônico de duas classes sociais bem distintas, sendo que o mesmo define esse surgimento histórico como uma fase do desenvolvimento econômico. Essas duas classes sociais seriam a burguesia e o proletariado, e essa fase do desenvolvimento econômico é o capitalismo. O principal engrenamento entre essas duas classes sociais – a burguesia e o proletariado – foi o de exploração do trabalho desta última classe, gerando lucros para a primeira classe (LIMA; RATTON, 2011).

Para Marx, segundo a sua teoria, o Estado tinha que primar pela manutenção dessa ordem de engrenamento, refletindo diretamente as normas capitalistas dentro dessa nova fase do desenvolvimento econômico.

No entanto, esse modelo de constituição social foi impreterivelmente combatido pela classe explorada, com o advento do movimento denominado de “luta de classes”, movimento esse articulado pela classe proletariada com o intuito de através de uma revolução política, a qual viesse dar representatividade e voz à mesma; chegassem a promover a inversão de papéis nesse sistema de engrenamento.

Para Marx, segundo a sua teoria, a classe proletariada é uma categoria social que detêm características de universalidade, diante do que e para um melhor entendimento da teorização Marxista, prescinde-se a necessidade de uma visão mais holística e internacionalizada.

Vladimir Ilyich Ulianov, mais conhecido como Vladimir Lenin, ou simplesmente Lenin, foi o principal intelectual influenciado pelo Marxismo, o qual descreveu as Relações Internacionais sob a ótica Marxista, e nos aponta que sua obra intitulada Imperialismo, fase superior do capitalismo, de 1916, é de extremada

relevância, haja posto que nessa obra o mesmo argumenta que o cerne da questão reside em se entender que a contradição entre as nações capitalistas (as quais Lenin as definiu como nações “imperialistas”) e as nações exploradas, é semelhantemente ao engrenamento entre as duas classes sociais – a burguesia e o proletariado – o de exploração do trabalho desta última classe, gerando lucros para a primeira classe (LIMA; RATTON, 2011).

Lenin nos chama a atenção para uma preeminente e futura situação de estagnação do capitalismo, situação essa que levaria os Estados a buscarem novos mercados para exploração, que por conseguinte e potencialmente levaria a conflitos armados e violentos e até mesmo a guerras.

Por findo, o diálogo para com as teorias Liberais e Realistas, dar-se-á de forma antagônica, haja posto que ambas as teorias – Liberais e Realistas – apresentam um cenário que se configura pela existência da anarquia internacional, onde o Estado mais forte sempre prevalecerá, impondo os seus interesses. E é nesse ponto onde a Teoria Neo-Realista e a Teoria Neoliberal, passam a convergir e a compartilhar do mesmo pensamento e entendimento, diante do papel preponderante do Estado. No entanto, Lenin admite que mesmo dentro desse cenário, existe a classificação e subclassificação dos Estados, o que levaria à divisão de blocos antagônicos pelas suas próprias naturezas, posto que assim como se dá o corte vertical dividindo as classes em burguesia e proletariado, o corte horizontal dividiria os Estados em nações imperialistas e exploradas, surgindo então novos atores nesse cenário (LIMA; RATTON, 2011).

2.6 O Construtivismo

Para os Construtivistas, assim como a sociedade é um organismo dinâmico, em constante mudança e transformação; da mesma forma é a comunidade internacional, onde as mudanças e transformações devem ser vistas com o ideal de se assegurar um trato mais pacífico e harmônico nas Relações Internacionais (LIMA; RATTON, 2011).

O ideal Construtivista surgiu em meados de 1989, após o cenário de convergência entre a Teoria Neo-Realista e a Teoria Neoliberal, tendo como inferência principal o postulado de que “vivemos em um mundo que construímos, no qual somos os principais protagonistas, e que é produto das nossas escolhas”

(NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 162). Os atores desse novo cenário passaram à serem denominados pelos Construtivistas de agentes.

No entanto, um enfrentamento precisou ser feito, no sentido de se definir quem teria proeminência sobre o outro, dentro desse novo cenário, no caso os agentes ou as estruturas sociais que constituem os Estados? Qual dos dois limitariam o poder de mudança e transformação do outro? O ideal Construtivista parte da inferência principal da negação de antecendência ontológica tanto dos agentes como também das estruturas sociais. Diante disso, ambos exercem um papel co-constitutivos, ou seja, nem os agentes precedem e moldam as estruturas sociais de acordo com seus interesses de mudanças e transformações, como também nem as estruturas sociais podem limitar a ação dos agentes, pois segundo Nogueira; Messari, (2005):

Um exemplo ilustrativo da premissa de co-constituição é que não se pode falar em sociedade sem falar nos indivíduos que a compõem, nem se pode falar de indivíduos – no plural, ou seja, mais de um indivíduo – sem falar da sociedade que eles constituem. Nesse sentido, a sociedade e indivíduos são co-constituídos (NOGUEIRA ; MESSARI, 2005, p.163).

“Vale dizer: não se trata de um mundo que nos é imposto, que é predeterminado, e que não podemos modificar. Podemos mudá-lo, transformá-lo, ainda que dentro de certos limites. Em outras palavras, o mundo é socialmente construído.” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 163). Não finalizar capítulo com citação. Fazer consideração que envolva as principais ideias apresentadas.

3 FRONTEIRAS INTERNACIONAIS E SEUS LIMITES: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Não há como falarmos de fronteiras internacionais e seus limites, sem antes adentrarmos numa discussão sob os aspectos históricos, conceituais e geográficos.

A literatura sobre o tema não é muito vasta, no entanto, é bastante significativa, onde encontramos inúmeras classificações motivadas por suas peculiaridades, levando-nos a várias categorias de fronteiras-limite. Por isso, durante quase todo o princípio do século XX, ocorreu uma forte discussão sobre a classificação das fronteiras, sendo a mais difundida e conhecida, a classificação das fronteiras em naturais e artificiais.

O principal texto com as classificações de fronteiras em naturais e artificiais, data de 1907, *Frontiers*, tendo sido escrito por Lord Curzon of Kedleston (1907), vice-rei da Índia (1898-1905) e chefe de Relações Exteriores da Grã-Bretanha (1919-1924), que se consolidou como uma obra profundamente representativa do discurso colonizador da época.

Esse pensamento classificatório foi fortemente contestado por Backheuser (1952), ao argumentar que “as fronteiras, mesmo as chamadas naturais, são resultado de convenções (bilaterais) ou de imposição (unilateral)”. Esta prerrogativa teórica formulada por Backheuser leva em consideração as dimensões intangíveis existentes no conceito de fronteira, exatamente por sua natureza intrinsecamente simbólica que se sedimenta por meio de um consenso pacífico, que resultado num limite convencional de forma consentida ou se impõe unilateralmente como uma convenção imposta, ditada e ordenada de forma que o território invadido ou violado não tenha poder de mobilização para refrear esse ordenamento autoritário.

Aspectos geográficos e geológicos também recebem uma ligação direta com a função da fronteira, como é o caso de rios e montanhas sendo utilizados como fatores físicos que delimitem uma fronteira convencional simbolicamente.

É de fácil percepção, que mais de 103 anos após os pensamentos supramencionados, a escolha pelos rios como limite político ideal, é o mais vantajoso, haja posto que as montanhas não suprem mais de forma eficiente, a

função de barreira física, dado o advento de grande crescimento tecnológico – armamentista, na área bélica.

De acordo com as afirmações de Steiman, e Machado (2002, p. 01):

[...] no contexto da Primeira Guerra Mundial. Para Holdich (1916), a melhor maneira de preservar a paz entre as nações seria dividi-las com a mais forte e definitiva barreira física que pudesse ser encontrada, geralmente as cadeias montanhosas. Para Lyde (1915), no entanto, o limite político ideal seria uma feição natural que efetivamente encorajasse um intercâmbio internacional pacífico, papel que seria desempenhado vantajosamente pelos rios que, por reunir os habitantes de suas bacias, ofereceriam o máximo de possibilidades de associações pacíficas.

A afirmação de Steiman e Machado (2002) acaba por não levar em consideração que boa parte da história registrada a respeito da definição de fronteiras e limites territoriais está bastante afastada dessa visão idealizada a respeito das relações internacionais, onde as celeumas diplomáticas e políticas se dirimem exclusivamente no diálogo.

A realidade estabelecida na história é de que as nações se forjam a partir de um longo e extenso processo de competitividade, conflitos e guerras, que são responsáveis pelos desenhos das fronteiras ao redor do globo.

Steiman; Machado, (2002), nos diz que:

Richard Hartshorne (1936) introduziu a importância do contexto histórico e cultural, [...] os limites internacionais podem ser classificados de acordo com a paisagem cultural no momento de sua formação. [...] uma classificação que levasse em conta se o limite político foi estabelecido antes (antecedentboundary; pioneerboundary) ou depois (subsequentboundary) do desenvolvimento da maioria dos aspectos da paisagem cultural. Bem mais realista (STEIMAN ; MACHADO, 2002, p.2).

Esse contexto histórico e cultural, sempre deve levar em consideração as mudanças ao longo do tempo, bem como das etapas de delimitação e demarcação em relação ao povoamento da fronteira.

Steiman, e Machado, (2002), nos dizem que:

Julian Minghi (1963), em uma clássica revisão bibliográfica sobre o tema das fronteiras internacionais na primeira metade do século XX. [...] As classificações e tipologias de fronteira-limite evoluíram da simples divisão natural-artificial para outras, que descrevem a base da fronteira como física ou antropogeográfica, até chegar àquelas com base na paisagem cultural (STEIMAN ; MACHADO, 2002, p.2).

Vale frisar que deste contexto, surge um conjunto de novas ideias como a questão da importância das similaridades como também das diferenças na

construção dessas fronteiras, sob o aspecto sócio-político dessas comunidades fronteiriças.

De outro giro, subsiste também os interesses em termos de circulação nessas áreas fronteiriças. Diante do que, é primordial um acompanhamento sistêmico e escrutínios empíricos, na avaliação e reavaliação desses limites.

Dentro de um contexto de evolução das concepções de limite e fronteira internacional, pensava-se que os povos antigos pudessem ter alguma noção de limite e fronteira, por mais simplório e rudimentar que fosse. No entanto, esse pensamento foi contaminado pelo desconhecimento histórico da situação, bem como pela forte discriminação para com os povos primitivos.

Basta analisar a dinâmica de convivência dos povos considerados antigos, ancestrais, que, mesmo com eventuais conflitos, conseguiam definir os limites de seus territórios de forma que sistemas opressivos se dessem por razões de outras naturezas, mas não as meramente de cunho espacial.

A lógica da Modernidade quebra com esse ciclo, acrescentando à equação do conceito de fronteira, a força imposta em conflitos que se estendem por longas décadas e que se mostram desastrosos para as zonas de conflito. É a Modernidade quem traz, nesse tópico, um conjunto muito mais amplo de tensões e tragédias, mostrando-se ainda mais perversa que a dinâmica dos povos primitivos.

Para corroborar, Brigham (1919) (*apud* STEIMAN, 2002, p. 03) nos diz que:

[...] essa é a opinião de Albert P. Brigham, ao postular que as concepções sobre limite territorial obedeciam a um esquema evolutivo-civilizatório que teria partido de um estágio primitivo ou tribal onde as linhas não existiam, para um segundo estágio, misto ou de transição, onde as demarcações são volúveis mas abarcam o planeta, para o terceiro estágio, o ideal, onde as linhas são fixas e de pouca importância salvo para conveniências administrativas.

A partir da evolução dos estudos antropológicos, e a sua influência na geopolítica, ocorreu uma ruptura natural e total para com esse pensamento que outrora era contaminado pelo desconhecimento fático e histórico da situação, bem como pela forte discriminação para com os povos primitivos, e para com a ideia de que esses povos primitivos não conheciam nada sobre as suas fronteiras/limites lineares.

De outro giro, segundo Lattimore (1937), não podemos deixar de citar os casos dos impérios chinês e romano, onde a fronteira teve o sentido de limite para a China, e de civilização para a antiga civilização romana.

Steiman; Machado,(2002), nos diz que:

Há um consenso na literatura de que é com o advento do Estado Moderno que a fronteira linear, precisamente delimitada e demarcada, vai se tornar imprescindível, já que para se impor o Estado precisou, inicialmente, lançar as bases de sua soberania territorial.

[...] Para uma parte da literatura consultada é no período entre os séculos XIII e XV que surge a palavra fronteira na maioria das línguas europeias, derivada do latim 'front'. Não foi originalmente aplicada a uma linha e sim a uma área. Na Europa medieval, a zona/região de fronteira era uma área, ou seja, possuía largura (e não só extensão, como é o caso do limite), de modo a cumprir o objetivo de separação e não de contato (STEIMAN ; MACHADO, 2002, p.4).

Para Pounds (1951), “A ideia de fronteira natural teria surgido na França no século XVI, e já seria um indicativo da nova função dos limites, relacionada à fundamentação da base territorial do estado”. Diz ele ainda:

O debate que surgiu entre franceses e alemães sobre a soberania francesa na Alsácia e no vale do Reno (que seria a ‘fronteira natural’ da França), deu margem ao aparecimento do conceito de fronteira baseado no princípio de que a base territorial do estado deveria ser lingüística ou racial, posição defendida pelos humanistas alemães (POUNDS, 1951, p.154).

Pounds (1951), ainda nos acrescenta que:

[...] a busca de uma fundamentação racional para a ideia de ‘limite natural’ pelos filósofos políticos franceses (e ingleses) no âmbito da Ilustração levou à sua associação com a noção de “lei natural”, no sentido de que respeitar os limites naturels dos estados seria nada mais do que obedecer a lei da natureza (POUNDS, 1951, 154).

Contudo, no princípio do século XIX, surge uma nova doutrina de fronteira-limite, vinculada à identidade nacional, dentro de um ideal de visão alemã.

E quanto a esta questão, Steiman; Machado, (2002), nos diz que:

[...] se se toma como marco o *Discurso à Nação Alemã* de J. Fichte (1807). A reação alemã a doutrina das fronteiras naturais dos franceses foi o conceito de fronteira baseado no princípio da nacionalidade. Fazendo uso de uma ideia mística de “povo”, Fichte defende a unidade territorial do estado e de que seus limites sejam derivados da existência (histórica) de língua e cultura comuns.

[...] Contudo, em grande parte do século XIX dominou a concepção imperial de fronteira e limite, desenhado no âmbito da hegemonia da Grã-Bretanha no sistema mundial. Tanto a existência como os interesses de coletividades

envolvidas eram negligenciados em favor do balanço de poder entre as principais potências (STEIMAN ; MACHADO, 2002, p.5).

O que se percebe até os dias de hoje, é que ainda subsiste uma corrente majoritária de disputa no campo da política internacional, que defende veementemente a ideia de um modelo contratual de fronteira internacional.

No entanto, vale salientar que existem múltiplos fatores que desembocam no resultado final que traça as linhas fronteiriças, como aspectos econômicos, poderio militar, imposição de sanções, interferência externa na política interna de um território, e, no final das contas, a força bruta ainda impera em determinadas relações de poder em torno das zonas de fronteira.

Este modelo de contratualidade, que se fundamenta na diplomacia, é alicerçado no resultado de uma negociação entre as partes envolvidas, de forma a não se utilizar de meios opressores para se atingir o objetivo por elas pretendido. No entanto, este modelo ainda não condiz com a realidade crua da história, posto que os incontáveis conflitos envolvendo assuntos de fronteira-limite, mostram que a ideia de um modelo contratual de fronteira internacional, está cada vez mais rara de se efetivar.

Corroborando, House (1980), nos apresenta a atual tendência como sendo:

[...] de formação de blocos econômicos regionais e as diásporas de povos com nacionalidade compósita numa escala sem precedentes no passado, provocaram uma mudança fundamental na abordagem das fronteiras e limites internacionais. Para muitos países já não importam tanto os efeitos da existência dos limites internacionais, mas os efeitos da remoção desses limites ou pelo menos de reduzir as descontinuidades que estes representaram por muito tempo para a vida econômica e social, para a circulação de ideias, mercadorias e serviços (HOUSE, 1980, p.456).

Nessa esteira, Raffestin (1993) afirma que:

[...] as novas abordagens de fronteiras, sobretudo na Europa, estão criando uma nova mitologia, uma mitologia de abolição das fronteiras-limite⁴, coincidente com uma vontade confusa de torná-las sem sentido também em outros domínios da sociedade (RAFFESTIN, 1993, p.71).

⁴Em sua obra, Claude Raffestin faz uso de limite e fronteira como palavras sinônimas.

Steiman; Machado, (2002), nos chamam a atenção para:

É interessante notar que tendo sido primeiramente institucionalizadas na Europa, é também lá que a abolição ou não dos limites internacionais estão sendo intensamente questionadas. [...] Esta mitologia de abolição dos limites estaria apoiada na ideia de que constituem um obstáculo e um entrave à liberdade individual ou coletiva, dentro de uma tradição de longa data de atribuir às divisões entre Estados apenas funções negativas (STEIMAN ; MACHADO, 2002, p.6-7).

Na visão de Raffestin (1993), não há razão para se falar e sequer acreditar nessa abolição dos limites, defendendo veementemente que a mesma não faz sentido algum. Haja posto que o limite-fronteira é uma necessidade inevitável, um tipo de instrumento de regulação que visa garantir a existência, enquanto soberania, contra os perigos do caos. Diz ele ainda que:

Mesmo quando parece estar completamente ultrapassada, aparentemente sem efeitos sobre o cotidiano vivido, os limites internacionais continuam a sublinhar tanto diferenças legais como o princípio da identidade territorial, e a separação entre “nacionais” e “não-nacionais” através de impedimentos jurídicos, políticos e ideológicos (RAFFESTIN, 1993, p. 71).

Contemporaneamente, tem surgido uma nova teoria para as fronteiras internacionais. E quanto a esta questão, Steiman; Machado, (2002), nos diz que:

As diferenças entre países e entre segmentos da própria fronteira nacional levaram muitos geógrafos a concordar com a tese de Lord Curzon de que é impossível teorizar a questão das fronteiras internacionais. Recentemente, no entanto, James Anderson (2001), geógrafo que trabalha numa das regiões de fronteira mais conflituadas do mundo, Belfast na Irlanda, argumenta a favor da necessidade de retomar a teorização dos limites internacionais (borders) e das regiões de fronteira (border regions) no contexto da globalização e da visão de um “mundo sem fronteiras” (STEIMAN ; MACHADO, 2002, p.14).

Para Anderson (2001), é de fácil percepção e compreensão a ocorrência do fenômeno da expulsão e/ou exclusão da economia, nos moldes de um regime democrático, haja posto que os novos fluxos de natureza econômica que hora surgem, transpassam as fronteiras nacionais, chegando até mesmo em patamares internacionais. No entanto, este fenômeno poderá tanto agregar, mas também gera sérios obstáculos para esse mesmo fluxo econômico. Confirmando a ideia, Steiman; Machado, (2002, p. 14), afirmam que:

A tese de Anderson nos parece correta ao enfatizar o uso oportunista dos diferenciais políticos e econômicos nos limites entre estados, mas tal uso não pode ser atribuído à globalização atual e sim aos fundamentos e evolução do sistema capitalista e do sistema de estados nacionais. Arbitragens oportunistas resultam de uma contradição maior, a saber, a contradição que emerge no interior do sistema de acumulação capitalista, tendente a destruir obstáculos a livre circulação de bens de capital, mercadorias, etc., ao mesmo tempo em que gera obstáculos (seletivos) à livre circulação, apoiando-se na forma política do sistema de estados nacionais (STEIMAN ; MACHADO, 2002, p.14).

Um das características desse aspecto, é fundamental a consideração sobre Nação e Nacionalidade, buscando compreender o fenômeno do nacionalismo e do internacionalismo, o que mostra-se imprescindível no debate a respeito de fronteira e sua função conceitual, além de acrescentar outros aspectos importantes que ressaltam a complexidade do tema abordado e da sua necessidade perene de debate.

Entre estes aspectos, resta-nos analisar brevemente conceitos políticos e sociais que são provenientes da revolução desencadeada pelo capitalismo enquanto um sistema econômico com forte influência na cultura, na formação da sociedade, na sua estruturação política, social. Um dos conceitos oportunos a ser abordado é de Nação. Segundo a formulação de Bresser-Pereira (2017), nação é a união de um povo, sob a mesma ou semelhante etnia, ou que compartilhem uma convivência pacífica, que compartilha uma história em comum e organiza-se num território de forma a dar contorno para as relações sociais entre os indivíduos que a compõem.

Postula Bresser-Pereira (2017) ao conceituar estado-nação:

A partir dessa distinção, o estado-nação ou país é um tipo de sociedade político-territorial soberana, formada por uma nação, um Estado e um território. É a forma de poder territorial que se impôs nas sociedades modernas a partir da revolução capitalista em substituição aos feudos e principalmente aos impérios antigos. Para compreender o estado-nação, é preciso compará-lo com a unidade político-territorial própria à principal forma de sociedade político-territorial pré-capitalista – o império antigo – ao Império Egípcio, ou ao Romano, ou o Austro-Húngaro. O que não deve ser confundido com os impérios capitalistas – tanto os impérios capitalistas mercantis da Espanha e de Portugal, que existiram entre o século XVI e o XVIII, quanto os impérios industriais da Inglaterra e da França, no século XIX e metade do século XX (BRESSER-PEREIRA, 2017, p. 158).

Para Domingos Neto; Martins (2006):

[...] Ernest Renan (1823-1892), um dos pioneiros na análise da nação como produto histórico, não como consequência de processos naturais, assinalaria que as nações demandam esquecimentos, ou seja, que a memória de um coletivo nacional é fundamentalmente constituída de lembranças selecionadas e úteis às pretensões do presente

[...] por isso a nação, como dizia Renan, “é um plebiscito cotidiano” (DOMINGOS NETO; MARTINS, 2006, p. 107).

Um outro conceito indissociável do Estado-nação é o de nacionalidade, importante para a proposta de investigação que está se determinando aqui. A nacionalidade é o laço mais antigo das relações internacionais, conforme afirma Cartaxo (2010). Ainda que tenha tido sua preponderância a partir do século XVI, com a criação do Estado Moderno, a noção de nacionalidade remonta de idos tempos das antigas civilizações e se dava por meio da forma como “entidades autônomas, células políticas, [...] se diferenciavam entre si por um forte traço cultural” (CARTAXO, 2010, p. 39).

Na contemporaneidade, o conceito de nacionalidade ganha outras conotações e se estabelece segundo a dinâmica do Estado moderno, onde se verifica sua conceituação da seguinte forma:

Nacionalidade. A nacionalidade é o vínculo que prende um indivíduo a um Estado, fazendo desse indivíduo um componente do povo desse Estado, integrante, portanto, de sua dimensão pessoal. É o direito de cada Estado que diz quem é nacional e quem não o é, ou seja, quem é estrangeiro. Segundo direito internacional público, o nacional continua preso ao Estado, de cujo povo é membro, mesmo quando se acha fora do alcance de seu poder, estabelecido em território de outro Estado (FILHO, 1977, *apud* CARTAXO, 2010, p. 40).

Cartaxo (2010) observa que existem diversas e inúmeras linhas de estudo que buscam definir nacionalidade a partir de diferentes perspectivas, no entanto predomina essa percepção de que nacionalidade diz respeito a um conjunto de aspectos objetivos como língua, raça, cultura, hábitos, território, e etc, mas também se interliga conceitualmente a elementos do universo subjetivo, que é a identidade nacional, que exerce influência exatamente na forma como um indivíduo se vê a partir da sua inserção em determinada coletividade.

Segundo Domingos Neto; Martins (2006), nacionalismo e internacionalismo são indissociáveis:

[...] O nacionalismo é incompreensível sem o internacionalismo e vice-versa; não tem cabimento falar de internacionalismo sem a existência de nações e a chamada ordem internacional seria impraticável sem os Estados nacionais (p. 84).

[...] o nacionalismo e o internacionalismo são tratados como doutrina ou movimento: o primeiro, exaltando as características de uma comunidade nacional e reivindicando sua soberania; o segundo, pregando o entendimento e a solidariedade entre nações em detrimento de egoísmos nacionais (DOMINGOS NETO; MARTINS, 2006, p. 100).

[...] O nacionalismo e internacionalismo, categorias inseparáveis, surgem de experiências vividas e de novas exigências nas relações entre as sociedades humanas, mas ganham importância, sobretudo, porque simulam alternativas para as angustiantes expectativas da sociedade moderna com o que virá ((DOMINGOS NETO; MARTINS, 2006, p. 107).

Essas considerações permitem vislumbrar a integralidade da afirmação de que internacionalismo é indissociável de nacionalismo, tendo em vista de que a figura conceitual é concordada diplomaticamente em torno de uma noção de “nação”. É essa noção que mapeia as disposições políticas, sociais e econômicas de cada país, que pode se mobilizar autonomamente para funcionar a partir dos preceitos internacionais de uma nação ou elabora formas próprias de gerir suas relações sociais. No entanto, esta última alternativa, em termos gerais, dá como resultado isolamento e boicotes diplomáticos.

4 O PAPEL DO BRASIL NO BINÔMIO INTERAÇÃO/SEGURANÇA NA AMAZÔNIA

De outro giro, faz-se necessária a avaliação do papel do Brasil, no contexto de iniciativas de integração e segurança dos países Amazônicos, com o objetivo de melhor se compreender a dinâmica de integração e segurança na Amazônia Transnacional, em especial a Amazônia Oriental, e sua importância na América do Sul; bem como analisar o insurgente papel do Brasil como maior país amazônico no binômio Integração / Segurança na região.

Para tanto, a perspectiva teórica adotada é a da Escola de Copenhague, a qual se alicerça em 03 (três) pilares: o conceito de SECURITIZAÇÃO e DESECURITIZAÇÃO; a abordagem multisetorial de segurança; e os Complexos Regionais de Segurança - CRS.

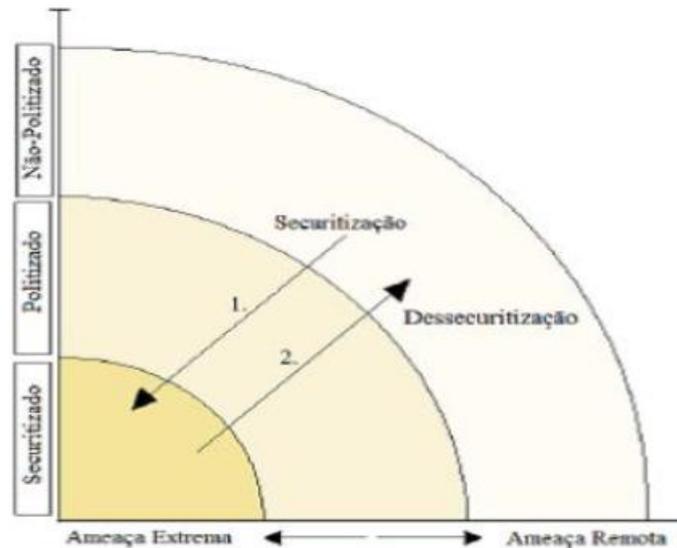
4.1 O conceito de securitização e desecuritização, a abordagem multisetorial de segurança e os complexos regionais de segurança – CRS

Securitização é o [...uso da retórica da ameaça existencial com o objetivo de levar um assunto para fora das condições da “política normal”], podendo assim justificar medidas emergenciais de procedimentos políticos extraordinários e, eventualmente, o uso da força (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 24-255). Conceito este bem presente e latente nos dias atuais e na ordem mundial.

O processo inverso seria a Desecuritização, ou seja, a retórica de uma ameaça existencial que outrora justificava uma ação extraordinária, passa a não ser mais relevante.

A figura abaixo, elaborada por Medeiros Filho (2010), a partir de conceitos da Escola de Copenhague, sintetiza os pressupostos de análise:

Figura 2 – Processo de securitização e dessecuritização



Fonte: Medeiros Filho, 2010, p.38

Daí se extrai o entendimento de que quanto mais intenso o processo de Securitização em um país (número 1, ilustrado na figura acima), mais próximo de reconhecer a existência de uma Ameaça Externa ele se posiciona, classificando-se como um país Securitizado.

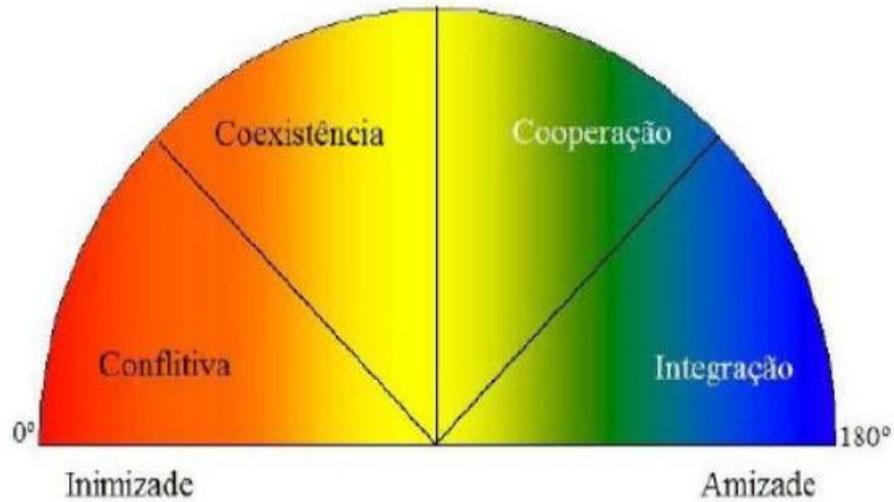
O processo inverso seria de que, quanto menos intenso o processo de securitização em um país (número 2, ilustrado na figura acima), ou seja, quanto mais Dessecuritizado, menos próximo de reconhecer a existência de uma Ameaça Externa ele se posiciona, classificando-a como uma Ameaça Remota e um país Não Politizado, do ponto de vista da integração e segurança dos países.

O ideal então seria um equilíbrio entre os processos de Securitização e Dessecuritização (ilustrado na figura acima), ficando em uma posição confortável entre a tensão de uma Ameaça Externa e a mornidão de uma Ameaça Remota, classificando-o como um país Politizado.

É neste contexto, que o Brasil vem se apresentando de forma bastante pujante no cenário, como maior país amazônico no binômio Integração / Segurança na região.

Para corroborar, Orcar Medeiros Filho (MEDEIROS FILHO, 2010) elaborou também a figura abaixo, a qual também sintetiza os conceitos apresentados a partir de conceitos da Escola de Copenhague:

Figura 3 – Padrões de relacionamento



Fonte: Medeiros Filho, 2010, p.57

Dela se extrai o entendimento de que quanto mais intenso o processo de Cooperação entre os países, mais próximo de reconhecer a existência de um processo de Integração eles se posiciona, classificando-se como países Amigos.

O processo inverso seria de que, quanto menos intenso o processo de Cooperação entre os países, ou seja, quanto menor a Coexistência, menos próximo de reconhecer a existência de um processo de Integração eles se posiciona, ou seja, uma relação Conflitiva, classificando-se como países até mesmo Inimigos, do ponto de vista da Inimizade, falta de integração e segurança entre os mesmos.

A abordagem multisetorial da segurança, dar-se-á dentro de um detalhamento quando, discorrer-se-á sobre a ocupação militar na Amazônia Oriental, dentro de uma breve visão histórica, as fronteiras coloniais na Amazônia Oriental, o Exército e a ocupação militar na Amazônia Oriental, a relação Portugal versus Espanha, o descobrimento do Brasil, dentro de um viés de evidências e polêmicas sobre o assunto, a Amazônia Colônia, a Amazônia Império, a Amazônia República, a Amazônia Oriental e o Exército, o organograma das organizações militares da Amazônia Oriental e as organizações militares da Amazônia Oriental, dentro de uma visão de futuro.

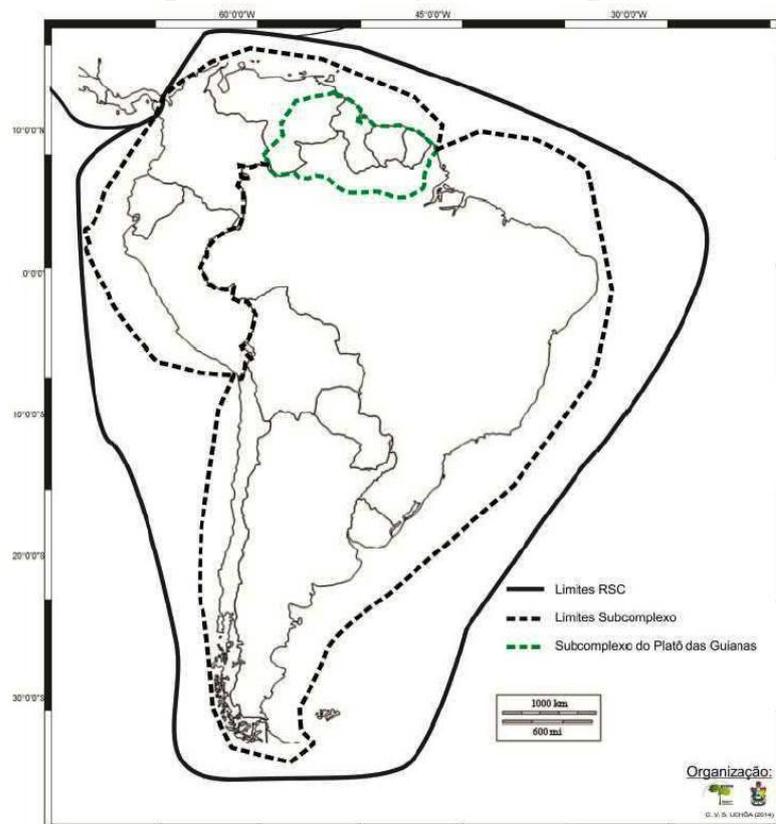
Quando se trata de uma visão geral sobre os Complexos Regionais de Segurança (CRS), é indicado que se compreenda que existem 4 (quatro) níveis de análise, que compõem o que é denominado CONSTELAÇÃO DE SEGURANÇA, ou seja, um conceito mais abrangente que o Completo Regional de Segurança – CRS.

Nestes quatro níveis existem graus de análise distintos e complementares que permitem ter dados e leituras mais precisas, e também abrem caminhos para compreender relações territoriais, políticas, geográficas, sociais que se dão entre diferentes nações. Por esta razão, os níveis se dividem a partir dessa dinâmica.

O primeiro deles é o *Doméstico*, cuja finalidade é de analisar as vulnerabilidades daquela região e identificar suas possíveis fraquezas; o segundo é do que diz respeito a *Relação*, nível no qual se escrutina a relação entre os estados que formam a região, suas dinâmicas integrativas, disruptivas, entre outros aspectos; outro nível de análise é o da *Interação*, que busca fazer uma leitura ampla das naturezas das interações da região com as demais regiões vizinhas; por último, temos as *Potências* onde busca-se fazer uma análise do papel de potências globais na região, ou seja, a relação do global e o regional.

Vale frisar que o Platô das Guianas, dentro do cenário da Amazônia Oriental, vem se constituindo como um subcomplexo emergente, senão vejamos:

Figura 4 - Subcomplexo emergente



Fonte: (CORREA, 2014, p. 172)

Há razões para esse fenômeno, posto que:

“[...] estudos de caso dentro do Platô nos levaram a perceber uma constelação de segurança própria que nos coloca dentro de um futuro desafio [...] uma nova divisão do subcomplexo de segurança amazônico em mais um subcomplexo dentro da América do Sul” (CORREA, 2014, p. 168).

A região Amazônica é atravessada de inúmeras complexidades na sua organização social, e também devido a peculiaridades territoriais, que demandam tecnologias sociais que são muito únicas em decorrência do seu local de manifestação.

É nesta perspectiva que se faz necessário a busca da compreensão das características únicas que estão expostas na Amazônia.

4.2 A complexidade de delimitação da Amazônia Transnacional

Não podemos deixar de frisar um marco e lançamento de importantes iniciativas de Integração e Segurança dos países Amazônicos, que foi o 1º Encontro de Cúpula dos Países da América do Sul – 2000⁵.

Notoriamente, percebe-se a importância dessas dinâmicas para o Brasil, no âmbito do trato internacional, dentro da Amazônia Transnacional e em especial a Amazônia Oriental. No entanto, a delimitação da Amazônia ainda é um tema complexo, uma vez que os países que a compõem (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela), não estabeleceram em conjunto, critérios físicos (ilustração 2), ecológicos (ilustração 3) e político-administrativos (ilustração 4), todos abaixo discriminados nas respectivas figuras; o que dificulta uma definição única, concreta e consensual entre todos esses países a respeito de sua delimitação.

Na busca de um melhor entendimento, como veremos mais adiante, Nogueira; Messari, (2005) nos indica que os teóricos realistas buscaram pensadores como Tucídides, segundo o qual tal situação deva estar relacionada à falta de um poder soberano (central) e legítimo, passando assim a existência de uma anarquia

⁵ Entre 2000 e 2004, ocorreram três reuniões bianuais dos doze Presidentes da América do Sul, denominada de Cúpula Sul-Americana, reuniões estas celebradas para acordar políticas de integração regional e temas de interesse para a zona. Desde 2004, as mesmas foram substituídas desde 2004 pelas cúpulas de Chefes de Estado e Chanceleres da Comunidade Sul-americana de Nações.

internacional onde o Estado mais forte sempre prevalecerá, impondo os seus interesses.

Nos indica também, que corroboram com este entendimento Hobbes (onde o estado de anarquia internacional equivale ao estado de natureza hobbesiano), e Waltz (onde as relações internacionais são uma anarquia composta de Estados).

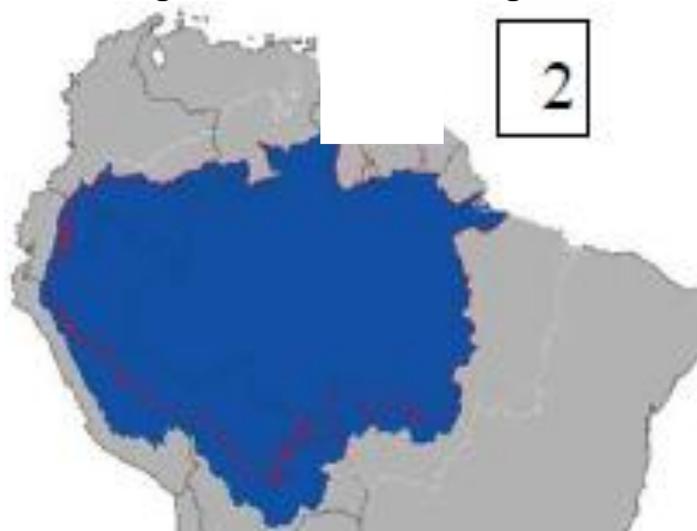
Vejamos os critérios físicos (figura 5), ecológicos (figura 6) e político-administrativos (figura 7), nas ilustrações abaixo:

Figura 5 - Critérios físicos



Fonte: (CORREA, 2014, p. 56)

Figura 6 - Critérios ecológicos



Fonte: (CORREA, 2014, p. 56)

Figura 7 - Critérios político-administrativos



Fonte: (CORREA, 2014, p. 56)

Ainda no trato das relações e iniciativas de integração e segurança dos países Amazônicos, mister se faz apontar e evidenciar a importância dos Eixos para o Brasil, dentro da Amazônia Transnacional, como na ilustração abaixo e detalhamento a seguir:

Figura 8 - Eixos da Amazônia transnacional



Fonte: Correa, (2014, p. 21)

É neste contexto também, que o Brasil vem se apresentando de forma bastante pujante no cenário, como maior país amazônico no binômio Integração / Segurança na região. Senão vejamos:

1) Eixo Peru – Brasil – Bolívia:

- a) Importante processo de integração, que aproxima o Brasil ao pacífico;
- b) Apresenta uma constelação de segurança específica na região.

2) Eixo Platô das Guianas – Brasil:

- a) Representa o caminho de integração do Brasil com o norte da América do Sul e Caribe;
- b) Apresenta uma dinâmica de segurança específica na região.

Pode-se afirmar então que as iniciativas de integração nos eixos, influenciam na dinâmica de segurança regional? Posto que:

- a) Percebe-se um cenário em que projetos integradores, ao invés de potencializar a aproximação da região, são por vezes fonte de securitização;
- b) Esse cenário é encontrado predominantemente no Eixo Peru – Brasil – Bolívia:
 - ✓ BOLÍVIA: Ambiente doméstico. Oscilação do papel do Estado;
 - ✓ PERU: Ambiente doméstico. Forte contestação do papel do Estado (escrutínio);

Movimentos de Securitização – Desenvolvimento e Integração Regional do tipo *topdown*.

c) Eixo Platô das Guianas – Brasil:

- ✓ Iniciativas de integração regional, são ainda pouco significativas;
- ✓ Ponte Binacional, planejada de maneira *topdown*, sem estudos de impactos e envolvimento da comunidade;
- ✓ Uma constelação de segurança própria – sub-complexos.

Topdown é a implementação partindo da alta administração, que normalmente é empregada quando as mudanças necessárias para consecução dos objetivos estratégicos requerem alteração na estrutura local, o que não é tarefa fácil e demandam de poder para serem realizadas.

Outro fato é o de parecer para a comunidade, que ela nada tem a colaborar com o processo, gerando desmotivação e apatia. Portanto, sofrerão grande resistência para implantação e terão pouca colaboração da comunidade.

Diante do exposto, se as iniciativas de integração reduzem os problemas de segurança regional, percebemos a lógica inversa da pergunta ao norte indagada.

Então, qual seria o lugar do Brasil no binômio integração/segurança, especificamente nesses eixos? Segundo Correa (2014), o papel do Brasil nesse contexto de integração e segurança na Amazônia Transnacional, em especial na Amazônia Oriental e no subcontinente; de forma geral é de grande relevância e alguns dados atribuem ao Brasil esse papel:

- a) É o maior país da América do Sul;
- b) Detêm a maior parte da Amazônia Transnacional (67,9%);
- c) Faz fronteira c/ todos os países amazônicos, menos Equador;
- d) Sua população equivale a quase metade da população do subcontinente (49%); e
- e) Seu PIB significa mais da metade do PIB da região (56%).

Outros aspectos importantes à serem considerados, é que:

1) A América do Sul não ficou fora da tendência de regionalização nas relações internacionais das últimas décadas e buscou fortalecer a regionalização do subcontinente com iniciativas de integração. A região, segundo Correa (2014):

- a) ocupa 12% da superfície terrestre;
- b) tem 25% das áreas cultiváveis;
- c) tem recursos naturais abundantes, e
- d) apenas 6% da população mundial.

2) Em um contexto de crescimento da população mundial, aumento do uso dos recursos naturais e preocupações ecológicas sistêmicas, a região demonstra grande relevância estratégica.

Essa relevância ganhou força nos últimos anos com as iniciativas de integração regional, que contaram com uma forte atenção da política externa brasileira (CORREA, 2014).

Para Martins Filho, J. R. (2003, p. 276), retrata que “é possível afirmar que os militares brasileiros entram o século XXI cada vez mais convencidos de que a ameaça de intervenção estrangeira por parte das potências mundiais, é o eixo da problemática de defesa da Amazônia”.

No que diz respeito a relevância do papel do Brasil no contexto de integração e segurança na Amazônia Transnacional, verificaremos mais adiante,

que tal importância se dará ainda nos meados do surgimento da pátria Brasileira, a qual anteviu o surgimento do Exército Brasileiro.

Outro aspecto de grande relevância, é o papel da sub-região amazônica na dinâmica do Complexo Regional de Segurança – CRS e para o desenvolvimento dos projetos integradores na América do Sul, dado a sua importância para a Integração e Defesa da região; conforme apontado por Correa (2014):

a) Integração:

- ✓ Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA;
- ✓ Conselho Sul-Americano de Defesa - CDS;
- ✓ Iniciativa para Integração Sul-Americana – IIRSA.

b) Defesa:

- ✓ Política Nacional de Defesa - PND;
- ✓ Estratégia Nacional de Defesa – END.

c) Eixo Platô das Guianas – Brasil:

- ✓ Que se engendra em sub-complexos, com um conjunto próprio de dispositivos de segurança, conforme já afirmado.

Esses procedimentos organizacionais e de políticas públicas se justificam pela complexidade região Amazônica, com destaque para a Amazônia Oriental, que representam pontos estratégicos pois constituem uma ampla gama de riquezas naturais inestimáveis e que demandam proteção e cuidado, tanto no campo territorial quanto na dimensão política de preservação, que precisam existir na forma de políticas públicas que cumpram o papel de mantenedora do equilíbrio da região.

4.3 Plano Estratégico de Fronteiras

Ressalta-se que, em desdobramento das metas do Plano Estratégico de Fronteiras – PEF (MJ, 2016), instituído em junho de 2011, o Governo Federal em março de 2012, criou a Estratégia de Segurança Pública nas Fronteiras – ENAFRON (MJ, ENAFRON, 2016), com o ideal de se investir em segurança nas regiões fronteiriças; sendo que para isso foram selecionados 219 municípios os quais seriam beneficiados com alguma ação/iniciativa da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP entre 2011 e 2013, tais como: convênios para reaparelhamento, radiocomunicação e videomonitoramento.

Os objetivos estratégicos do PEF são:

- a) Redução dos índices de criminalidade
- b) Identificação de indicadores de avaliação de resultados
- c) Coordenação do planejamento e execução de operações militares e policiais
- d) Articulação com os entes federados fronteiriços
- e) Cooperação com os países fronteiriços
- f) Apoio à população local
- g) Intensificação da presença do Estado

Os objetivos estratégicos da ENAFRON são:

- a) Promover a articulação dos atores governamentais, das três esferas de governo, visando:
 - ✓ Incentivar e fomentar políticas públicas de segurança;
 - ✓ Uniformizar entendimentos e ações;
 - ✓ Otimizar o investimento de recursos públicos nas regiões de fronteira;
- b) Enfrentar os ilícitos penais típicos das regiões de fronteira
- c) Promover bloqueio e desarticulação das atividades dos crimes organizados e transnacionais nas áreas de:
 - ✓ Financiamento
 - ✓ Planejamento
 - ✓ Logística
 - ✓ Distribuição

Percebe-se inicialmente que entre os 219 municípios fronteiriços selecionados, estão incluídos apenas 176 que foram explicitamente destacados na Portaria⁶ da SENASP N° 12, de 16 de março de 2012, portaria esta que regulou alguns dos investimentos da ENAFRON. Senão vejamos o Anexo I, da referida portaria:

⁶A Portaria da SENASP N°12, de 16 de março de 2012, indicou 178 municípios, sendo que apenas 2 (dois) estavam fora da Faixa de Fronteira. Diante disso, esses 2 municípios extra não foram incluídos no pré-projeto, a época.

Quadro 1 - Anexo 1 da Portaria da SENASP N°12, de 16 de março de 2012

(continua)

Estado Qtde	Faixa de Fronteira			Total
	Linha de fronteira (prioritários)		Demais municípios da faixa	
	Cidades "gêmeas"	Demais municípios lindeiros		
ACRE	Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia, Santa Rosa dos Purus Sena Madureira, Porto	Acrelândia, Capixaba, Cruzeiro do Sul, Feijó, Jordão, Plácido de Castro, Manoel Urbano, Marechal Thaumaturgo, Sena Madureira, Porto Walter, Rodrigues Alves, Mâncio Lima		16
QTDE	04	12		
AMAPÁ	Oiapoque	Laranjal do Jari	Amapá, Calçoene	04
QTDE	01	01	02	
AMAZONAS	Tabatinga	Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Barcelos, Santa Izabel do Rio Negro, Japurá, Santo Antônio do Içá	Boca do Acre, Guajará	09
QTDE	01	06	02	
MATO GROSSO		Cáceres, Comodoro, Porto Espiridião, Vila Bela da Santíssima Trindade	Pontes e Lacerda, Mirassol D'Oeste, Barra do Bugres, Tangará da Serra, Nova Lacerda, São José dos Quatro Marcos, Campos de Julio	11
QTDE	00	04	07	

Quadro 1 - Anexo 1 da Portaria da SENASP N°12, de 16 de março de 2012

(continua)

Estado Qtde	Faixa de Fronteira			Total
	Linha de fronteira (prioritários)		Demais municípios da faixa	
	Cidades "gêmeas"	Demais municípios limítrofes		
MATO GROSSO DO SUL	Bela Vista, Corumbá, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã	Antônio João, Aral Moreira, Caracol, Coronel Sapucaia, Japorã, Porto Murtinho, Sete Quedas	Amambai, Anastácio, Aquidauana, Bodoquena, Bonito, Caarapó, Deodápolis, Dois Irmãos do Buriti, Douradina, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Guia Lopes da Laguna, Iguatemi, Itaporã, Itaquiraí, Jardim, Jateí, Juti, Ladário, Laguna Carapã, Maracaju, Miranda, Naviraí, Nioaque, Novo Horizonte do Sul, Rio Brilhante, Sidrolândia, Tacuru, Taquarussu, Vicentina	44
QTDE	05	07	32	
RONDÔNIA	Guajará Mirim	Alta Floresta do Oeste, Cabixi, Costa Marques, Nova Mamoré, Alto Alegre dos Parecis, Pimenteiras do Oeste, São Francisco do Guaporé	Campo Novo de Rondônia, Colorado do Oeste, Distrito de Abunã, e Vilhena	12
QTDE	01	07	04	
RORAIMA	Pacaraima, Bonfim	Caracaraí, Normandia, Uiramutã	Rorainópolis	06
QTDE	02	03	01	

Quadro 1 - Anexo 1 da Portaria da SENASP N°12, de 16 de março de 2012

(conclusão)

Estado Qtde	Faixa de Fronteira			Total
	Linha de fronteira (prioritários)		Demais municípios da faixa	
	Cidades "gêmeas"	Demais municípios lindeiros		
PARÁ		Almeirim, Óbidos, Oriximiná	Alenquer, **São Caetano de Odivelas e **Abaetetuba	06
QTDE	00	03	03	
PARANÁ	Barracão, Foz do Iguaçu, Guaíra	Capanema, Entre Rios do Oeste, Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Pato Bragado, São Miguel do Iguaçu, Santa Helena, Santo Antônio do Sudoeste	Ampére, Assis Chateaubriand, Cascavel, Céu Azul, Capitão Leônidas Marques, Francisco Beltrão, Icaraíma, Lindoeste,	32
			Palotina, Medianeira, Missal,	
			Nova Santa Rosa, Quatro Pontes, Santa Terezinha de Itaipu, Terra Roxa, Toledo, Umuarama, Maripá,	
			Matelândia, Vera Cruz do Oeste	
QTDE	03	09	20	
RIO GRANDE DO SUL	Aceguá, Barra do Quaraí, Chuí, Itaqui, Jaguarão, Porto Xavier, Quaraí, Santana do Livramento, São Borja, Uruguaiana	Bagé, Doutor Mauricio Cardoso, Crissiumal, Dom Pedrito, Novo Machado	Rio Grande, Santa Rosa, São Luiz Gonzaga, Três Passos, Irai, Caiçara, Vicente Dutra	22
QTDE	10	05	07	
SANTA CATARINA	Dionísio Cerqueira	Bandeirante, Belmonte, Guaraciaba, Itapiranga, Paraiso, Princesa, São José Cedro, Tunápolis, Santa Helena	Chapecó, Concórdia, São Miguel D'Oeste, São Lourenço do Oeste, Xanxerê, Maravilha	16
QTDE	01	09	06	
28	66		84	178
94				

Fonte: SENASP, 2012.

Chamamos a atenção para os municípios de São Caetano de Odivelas e Abaetetuba, que estão fora da faixa de fronteira e por questões estratégicas definidas em conjunto com a Secretaria de Segurança do Estado do Pará, foram inseridos no rol de municípios, especialmente pelos efeitos dos ilícitos fronteiriços serem mais efetivos no eixo do Rio Amazonas e Costa da Ilha do Marajó.

A hipótese é a de que esses municípios deveriam ser lugares privilegiados para se iniciar possíveis processos de interação e cooperação interinstitucional, devido a capacidade de implementação das políticas públicas de responsabilidade do Estado, através da atuação dos atores da gestão pública nesta área da Amazônia Oriental.

Senão vejamos:

Quadro 2 – Segurança na Fronteira Brasileira: Ministérios, Área de Atuação



Segurança na Fronteira Brasileira	
Ministérios	Área de Atuação
1. Defesa	Nacional (integridade física do país, soberania)
2. Justiça e Cidadania	Pessoal (ilícitos, imigração)
3. Relações Exteriores	Político-institucional (estabilidade geopolítica)
4. Integração Nacional	Regional (desenvolvimento do território)
5. Fazenda	Patrimonial, comércio (evasão de divisas)
6. Cidades	Rede urbana local, regional e cidades gêmeas
7. Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Alimentar, doença animal (risco de contaminação)
8. Saúde	Sanitária, serviços de saúde nas cidades gêmeas

Fonte: IPEA, 2016

Quadro 3 – Segurança na Fronteira Brasileira: Principais Políticas Públicas Federais

Segurança na Fronteira Brasileira Principais Políticas Públicas Federais

Fonte: MD, MJ, MI e MF. Elaboração: Ipea (Dirur)



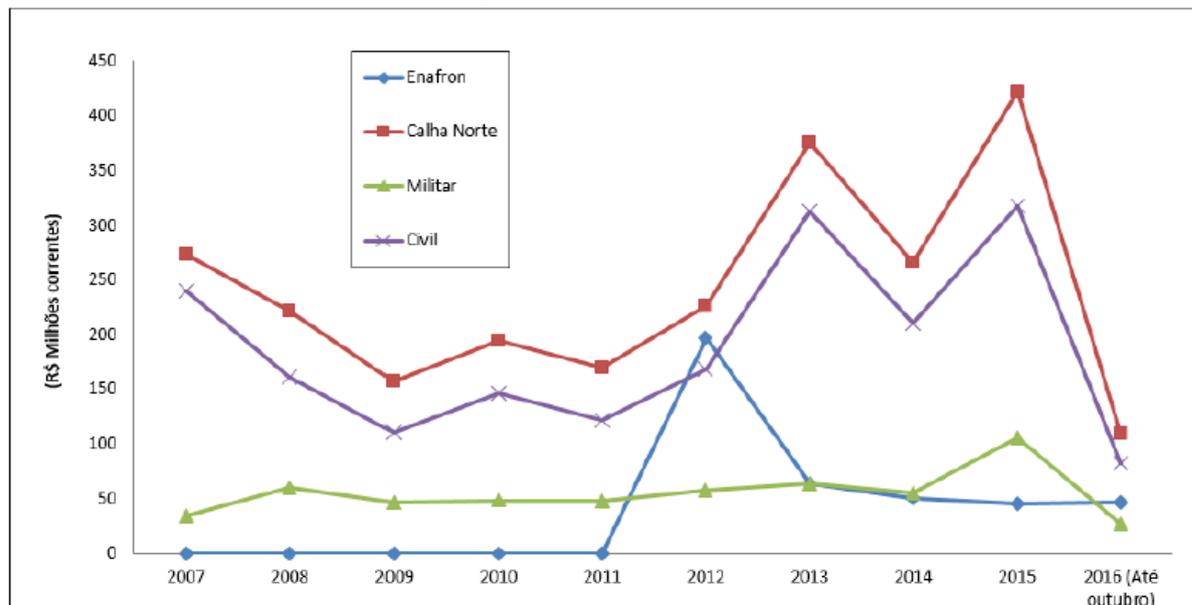
Ministério	Política	Ano/Início	Objetivo	Abrangência	Prioridade
Defesa, Justiça e Cidadania e Relações Exteriores	Comitê de coordenação e controle de fronteiras	2016	Integrar as políticas e mecanismos de combate a ilícitos	Faixa de fronteira	Contrabando de produtos e armas, tráfico de drogas ilegais e crimes de descaminho
Forças Armadas + instituições federais + estados + municípios	Operação Ágata 11	2016	Reduzir os índices de criminalidade e reprimir crimes transfronteiriços, como o tráfico de pessoas, drogas, armas e munições e o contrabando de mercadorias, e ambientais.	Principais pontos de fronteira do país	Combate a crimes transfronteiriços e ambientais
Fazenda (RFB)	Operação Muralha	2016	Reduzir os índices de contrabando e descaminho	Principais pontos de fronteira do país	Combate a crimes tributários e fiscais
Justiça e Cidadania, Defesa e Fazenda	Plano Estratégico de Fronteiras (PEF)	2011	Aperfeiçoar a gestão integrada das instituições envolvidas com segurança pública nas regiões de fronteira	Municípios da faixa de fronteira	Segurança e comércio
Justiça e Cidadania, Defesa e Fazenda	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron) Coordenação Senasp	2011	Estratégia de Defesa e controle da aduana	Municípios da faixa de fronteira. Fortalecimento de instituições estaduais e municipais, etc.	Segurança e comércio
Justiça e Cidadania (PF, PRF e Senasp)	Operação Sentinela	2010	Enfrentar os crimes de fronteira, entre eles o tráfico de drogas	Principais pontos de fronteira do país	Segurança e tráfico de drogas
Integração Nacional	Plano de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF)	2009	Promover o desenvolvimento da FF, com ênfase nas potencialidades locais e na articulação com outros países da América do Sul	Municípios da faixa de fronteira	Estruturação física, social e produtiva
Defesa (Exército)	Programa Amazônia protegida	2008	Aumentar o número de pelotões de fronteira na floresta e modernizá-los, além de criar novas brigadas	Municípios da faixa de fronteira	Segurança e social
Defesa	Programa Calha Norte	1985	Promover a ocupação e o desenvolvimento da Amazônia	6 estados (194 municípios)	Segurança, desenvolvimento, econômico, social e ambiental

Fonte: IPEA, 2016

Daí se extrai o entendimento de que os 02 (dois) únicos programas voltados à segurança de municípios da faixa de fronteira, são o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) e a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), ambos em destaque no Quadro N° 2, e sob a supervisão e execução do Ministério da Justiça – MJ. Extrai-se também que estes programas, apresentam-se apenas no viés de atuação com caráter repressivo.

De outro giro, o único programa que possui um viés de atuação com caráter preventivo, é o Programa Calha Norte, em destaque no Quadro N° 2, e sob a supervisão e execução do Ministério da Defesa – MD, com atuação nas áreas de segurança, desenvolvimento econômico, social e ambiental das regiões de fronteira.

Gráfico 1 – Investimento em fronteira no Brasil (ENAFRON, Calha Norte, Militar e Civil) 2007 – outubro/2016



Fonte: IPEA (2016)

Daí se extrai o entendimento de que o programa mais pujante é Programa Calha Norte do Ministério da Defesa – MD. No entanto, vale frisar que o referido programa não possui orçamento/financeiro próprio para as suas ações. O programa tão somente executa as suas ações através de projetos aprovados, os quais se transformam em convênios celebrados com os estados e/ou municípios, sendo que os recursos são oriundos de emendas parlamentares de deputados federais e/ou senadores, sejam elas do tipo emendas individuais, de bancada e/ou relatoria.

Mister se faz também, frisar-se o ocorrido em outubro de 2016, o impeachment da Presidente Dilma Rousseff, de onde se extrai o entendimento de que este fato causou séria solução de continuidade administrativa/ orçamentária/ financeira nos aludidos programas. Esta solução de continuidade ainda se agravou no governo subsequente, o do Presidente Michel Temer, sendo que a sua retomada lenta e paulatina somente se deu no atual governo do Presidente Jair Bolsonaro.

Entretanto, e opostamente, percebe-se ainda uma problemática geral bastante vultosa quanto aos ilícitos praticados nessas regiões (IPEA e FBSP, 2016), tais como:

- a) Tráfico de pessoas, entorpecentes, armas de fogo, munições e explosivos;
- b) Contrabando (veículos, cigarro), pirataria (CD, bebida, eletrônico) e descaminho (sonegação);
- c) Ocorrência de crimes transnacionais;
- d) Existência de conflitos fundiários;
- e) Evasão de divisas;
- f) Imigração ilegal;
- g) Crimes ambientais e desmatamento ilegal (estados amazônicos fronteiriços);
- h) Problemas indígenas;
- i) Garimpos ilegais; e
- j) Trabalho escravo.

Sugere-se que tal problemática tenha como fulcro a sensação da falta de punição e vigilância, aliada a ausência de controle social, nestas respectivas regiões.

Para Foucault (1987), a punição e a vigilância são poderes destinados a educar (adestrar) as pessoas, para que cumpram normas, leis e exercícios de acordo com a vontade de quem possui o poder, no caso em geral e por força de lei, o Estado.

A vigilância é uma maneira de se observar a pessoa, se esta está realmente cumprindo com todos seus deveres – é um poder que atinge os corpos dos indivíduos, seus gestos, seus discursos, suas atividades, sua aprendizagem e sua vida cotidiana.

Já a punição é o meio encontrado pelo poder para tentar corrigir as pessoas que infringem às regras ditadas e ela também é o meio de se ilidir que essas pessoas cometam condutas puníveis (através da punição as pessoas terão receio de cometer algo contrário às normas do poder).

Nessa mesma esteira de pensamento, a relação entre vigiar e punir está no fato de que com ela seria possível “adestrar” as pessoas para que estas exercessem suas tarefas como bons cidadãos, evitando ao máximo que as pessoas infringissem as normas estabelecidas pelo poder.

Portanto, a partir desse ponto, Foucault (1987) explicou a noção de que as formas de pensamento são também afinidades de poder, que implicam a repressão e determinação. Assim, é possível lutar contra a superioridade representada por certos padrões de pensamento e comportamento sendo, no entanto, impossível escapar completamente a todas e quaisquer relações de poder.

Na contemporaneidade a noção de justiça penal passou por uma transformação que teoriza a respeito das características punitivistas do sistema legal e jurídico, demandando que ela exerça seu papel de forma que suas punições sejam justas, adequadas e coerentes com o sistema que a rege.

Olhando pelo prisma do controle social, Foucault (1987) desde 1975, quando da publicação original de sua contundente obra, já nos apontava para a necessidade de mudança da ideia habitualmente aceita de que a prisão é uma forma humanista de cumprir pena, assinalando seis princípios sobre os quais deveria se assentar o novo poder de punir. São eles:

1. REGRA DA QUANTIDADE MÍNIMA. (FOUCAULT, 1987, p. 114):

Ela se dá para que as consequências do delito sejam mais temidas do que o desejo pelas vantagens que ele lhe proporcionaria.

2. REGRA DA IDEALIDADE SUFICIENTE. (FOUCAULT, 1987, p. 114):

A simples ideia da punição, já causa um desconforto a quem pensa em infringir a lei.

3. REGRA DOS EFEITOS (CO)LATERAIS. (FOUCAULT, 1987, p. 115):

Correspondem às diversas funções e efeitos (desejados e indesejados) no corpo social.

4. REGRA DA CERTEZA PERFEITA. (FOUCAULT, 1987, p. 115):

A pena deve punir o infrator, mas principalmente dar exemplo ao corpo social.

5. REGRA DA VERDADE COMUM. (FOUCAULT, 1987, p. 116 e 117):

Todo julgamento deveria ser homogêneo, e ser comprovado, sem nenhuma sombra de dúvidas, a culpa do acusado.

6. REGRA DA ESPECIFICAÇÃO IDEAL. (FOUCAULT, 1987, p. 118):

A Regra da Especificação Ideal é a codificação das leis.

Parece-nos até utópico acreditar que se poderá um dia termos bem delineado no campo do conhecimento, tais condutas nocivas para a sociedade, com vistas a traçarmos políticas públicas mais eficazes e eficientes.

Para corroborar:

[...] A objetivação do criminoso fora da lei, como homem da natureza, não passa ainda de uma virtualidade, uma linha de fuga, onde se entrecruzam os temas da crítica política e as figuras do imaginário. Será necessário esperar muito tempo para que o *homo criminalis* se torne um objeto definido num campo de conhecimento. (FOUCAULT, 1987, p. 122)

A partir dessas proposições foucaultianas, percebe-se a necessidade de elaboração de políticas públicas de segurança que contemplem de forma equânime a justiça sobre os sujeitos sobre os quais ela se aplica, respeitando a humanidade deste que é alvo da letra da lei.

Trazendo para o escopo dessa proposta de pesquisa, as reflexões ora apresentadas têm a finalidade de explicitar as deficiências das políticas públicas voltadas para a segurança nas regiões fronteiriças e de como estas podem ser reformuladas e/ou criadas de modo a se adequar a realidade da localidade onde estas se aplicam.

Seguindo Secchi (2013), e ainda na busca de respostas, comparar-se-á a presente pesquisa com os principais conceitos, fundamentos, tipologias e categorias analíticas consolidadas na literatura internacional sobre políticas públicas. Quando, abordar-se-á com mais clareza as dimensões e elementos essenciais para tal comparação, fazendo uma estreita relação com os fundamentos preservados pelas políticas públicas de segurança em zonas de fronteiras transnacionais aliando aos exemplos práticos nacionais, conforme objetivos específicos supramencionados.

Essa abordagem será fulcrada em nove dimensões relacionadas ao tema: conteúdo, tempo, espaço, atores e comportamentos, como também os tipos de políticas, as instituições, os atores envolvidos no processo e os estilos de políticas.

Há uma percepção de que as políticas públicas voltadas para a segurança da zona fronteira da Amazônia Oriental, nela contida na cidade do Oiapoque, se mostram incipientes e, por vezes, pouco efetivas nos seus resultados, dado as falhas na elaboração e/ou diagnósticos das mesmas; quando não, essas políticas são elaboradas por indivíduos, instituições e/ou organizações, sem nenhum vínculo estatal, gerando assim uma séria solução de continuidade e a conseqüente extinção da política pública.

A tipologia utilizada por Secchi (2013) é a de Richardson, Gustafsson e Jordan, que classifica os estilos em: consensual, impositivo, proativo e reativo. Onde preliminarmente, percebe-se que a predominância das políticas públicas em território de fronteira é do estilo reativo, no sentido de se executar um reposicionamento econômico e político do país nessas localidades.

Nesta mesma linha, os exatos termos também já foram apreciados por Boneti (2011), sob a necessidade de se realizar um estudo da política pública, dedicando-se ao contexto e toda a complexidade que antecede o seu nascimento; quando o mesmo afirma que esse estudo “é a análise que parte do momento da gestação da ideia da qual resulta uma ação pública”. Tal princípio, deve se reportar ao contexto dos fatores determinantes que dão origem a uma ideia. É, nesse princípio, segundo Boneti (2011), “que se encontra a natureza de significação das políticas públicas”.

O mesmo - Boneti - ainda cita que “é da relação entre o Estado, as classes sociais e a sociedade civil que surgem os agentes capazes de definir a política pública”.

De outro giro, percebe-se que políticas públicas são, via de regra, o produto da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações sociais de poder, e de modo mais amplo, é o resultado da dinâmica de jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder.

Estas relações, muitas vezes, são constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil.

Os participantes desta correlação de forças, constituem-se num determinado momento, por representação de classe elitizada, quase sempre na busca de um interesse específico, pela representação de empresas, etc; e nem sempre pela representação de organizações populares.

Este panorama é bem visível principalmente em território de fronteira, haja vista que a organização socioespacial de zonas de fronteiras, como espaços socialmente produzidos — fazendo uso dos conceitos elaborados por Lefebvre (2013) —, se estruturam segundo referenciais sociais, políticos e econômicos distintos. No caso do Oiapoque existem algumas peculiaridades que se externam na própria história da cidade, que foi cenário de atritos políticos e geográficos para a delimitação de suas fronteiras territoriais.

Diante disso, se configura como latente o equívoco das ações das políticas públicas em tratar de forma homogênea as pessoas que constituem esses grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil, que vivenciam uma realidade, acentuadamente no extremo norte brasileiro, que está fora da curva do fluxo dos espaços urbanos dos grandes centros econômicos do país, situados nas regiões sudeste e sul do Brasil.

Bonetti (2011) ao buscar definir igualdade na presente visão social, chega a seguinte síntese: “a igualdade não se estabelece pela maioria, mas a partir do padrão, que na nossa sociedade capitalista é imposto pelas classes dominantes. O igual assume a posição de comando, para não dizer dominador[...]”. Isto nos leva a caminhos reflexivos a respeito de quais são os referenciais norteadores da elaboração das políticas públicas de segurança da zona fronteira presente na Amazônia Oriental. Eles contemplam as especificidades da localidade situada em área de fronteira transnacional?

É a esse questionamento que esta proposta investigativa tentará responder de forma satisfatória dentro dos limites que o formato deste trabalho delimitará.

De acordo com o arrazoado até agora, pode-se perceber que do produto da dinâmica desse jogo de forças, há um contexto que permite e influencia a elaboração de políticas públicas. É com esta premissa o que Bonetti conclui que:

[...] o caráter de uma política pública [...] é construído durante o todo da sua trajetória, desde o momento da sua elaboração até a sua operacionalização, assumindo importância decisiva na formação desse caráter a correlação de forças sociais envolvidas. É no contexto da sociedade civil o berço de uma política pública, sendo o resultado da correlação de forças (BONETTI, 2011).

No entanto, o que se observa a respeito da ausência de uma presença ativa e operante do Estado é que essa falta acabou por tornar-se parte do fluxo

dessa zona de fronteira da Amazônia Oriental, como é o caso do Oiapoque, que é um município estratégico para as relações internacionais do Brasil, mas que tem uma estrutura dos aparatos públicos do Estado que se mostra insuficiente para dar cabo das políticas públicas pensadas para aquela região.

Este fenômeno acaba por provocar uma percepção da inoperância do Estado como um fator comum, o que suscita uma postura social inerte diante dessa incapacidade dos dispositivos estatais de efetiva implementação de políticas públicas de segurança na fronteira brasileira com o Platô das Guianas.

Este fato é bem recorrente nos dias atuais, pois os órgãos e/ou instituições que dominam os resultados estatísticos, estão na sua maioria à serviço de quem governa. Sendo assim, os dados acabam por ser divulgados e confeccionados de forma manipulada conforme o interesse de quem está no poder. Estes dados, que deveriam servir de subsídios para a elaboração de políticas públicas eficazes e que estivessem adequadas às demandas locais, acabam servindo tão somente para dar vazão aos projetos de quem quer que seja e esteja no poder, descontinuando e desvirtuando o único objetivo de desenvolver políticas públicas de Estado, que é equilibrar as desigualdades em torno de ações voltadas para o bem comum.

Por isso, em sua afirmativa, Lima nos oferece o seguinte entendimento:

[...] mais do que isentos, os números e as formas como eles estão organizados respondem às dinâmicas das disputas de poder em torno das regras sobre como e quem governa: eles são instrumentos de construção de discursos de verdade, que almejam a objetividade e a legitimidade enquanto pressupostos; são resultados de múltiplos processos sociais de contagem, medição e interpretação de fatos e, portanto, dependem da circulação do poder para se reproduzirem (LIMA, 2005, p.27).

Cabe aqui sublinhar de forma a se clarificar a abordagem que compreende que toda estrutura de poder possui um discurso capaz de persuadir, dominar e determinar o que se espera e deseja ser aceito em uma sociedade, grupo ou mesmo no campo subjetivo do sujeito⁷.

Deste modo, o discurso dominante encontra-se comprometido com os interesses de uma verdade universal e absoluta, que se instrumentalize numa ferramenta de controle — dos corpos, das vontades, dos espaços, das fronteiras.

⁷[...] somente a determinadas estruturas e sistemas sociais estabelecidas por lei e que regem uma sociedade, e sobretudo, nem aquilo que possui força ou poder, porém é “o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 1987, p. 103).

Utiliza-se este discurso predominante de forma arbitrária para produzir verdades, de maneira que legitimem determinados grupos e nichos sociais e marginalizem outros. Ainda segundo Foucault (2011), o discurso envolve controle de maneira organizada, estratégica e ordenada, que objetiva e tem por função manipular, tramar e dominar a situação em um contexto de poderes e perigos.

Nesta direção argumentativa, o autor destaca que a dominância de um discurso se dá pela estruturação de uma determinada classe econômica e/ou política que detém o poder de formatá-lo de modo que ele atenda aos seus interesses sem demonstrar estar forjando as leis “naturais” de regras de convivência em sociedade.

Nesta abordagem, destaca-se o termo dispositivo enfocado por Foucault, e se conceitua como:

Um conjunto decididamente heterogêneo, que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo (FOUCAULT, 2011, p.244).

Seguindo o lastro aberto por Foucault e corroborando nesta mesma esteira de pensar, Bourdieu (2014, p. 322) defende que "A verdade de todo o mecanismo político está na lógica da sucessão", tendo em vista que o discurso e suas verdades implícitas tem sua manutenção produzida ao longo das décadas e séculos. Aqueles que não se saem bem nesta tarefa de forte peso simbólico, são discurso se engessam e perdem sua instrumentalidade. Os que englobam essa “lógica da sucessão” conseguem dar cabo de um projeto a longo prazo de existência, sempre se adaptando à comunidade/coletividade onde se manifesta.

5 A OCUPAÇÃO MILITAR NA AMAZÔNIA ORIENTAL

O processo de ocupação militar da Amazônia detém um longo histórico, que atravessa inúmeros momentos críticos e de grandes alterações no cenário político, social e econômico do Brasil.

Para dar conta, de forma abreviada, desse processo, este capítulo aborda estas fases indo desde meados do século XVII até a contemporaneidade, apresentando os díspares momentos onde a ocupação militar na Amazônia mostrou-se como fator preponderante para proteção, cuidado e fiscalização de um dos maiores patrimônios naturais da humanidade.

5.1 Breve Visão Histórica

A conquista e a ocupação da Amazônia foram empreendimentos conduzidos pela coroa portuguesa, planejados e executados com prioridade e que resultaram na incorporação ao território brasileiro de aproximadamente 60% (sessenta por cento) de sua área total (IGHMB, 2018).

Coube a Portugal, ainda durante a vigência da união Ibérica, sob ordens do Rei da Espanha, a expulsão dos franceses de São Luís do Maranhão e a fundação, em 1.616, do forte do Presépio de Santa Maria de Belém.

A partir dessa posição, pescadores e comerciantes ingleses e holandeses, que iniciavam sua instalação no baixo Amazonas, foram expulsos pelas forças portuguesas, que passaram então a controlar o acesso à maior bacia hidrográfica do mundo, a qual possui os seguintes aspectos significativos: área de 5,2 milhões de km², densidade populacional de 3,2 hab/km², 1/3 (um terço) das florestas tropicais da terra; e maior densidade biológica do planeta (IBGE, 2017).

Com a criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará, em 1.621, a administração desses territórios passou a ser diretamente subordinada ao governo de Lisboa (IGHMB, 2018). Iniciou-se então, um processo irreversível de exploração e penetração territorial pela vasta rede hidrográfica amazônica. Uma expedição oficial, realizada entre 1.637 e 1.639 (IGHMB, 2018), pretendeu estabelecer um limite entre os domínios das duas Coroas Ibéricas, sendo a mesma chefiada por Pedro Teixeira, que lavrou ata de posse para Portugal das terras situadas a oeste da

povoação de franciscana, fundada pelos portugueses em pleno território do Equador atual.

Pedro Teixeira, nascido em Cantanhede, 1.570 ou 1.587, falecido em Belém-PA, em 4 de julho de 1.641, foi um desbravador e militar português, responsável pelas principais expedições na região da Amazônia Oriental.

Entre 1.647 e 1.651 (IGHMB, 2018), o bandeirante Antônio Raposo Tavares, realizou uma das maiores expedições geográficas da história, uma viagem de São Paulo a Belém, percorrendo mais de 5.000 km pelos sertões do contingente americano. Essa Expedição revelou acessos do sul do Brasil para a Amazônia e a importância do Rio Madeira e sua ligação com os altiplanos andinos. Por essa razão, estratégica, a Coroa portuguesa determinou a ocupação do vale do Rio Madeira pelos missionários religiosos (IGHMB, 2018), agentes imprescindíveis de conversão e conquista que, em pouco menos de um século depois da construção de Belém, haviam irradiado a ocupação por meio de dezenas de missões fundadas nos mais diversos pontos do território amazônico.

A partir de então, Lisboa determinou: o enfrentamento das incursões francesas no norte do Amazonas; a conquista dos Rios Negro e Branco; a expulsão dos jesuítas a serviço da Espanha no Rio Solimões; e a expedição ao Rio Madeira para conter a presença espanhola à oeste do Rio Guaporé (IGHMB, 2018).

Todas essas ações fizeram parte da estratégia para garantir a posse da Amazônia e tinham por objetivo preservar as conquistas territoriais empreendidas pelas expedições oficiais, pelos missionários, entradistas e bandeirantes (IGHMB, 2018).

A partir do reinado de Dom João V, de 1.706 a 1.750, Portugal passou a priorizar a definição de suas fronteiras coloniais (IGHMB, 2018), com o propósito de revisar os acordos anteriores de limites e abolir o Tratado de Tordesilhas⁸, firmado em 07 de junho de 1.494.

⁸Foi um tratado celebrado entre o Reino de Portugal e a Coroa de Castela para dividir as terras "descobertas e por descobrir" por ambas as Coroas fora da Europa. O tratado definia como linha de demarcação o meridiano 370 léguas a oeste da ilha de Santo Antão no arquipélago de Cabo Verde. Os territórios a leste deste meridiano pertenceriam a Portugal e os territórios a oeste, a Castela.

A aproximação das Coroas Ibéricas e a extraordinária atuação de Alexandre de Gusmão nas negociações de fronteiras (IGHMB, 2018), resultaram na assinatura em 1.750, do Tratado de Madri⁹.

Naquela época na Amazônia (IGHMB, 2018), Lisboa decidira tomar para si o controle das missões religiosas, realizando um programa de profunda reorganização política, econômica, social, administrativa, judicial e religiosa. Essa política propunha-se, sobretudo, a promover o povoamento do território e a garantir sua defesa e sua posse. Vilas foram fundadas; missões elevadas à categoria de vilas; e, sobretudo, uma linha defensiva de fortificações portuguesas foram construídas para guarnecer os limites exteriores da região, tais como: São José de Marabitanas e São Gabriel da Cachoeira, no Rio Negro; São Francisco Xavier de Tabatinga, no Rio Solimões; São Joaquim, no Rio Branco; Santo Antônio do Içá, na desembocadura do Rio Içá com o Solimões; São José de Macapá, uma das maiores fortificações da América Latina, erguida pelos portugueses em 1.782 na foz do Rio Amazonas; e Real Príncipe da Beira, no Rio Guaporé.

Tais fortificações permitiram a ocupação definitiva do território e demonstraram o propósito de Lisboa em defender e consolidar o espaço amazônico conquistado (IGHMB, 2018).

Embora tivesse sido revogado logo após sua assinatura, em 12 de fevereiro de 1.761, pelo Tratado de El Pardo (IGHMB, 2018), o Tratado de Madri estabeleceu o princípio doutrinário que acabaria por prevalecer na demarcação definitiva das fronteiras do Brasil.

Deve-se à penetração dos sertões pelos expedicionários, missionários, entradistas e bandeirantes, a realização física da expansão colonial portuguesa na América; e ao Tratado de Madri, a inteligência e a prioridade política para a manutenção dessa conquista territorial tão singular, e a conseqüente defesa de suas fronteiras.

Com base nesse acordo, o Brasil independente teria sua área total mais que triplicada e logo trataria de oficializar suas fronteiras com as nações sul-americanas recém-formadas (IGHMB, 2018); processo este que não ocorreu no

⁹Foi um tratado celebrado entre os reis João V de Portugal e Fernando VI da Espanha, ocorrido em 13 de janeiro de 1.750, onde se legalizava, pelo argumento de posse da terra, *utis possidetis*, e pela busca das fronteiras naturais, a ocupação da Amazônia e do centro-Oeste do Brasil.

restante da América hispânica e nem mesmo na América do Norte (IGHMB, 2018), em que as grandes alterações de fronteiras se deram depois da independência.

A Amazônia, a despeito de todas as dificuldades para sua colonização, permaneceu brasileira graças ao esforço (uma linha defensiva de fortificações portuguesas) e ao empenho político (Portugal passou a priorizar a definição de suas fronteiras coloniais) para manter essa vasta região como parte de seu império colonial ultramarino. Ambos — esforço e empenho político — empreendidos por Portugal.

5.2 O exército e a ocupação militar na Amazônia Oriental

A Amazônia Brasileira compreende vastíssima extensão de terras e a maior bacia hidrográfica do mundo – a Bacia do Amazonas – como já outrora relatado. Pedro Teixeira, desbravador e explorador português, foi o responsável, há mais de três séculos, pela posse da Amazônia para Portugal, como já destacado. Deve-se a ele a exploração de mais de 10.000 km² de rios e trilhas, em toda a região, partindo de Belém do Pará, e chegando até Quito, no Equador (IGHMB, 2018).

A presença militar nessa área vem do início do século XVII, quando os portugueses efetivamente passaram a desbravá-la e a consolidar sua posse, como veremos nos mais adiante.

Com o passar dos anos, a Amazônia cresceu de importância no cenário nacional e recentemente de forma exponencial no cenário mundial, e hoje, enquadra diversas organizações militares, participando do processo de consolidação da defesa do território nacional e do desenvolvimento econômico.

Ela engloba mais de 9 mil km de fronteiras, com dez países sul-americanos (Argentina, Venezuela, Peru, Colômbia, Bolívia, Uruguai, Paraguai, Guiana Francesa, Suriname e Guiana), fator que impõe prioridade nacional de defesa a essa região.

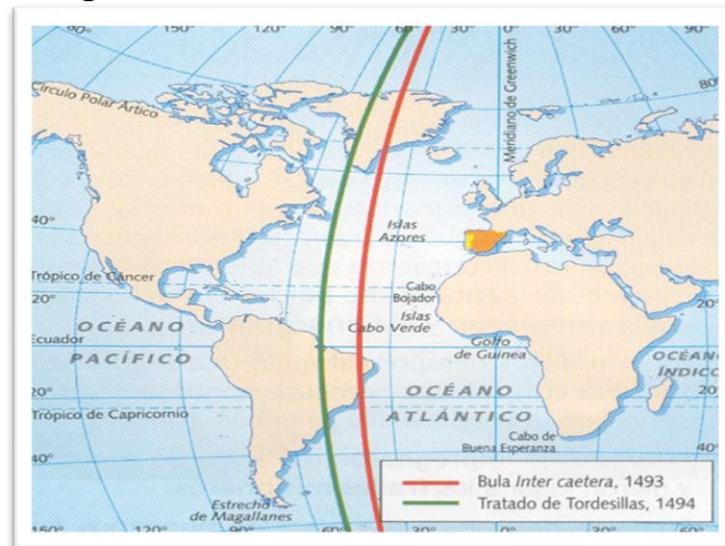
Não há como se falar do surgimento do Exército Brasileiro, sem antes se falar do surgimento da pátria Brasileira.

Diante disso, é impossível não se abordar com mais detalhadamente, os fatos da Breve Visão Histórica ao norte exposta, como se segue.

5.2.1 Relação Portugal x Espanha e o Descobrimento do Brasil

No dia 7 de julho de 1494, o Tratado de Tordesilhas transformou os limites do antigo pacto, a Bula Inter Caetera. Segundo o novo acordo, todas as terras descobertas até o limite de 370 léguas (2500 quilômetros) a oeste de Cabo Verde seriam de domínio português.

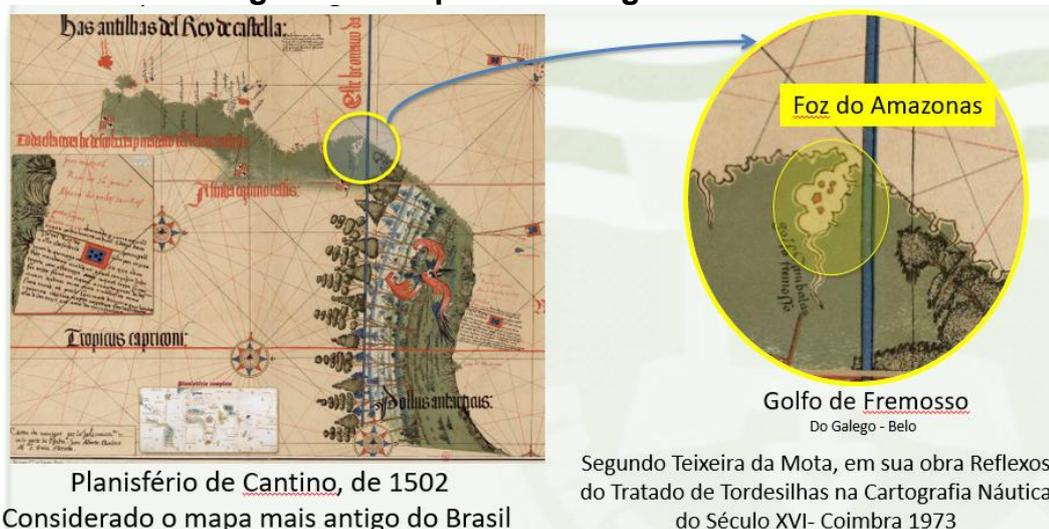
Figura 9 - Tratado de Tordesilhas, de 1494



Fonte: (IGHMB, 2018)

E assim ficou a divisão das terras “descobertas e por descobrir” entre os Reinos de Portugal e Espanha:

Figura 10– Mapa mais antigo do Brasil



Planisfério de Cantino, de 1502

Considerado o mapa mais antigo do Brasil

Fonte: (IGHMB, 2018)

É provável que o português Duarte Pacheco Pereira tenha feito uma viagem à costa brasileira em 1498, possivelmente visando identificar os territórios que pertenciam a Portugal ou a Castela, de acordo com o Tratado de Tordesilhas.

Mas, há mais evidências concretas de que dois espanhóis, Vicente Yáñez Pinzón e Diego de Lepe, teriam viajado ao longo da costa norte do Brasil entre janeiro e março de 1500. Pinzón foi do Cabo de Santo Agostinho até a foz do rio Amazonas.

Figura 11- Vicente Yáñez Pinzón



Fonte: (IGHMB, 2018)

Figura 12 - Duarte Pacheco Pereira



Fonte: (IGHMB, 2018)

É consenso entre a maioria dos historiadores que as expedições espanholas não influenciaram em nada o desenvolvimento do que viria a ser a única nação de língua portuguesa das Américas — com história, cultura e sociedade únicas (IGHMB, 2018).

Em 22 de abril de 1500, deu-se a chegada oficial da frota comandada por Pedro Álvares Cabral ao território denominado Ilha de Vera Cruz.

Figura 13 – Chegada da frota de Pedro Álvares Cabral



Fonte: (IGHMB, 2018)

A frota portuguesa deparou-se, na sua chegada, com um imenso território que já detinha diversos ocupantes em trajes diminutos, portando utensílios considerados rudimentares pelos europeus; estas pessoas foram denominadas índios, pois os portugueses acreditavam haver encontrado o caminho mais curto para as Índias, o que mostrou-se um equívoco que permaneceu incrustado na nossa linguagem até hoje.

A região sobre a qual depararam-se constituía-se, de forma plena, em grandes extensões de florestas que exibiam uma vegetação diversificada e detinha uma rica fauna. Parte extensiva desse território, hoje conhecido como Brasil, é o que hoje se denomina Amazônia, a maior floresta tropical do planeta.

A Amazônia atravessou diversos processos, acompanhando as transformações pelas quais o Brasil passou em termos históricos, tanto na sua fase como colônia portuguesa, passando por sua emancipação política na sua constituição como uma república, livrando-se do jugo português. Nos próximos subtópicos, busca-se fazer um escrutínio histórico dos principais eventos da região e de

como estes encontram-se profundamente interligados com a história do Exército e das Forças Militares nacionais.

5.2.2 Amazônia Colônia

Um dos pontos iniciais da história da Amazônia no período do Brasil Colônia foi a celeuma vivenciada entre portugueses e espanhóis em relação as divisões territoriais do novo país. Um dos recursos para dirimir a questão deu-se por meio de um tratado, conhecido como Tratado de Tordesilhas, conforme aventado anteriormente. Como pode ser observado, abaixo temos uma demonstração do reconhecimento das terras, já após o Tratado de Tordesilhas:

Figura 14 – Terras pós Tratado de Tordesilhas



Fonte: (IGHMB, 2018)

A União Ibérica (1.580 – 1.640), união dinástica entre as monarquias de Portugal e da Espanha após a Guerra da Sucessão Portuguesa, teve como resultado dessa união que os inimigos da Espanha se voltaram contra Portugal. Deu-se então, início às invasões Holandesas nas Américas, principalmente em busca de açúcar - de Pernambuco até São Luís do Maranhão.

Começou-se a se contestar o Tratado de Tordesilhas – expansão para o oeste e após 1640, ficou facilitado para os portugueses contestarem as terras já ocupadas – mais tarde confirmadas pelo Tratado de Madri, como visto anteriormente.

A partir de então, deu-se início à uma linha defensiva de fortificações portuguesas, construídas para guarnecer os limites exteriores da região, tais como:

Figura 15 – Localização de Fortificações na Amazônia



Fonte: (DECEX, 2018)

Figura 16 – Localização de Fortificações na Amazônia Colônia



Fonte: (DECEX, 2018)

Entre as considerações das razões pelas quais as invasões, que foram inúmeras, estão: o fato dos países europeus que também estavam em processo de expansão de domínios não reconheciam a legitimidade da divisão de mundo acordada entre portugueses e espanhóis por meio do Tratado de Tordesilhas; a Inglaterra encontrava-se a pleno vapor na ampliação dos seus mercados, e o novo território mostrava um imenso potencial; a pirataria, prática milenar, teve expressivo

aumento nesse período e uma “descoberta” como a das terras *brasilis* era terreno fértil para tentativas de invasão e expropriação de riquezas, tendo em vista que os recursos naturais da nova terra eram altamente cobiçadas; outros motivos que podem ser reportados são os da busca por terras férteis para a criação de novas colônias, assim também a procura por metais preciosos, tão benquistos nos países europeus.

Cabe aqui traçar uma abreviada linha histórica, destacando os principais episódios de invasões na região amazônica e quais os desdobramentos desses acontecimentos.

Uma das primeiras invasões a ocorrer na nova colônia portuguesa, foi empreendida pelos franceses que, nos primeiros anos do século XVII, a invadiram pela região norte e fundaram a França Equinocial e lançam a pedra fundamental que resultará na criação da cidade de Saint Louis, atual São Luís — capital do estado do Maranhão —; uma homenagem ao rei Luís XIII. É somente em 1615, três anos após a invasão, que a tropa da Capitania de Pernambuco, comandada por Alexandre de Moura, expulsa os franceses. A vitória completa-se com a rendição francesa com a entrega do *Fort Saint Louis*. Em 1766, o então Forte São Luís é demolido, dando lugar ao Palácio dos Leões (IGHMB, 2018).

Ainda na região norte da colônia portuguesa, na floresta Amazônica, é que se dá a chegada de Francisco Caldeira Castelo Branco, capitão-mor da Capitania do Rio Grande do Norte, que partiu desta cidade para a conquista da boca do rio Amazonas. E é em 12 de janeiro de 1616, um pouco menos de um mês da sua saída do nordeste, ocorrida em dezembro de 1615, que Castelo Branco levanta, em um pequeno cabo de terra à margem esquerda do Igarapé Piri, um forte de faxina e terra batizado de Forte do Presépio de Belém (IGHMB, 2018).

Passado algumas poucas décadas, se desenrola uma das mais conhecidas expedições a começar o desbravamento da Amazônia e uma das primeiras a trabalhar na definição das fronteiras nacionais nesse espaço à época ainda inexplorado, que é a expedição de Pedro Teixeira, feita em 1637.

Coube a Pedro Teixeira realizar a primeira viagem oficial de descobrimento que subiu e desceu o longo curso desse rio, do estuário quase às nascentes, nas duas direções, reconhecendo os deltas de todos os seus grandes afluentes, levantando assim a primeira carta mais correta do curso do grande rio. As expedições eram de resgates. Embrenhavam-se nas matas com o objetivo de

aprisionar índios e levá-los para servir nas missões religiosas ou junto aos colonos como mão-de-obra escrava.

A tarefa de ocupação da Amazônia era responsabilidade dos missionários religiosos, que estabeleceram os primeiros povoados. Na segunda metade do século XVII, o povoamento português já assenhorava todo o vale amazônico, ocupando o caminho aberto por Pedro Teixeira, que em 1639 tomara posse da região para Portugal (IGHMB, 2018).

Outra invasão notória do período colonial é a Invasão Holandesa que acontece em São Luís por volta de 1640. A Holanda era uma das nações interessadas nas potencialidades que a colônia portuguesa oferecia. O país europeu foi um conhecido inimigo de Portugal. Os holandeses tomaram outras cidades brasileiras, como Salvador, Recife e Olinda. A invasão de São Luís do Maranhão tinha a finalidade do aumento da capacidade de exploração açucareira que já estava em execução nas cidades litorâneas. No entanto, a ocupação holandesa teve resistência e durante 3 anos, sob a liderança de Antônio Muniz Barreiros, aliado da coroa portuguesa, uma grande guerrilha local destrói a cidade, mas resulta, em 1644, na expulsão dos invasores numa violenta batalha (IGHMB, 2018).

Em outro episódio de conflito com a Holanda, acontece em 1648, a Invasão Holandesa em Pernambuco. Esse é um dos acontecimentos relevantes pois ele desemboca na famosa Batalha dos Guararapes e é também em decorrência desse evento histórico que se sedimenta o contexto para a criação do Exército Brasileiro (EB), o que redefine as estratégias de atuação militar nas terras coloniais brasileiras.

Figura 17 – Brasão do EB



Fonte: IGHMB, 2018)

Um dos tratados de extrema importância que se sucede já no século XVIII entre Portugal e Espanha é do Tratado de Madri, assinado entre as duas nações europeias em 13 de janeiro de 1750, consagrando o princípio do direito privado romano do *uti possidetis*, dando contorno de forma clara e sendo uma das delimitações mais aproximadas dos limites fronteiriços nacionais atuais.

É por volta deste mesmo período que se institui um ponto nevrálgico do período colonial brasileiro. Encarregado pelo governo colonial, Sebastião José de Carvalho — o notório Marquês de Pombal — se sagra como uma das figuras históricas mais relevantes da segunda metade do século XVIII na colônia da América Portuguesa, pois foi responsável pela implementação de uma vasta gama de políticas que reconfiguraram o cenário socioeconômico do Brasil.

É graças às políticas pombalinas, que tiveram sua força mais expressiva no período que vai de 1750 até 1777, que se determinou: a localização e construção de fortes em posições estratégicas, ao longo das fronteiras provisórias da colônia; foi Pombal o responsável pela mudança de status das aldeias em vilas com nome de cidades portuguesas, assim como também a fundação de algumas pequenas cidades para abrigar colônias; é sob a batuta do Marquês de Pombal que se estabelece a libertação dos índios convertidos em cidadãos portugueses; com Pombal se executa o tratado de limites, em 1750, e se estabelece a Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e se cria um contexto para o estímulo à agricultura de exportação por volta de 1755.

Marquês de Pombal também se destaca por um dos grandes estimuladores do processo de miscigenação entre índios e portugueses, assim como foi um dos líderes políticos a definir a expulsão de jesuítas e outras ordens religiosas dos territórios, da mesma forma como se estabeleceu como um grande estimulador do uso de mão-de-obra de africanos escravizados (IGHMB, 2018).

É sob a atuação do Marquês que se estabelece, em julho de 1753 na Amazônia brasileira, unidades de um Exército permanente com a finalidade de proteção territorial. Vieram dois regimentos de Portugal, que receberam os nomes de Regimento da Cidade e Regimento de Macapá.

Em 1802, em função das indisposições entre Portugal e França, a Coroa resolveu trazer do Rio o Regimento de Infantaria de Estremóz, para garantir o

resguardo da fronteira norte da Amazônia. É um pouco depois, dia 1 de outubro de 1821, que cria-se o Comando Supremo das Armas da Província do Pará.

Até o ano posterior, 1822, a Força Regular da região se resumia a três corpos de infantaria, um corpo de artilharia e um esquadrão de cavalaria (IGHMB, 2018).

5.2.3 Amazônia Império

No dia 07 de setembro de 1822, o Brasil passa a estar independente das rédeas da Coroa Portuguesa. Mas na região da Amazônia Oriental, mais precisamente na Província do Grão-Pará, dominada e administrada por portugueses, não reconhecia a independência e perseguia e punia os seus solidários, cujo líder era o Cônego Batista Campos.

No dia 11 de agosto de 1823, uma nau de guerra, de bandeira brasileira, fundeou na baía de Guajará, comandada pelo capitão inglês John Pascoe Greenfell. O Porto de Belém foi bloqueado e as forças imperiais exigiam a rendição de quem se opunha à Independência Brasileira. Além disso, Grenfell realizou promessas de serem mantidas suas propriedades e que continuariam a gozar de grande influência.

Após reunião da Junta Governativa, em 15 de agosto de 1823, foi assinada a Adesão do Pará à Independência do Brasil, quase um ano depois do famoso grito às margens do Ipiranga (IGHMB, 2018).

Acompanhando os acontecimentos do período, define-se no dia 28 de junho de 1830, por Decreto Imperial, o Comando Supremo do Exército na Amazônia, com sede em Belém/PA. Foi a primeira vez que se trata de um Comando voltado exclusivamente para a Amazônia.

É em meados do século XIX, com uma intensa série de acontecimentos e desdobramentos na estrutura política e econômica do Brasil Império, que se desenrola uma das mais notórias revoltas populares no seio da região da Amazônica: Revolta da Cabanagem.

A Revolta da Cabanagem se desenrola em decorrência da forte influência portuguesa existente ainda na Província do Grão-Pará, mesmo após da Independência. A revolta teve início em 6 de janeiro de 1835 quando o quartel e o Palácio do Governo de Belém foram tomados por índios tapuias, cabanos e negros, liderados por Antônio Vinagre; e o seu objetivo era aumentar a importância do seu

território no governo central brasileiro e enfrentar a questão da pobreza do povo da região, cuja maior parte morava em cabanas de barro. Foi somente 1840, cinco anos após o início dos conflitos, que o Império Brasil, por meio do seu poderio militar, consegue asfixiar a revolta (IGHMB, 2018).

Outra revolta interna ocorrida na região amazônica e que inscreveu-se na história do período imperial da Amazônia, é a Revolta da Balaiada, que desenrolou entre 1831 indo até 1841. Esta foi a mais longa e numerosa revolta popular ocorrida no Maranhão. A Balaiada foi uma reação e uma luta dos maranhenses contra injustiças praticadas por elites políticas e uma resposta às desigualdades sociais que assolavam o Maranhão do século XIX. A volta recebe este nomeação pois Balaio era o apelido de um de seus principais líderes, Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, fabricante de balaios e vítima de violência policial. O responsável pela pacificação e estrangulamento da revolta foi o Coronel Luis Alves de Lima e Silva, que comandou uma Força Militar que deu fim ao levante (IGHMB, 2018).

O período posterior ao do Imperial, sucedido pelo período republicano, também deu-se de forma repleta de acontecimentos importantes para a região Amazônica, contando com marcos históricos de extrema relevância para a biografia das Forças Militares Brasileiras, conforme veremos a seguir.

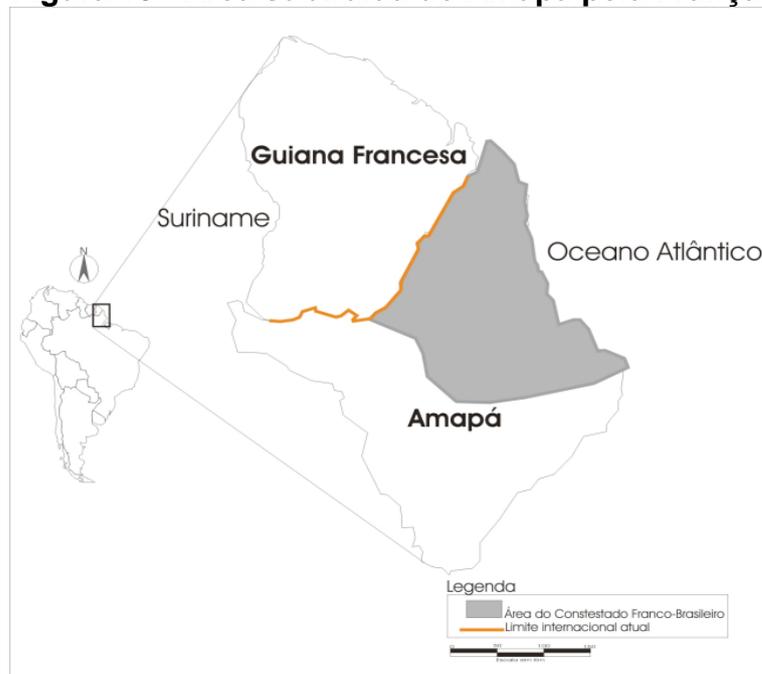
5.2.4 Amazônia República

Proclamada em 15 de novembro de 1889, a República Brasileira nasce envolta numa série de episódios marcantes, entre eles existem um conjunto de decretos nacionais que sedimentam a estruturação dos comandos militares que atuam na Amazônia. Dentre os quais, destacam-se: decreto nº 11.497, de 23 de fevereiro de 1891: criou a 1ª Região Militar, com sede em Belém/PA, embrião da futura 8ª Região Militar; decreto nº 431, de 2 de julho de 1891, que criou o 1º Distrito Militar como o Comando Supremo do Exército, com sede em Belém/PA; Decreto nº 13.916, de 11 de dezembro de 1919 que transformou a 1ª Região Militar, com sede em Belém/PA, em Comando da 7ª Região Militar; dois outros decretos que fundamentam os comandos militares amazônicos, são o Decreto nº 13.916, de 11 de dezembro de 1919: transformou a 1ª Região Militar, com sede em Belém/PA, em Comando da 7ª Região Militar e o Decreto nº 15.934, de 22 de fevereiro de 1923:

transformou a 7ª Região Militar, com sede em Belém/PA, em Comando da 8ª Região Militar (IGHMB, 2018).

Por volta de 1900, chegamos ao legado diplomático envolvendo a questão do Estado do Amapá, que refere-se a uma disputa de limites envolvendo França e Brasil, no final do século XIX, onde a França não reconhecia o Rio Oiapoque como limite. Tal celeuma remonta ao processo do Tratado de Utrecht, de 1713, que estabelecia o Oiapoque como fronteira entre os dois reinos na América do Sul e que desdobrou-se até mesmo em tropas francesas invadindo o território brasileiro no Amapá até ao Rio Araguari, subtraindo do Brasil aproximadamente 260.000 km², conforme indicamos na figura 18.

Figura 18 - Área subtraída do Amapá pela França



Fonte: (IGHMB, 2018)

Sobre o episódio das invasões francesas em território nacional, destaca-se a figura de Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho, que foi o maior expoente de resistência a então invasão das tropas francesas em território brasileiro. Sua bravura e heroísmo o elevaram ao posto de General Honorário do Exército Brasileiro.

Outro personagem de grande monta neste episódio belicoso e diplomaticamente problemático, foi o Barão do Rio Branco que intermediou, junto ao presidente da Suíça, país árbitro, cujo laudo pericial, expedido em 1º de

dezembro de 1900, foi favorável ao Brasil, restabelecendo o antigo limite do território brasileiro, no Rio Oiapoque (IGHMB, 2018).

Entre as figuras responsáveis pela modernização do Exército Brasileiro, o general francês Gamelin foi o principal influenciador do EB, na adoção de doutrinas e a padronização de procedimentos operacionais, conforme salienta Domingos Neto (2007):

[...] O General Maurice Gustave Gamelin, o principal chefe da Missão Militar Francesa contratada pelo governo brasileiro para modernizar o Exército. Pouco ou nada lembrado pela literatura especializada, Gamelin atuou entre 1919 e 1924 orientando a mais radical mudança experimentada por esta instituição em toda sua existência (p. 219).

[...] Gamelin, sem acanhamento, declarou-se inteiramente devotado à grandeza da pátria brasileira: “Trazemos ao Brasil, depois de uma longa preparação, os ensinamentos da guerra moderna, nossa própria experiência no campo de batalha. Mas estimamos respeitar, em todas as circunstâncias, vossas tradições e vossas condições especiais de clima e terreno” (p. 251).

[...] ensinamentos doutrinários de Gamelin, do seu projeto de modernização do Exército brasileiro, dos regulamentos que redigiu e das escolas especializadas que organizou (DOMINGOS NETO, 2007, p. 253).

A atuação de Gamelin pode ser percebida nas décadas posteriores, nas quais pelotões especiais de fronteira (PEF) foram desenvolvidos para os trabalhos de proteção fronteiriça na Amazônia. Um deles, o primeiro foi criado em 1920 e na localidade Cabeça de Cachorro, em Cucuí no Amazonas (DECEX, 2018).

Figura 19 – PEF, em Cucuí/AM

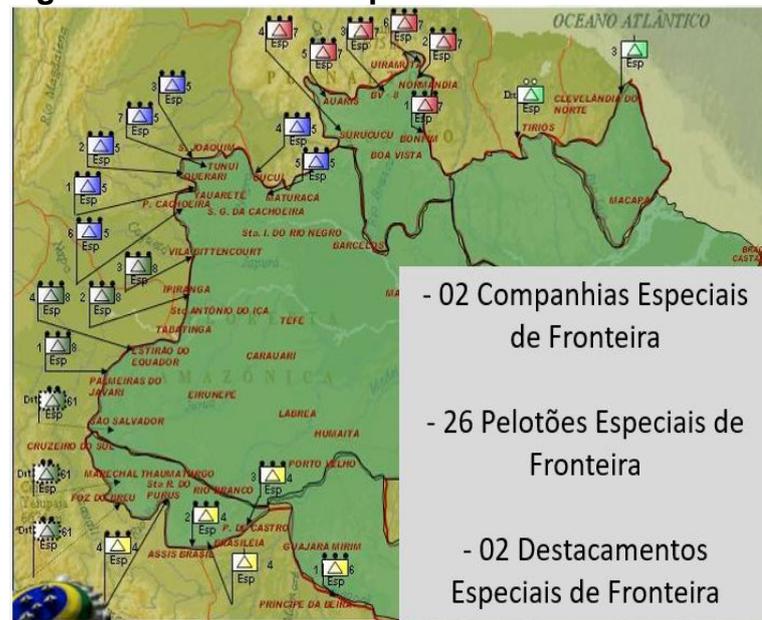


Fonte: (DECEX, 2018)

Na ilustração sublinhada aqui, verifica-se a distribuição dos Pelotões Especiais de Fronteira, juntamente com as Companhias Especiais de Fronteira

(CEF) e os Destacamentos Especiais de Fronteira (DEF). Os dados são referentes a 2018:

Figura 20 – Pelotões Especiais de Fronteira - 2018



Fonte: (DECEX, 2018)

Acompanhando esse percurso, destaca-se a criação, em 1942, da Colônia Militar de Clevelândia do Norte, na cidade do Oiapoque no Amapá.

Figura 21 – Colônia Militar de Clevelândia do Norte em 1942



Fonte: (DECEX, 2018)

Figura 22 - Região da Guerrilha do Araguaia



Fonte: (IGHMB, 2018)

É então, a partir dos primeiros anos da década de 1970, que se iniciam, sob os governos militares atuantes no país, os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) que tiveram a região amazônica como um dos seus pilares mais fortalecidos e explorados. O 1º PND estabelecido no período de 1972 a 1974, pelo governo Médici, buscava desmobilizar a luta pela reforma agrária no Nordeste e através da colonização oficial preencher o “vazio demográfico” da região. Neste período é criado o PIN – Plano de Integração Nacional, em que o lema era *integrar para não entregar*. É este o momento da abertura da Rodovia Transamazônica e da implantação do projeto de colonização ao longo desta rodovia, além da criação de inúmeras organizações militares (IGHMB, 2018).

Figura 23 – Projeto Rondon



Fonte: (IGHMB, 2018)

A Rodovia Transamazônica (BR-230) é uma rodovia criada durante o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969 a 1974), com 4.223 km de comprimento, cortando sete estados brasileiros: Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e Amazonas. No entanto, a falta de continuidade nos investimentos trouxe severos reflexos para a sua manutenção, acompanhada de muitas críticas, este cenário começou a mudar.

Figura 24 - Transamazônica antes



Fonte: (IGHMB, 2018)

Figura 25 – Transamazônica depois



Fonte: (IGHMB, 2018)

Outro projeto integrativo do período militar é a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), uma autarquia do governo federal do Brasil criada no governo do presidente Castelo Branco, em 1966, com a finalidade de promover o desenvolvimento da região amazônica, gerando incentivos fiscais e financeiros especiais para atrair investidores privados, nacionais e internacionais.

Contudo, devido a processos de denúncia de corrupção na superintendência, SUDAM entra em crise no final dos anos 90 e em 2001, no dia 24 de agosto de 2001, o então presidente Fernando Henrique Cardoso extingue a autarquia e cria a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA). Apenas em 2003, sob o governo de Luís Inácio Lula da Silva, é que a SUDAM é recriada e permanece ativa até os dias correntes (IGHMB, 2018).

Seguindo nosso percursos de exploração historiográfica da Amazônia no período republicano e escrutinando abreviadamente os projetos e eventos relevantes da região, é que chega-se aos grandes projetos-territoriais implantados na região Amazônica, nas décadas de 50 a 80, e que concentraram-se, majoritariamente na Amazônia Oriental, tais como: Rodovia Belém-Brasília; assim como os Projetos de Usinas Hidrelétricas (UHE), tais quais a UHE de Tucuruí, no Estado do Pará, a UHE de Coaraci Nunes, no Amapá; destaca-se também o projeto ALBRAS-ALUNORTE para o beneficiamento da bauxita e alumínio, no Estado do Pará e o Projeto Alumar, no Estado do Maranhão, para a produção de alumínio.

Figura 26 – Tucuruí



Fonte: (IGHMB, 2018)

Figura 27 – Alumar

Fonte: (IGHMB, 2018)

Entre os grandes projetos-territoriais, entre as décadas de 50 e 80, destacam-se também o Projeto ICOMI, para extração de manganês na Serra do Navio no Estado do Amapá e a Estrada de Ferro de Carajás, no Pará, que interliga a mina de Carajás ao Porto de Itaqui, em São Luís, Estado do Maranhão (IGHMB, 2018).

Figura 28 – ICOMI

Fonte: (IGHMB, 2018)

Figura 29 – CARAJÁS

Fonte: (IGHMB, 2018)

Outra iniciativa preponderante da região Amazônica é o Programa Calha Norte, criado em 1985, cujo o objetivo era do desenvolvimento em defesa da região Norte. O programa foi idealizado em 1985 durante o governo Sarney, com o propósito de promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado e sustentável da região amazônica. Abrange 442 municípios, de dez estados: AC, AP, AM, MA, MT, MS, PA, RO, RR e TO.

Um dos objetivos do programa era da manutenção da soberania da Amazônia, contribuindo com a promoção de seu desenvolvimento ordenado e sustentável (defesa, segurança, desenvolvimento, presença do Estado, ocupação, infraestrutura e atendimento a população local). As ações do programa se realizam por meio de convênios com estados e prefeituras e se dividem em duas vertentes, uma civil e a outra militar.

A vertente civil do programa atua na promoção do desenvolvimento regional, com a construção de estradas, escolas, hospitais, portos, a implantação de rede elétrica urbana e rural, entre outros; A vertente militar desempenha ações em prol do desenvolvimento sustentável regional, com atenção às unidades militares e aos Pelotões Especiais de Fronteira (IGHMB, 2018).

Figura 30 – Programa Calha Norte



Fonte: (IGHMB, 2018)

Figura 31 – Programa Calha Norte



Fonte: (IGHMB, 2018)

5.2.5 Amazônia Oriental e o Exército

A relação entre da Amazônia Oriental e o Exército Brasileira é ubíqua, o que justifica a criação, em 1956, do Comando Militar da Amazônia, estipulado a partir do decreto nº 40.179, de 27 de outubro de 1956, delimitando a sede do comando em Belém do Pará. O comando tem sua missão resumida na célebre afirmação do General Rodrigo Octávio J. Ramos, que deslindou a seguinte frase: “árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados em conquistá-la e mantê-la!” (DECEX, 2018).

Figura 32 – Brasão do CMA

Fonte: (DECEX, 2018)

É este diapasão que nos permite delimitar um abreviado apanhado evolutivo da ocupação militar na Amazônia, a partir do final dos anos de 1960 até meados de 2017, cuja linha histórica pode ser colocada a partir desses dados relevantes aqui: o Decreto nº 64.366, de 17 de abril de 1969: transferiu a sede do Comando Militar da Amazônia (CMA) de Belém/PA para Manaus/AM, mantendo a subordinação da 8ª Região Militar ao CMA, e criou a 12ª Região Militar, com sede em Manaus/AM; a criação da 23ª Brigada de Infantaria de Selva, com sede em Marabá/PA, elaborada a partir do Decreto nº 77.804, de 9 de junho de 1976 (DECEX, 2018); assim como também a transformação da 8ª Região Militar que passa a ser denominada, a partir de julho de 1992, como Comando Militar do Norte, retornando seu status de 8ª Região Militar em abril de 1995.

Figura 33 – Brasão da 8ª RM

Fonte: (DECEX, 2018)

Dando continuidade ao apanhado, é através do Boletim do Exército nº 9, de 27 de fevereiro de 2004, que é organizada a 8ª Região Militar e 8ª Divisão de Exército, com sede em Belém/PA, e por meio da Portaria nº 142, de 13 de março de 2013 que se criou o Comando Militar do Norte (CMN) com sede em Belém/PA. O CMN compreende os estados do Pará, Amapá e Maranhão e parte do Tocantins e

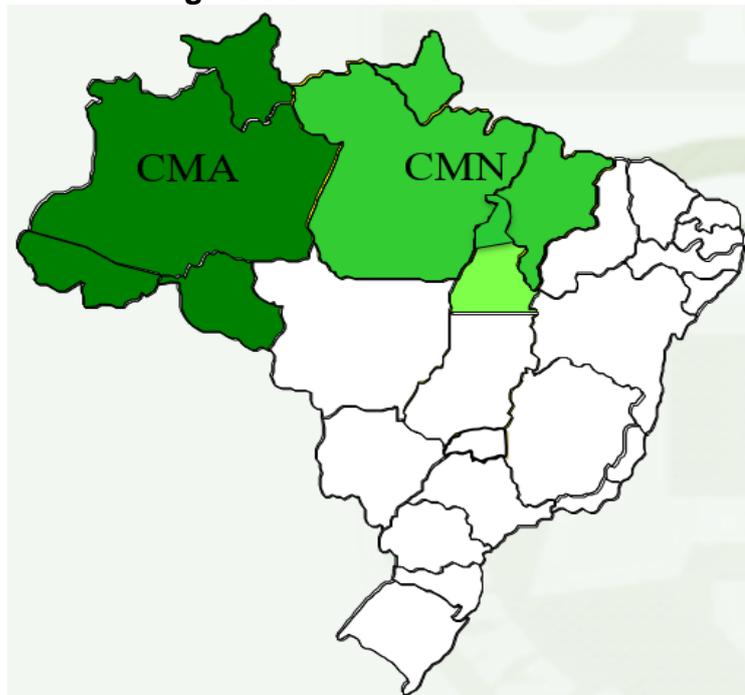
tem por objetivo a multiplicação de ações do Exército Brasileiro na Amazônia Oriental (DECEX, 2018).

Figura 34 – Antigo CMA



Fonte: (DECEX, 2018)

Figura 35 – Atual CMA e CMN



Fonte: (DECEX, 2018)

Figura 36 – Brasão CMN



Fonte: (DECEX, 2018)

Figura 37 - Fachada do CMN



Fonte: (DECEX, 2018)

Conforme afirmou o Comandante Geral do Exército Brasileiro, Gen. Ex. Villas Bôas, em Belém do Pará, no dia 26 de junho de 2013:

As mudanças que marcaram a história recente do país provocaram o estabelecimento de diferenças marcantes entre as realidades econômicas, sociais, ambientais, políticas e estratégicas da Amazônia Ocidental e Oriental. Em consequência, **como reconhecimento da importância de Belém e de sua área de influência, ativa-se, nesta data, o Comando Militar do Norte**. Rompem-se, portanto, os vínculos que por séculos identificaram e uniram toda a estrutura militar terrestre na Amazônia. (DECEX, 2018).

É com essa finalidade integrativa, cujo objetivo se delimita a partir do desejo de potencializar, politicamente, a presença militar na foz do Rio Amazonas e no Estado do Amapá e região fronteiriça, assim como também Aumentar a capacidade operacional da Força Terrestre na Região Amazônica (AMAPÁ e região fronteiriça) e contribuir com a implantação do CMN, desonerando-o do enquadramento direto de OM, que se publica a Portaria nº 447 – EME, de 24 de outubro de 2017, com a

Diretriz de Implantação da 22ª Brigada de Infantaria de Selva, sediada no Estado do Amapá (DECEX, 2018).

Figura 38 – Brasão da 22ª BDA INF SL



Fonte: (DECEX, 2018)

Essas políticas de proteção e preservação efetivada pelo Exército Brasileiro é visível na forma como o efetivo militar na Amazônia se ampliou no decorrer das décadas, como podemos observar fazendo um recorte temporal que inicie na década de 60, com o início do processo de ocupação da região.

Figura 39 - Década de 60. Aproximadamente 10.000 militares



Fonte: (DECEX, 2018)

Figura 41 – Engenharia do EB



Fonte: (DECEX, 2018)

Figura 42 – Engenharia do EB na BR 163



Fonte: (DECEX, 2018)

A estrada é de 4.476 km, uma parte no coração da Bacia Amazônica. A estrada tem quase 1.000 km, todos no estado do Pará, anteriormente, sem asfalto; cenário esse que se modificou completamente com a intervenção da Engenharia Militar do Exército, que passou a integrar a força de trabalho responsável pelo projeto e dar encaminhamento célere às suas demandas (DECEX, 2018).

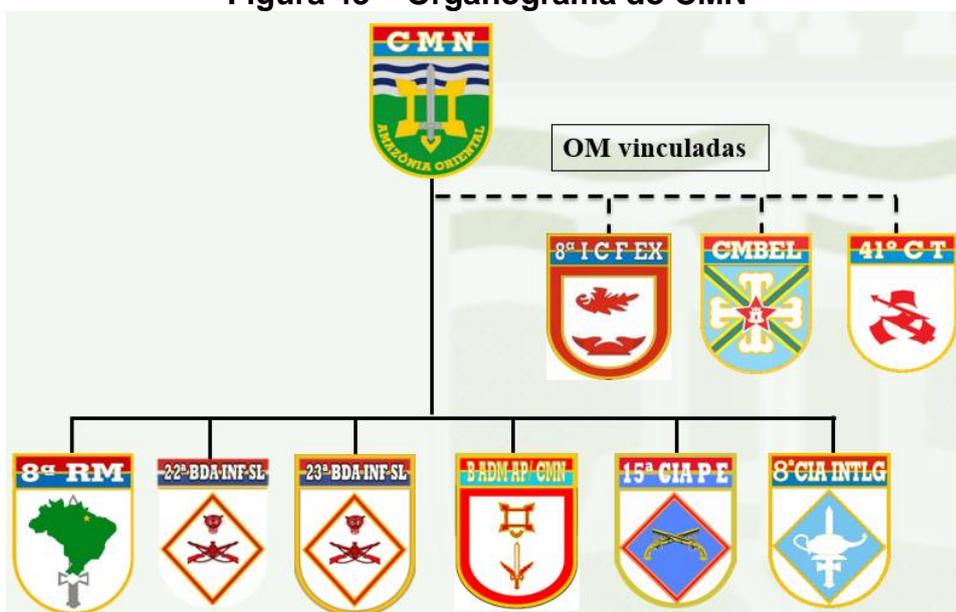
5.2.6 Organograma das Organizações Militares da Amazônia Oriental

Encerrando o ciclo investigativo que temos percorrido ao longo desta pesquisa, identifica-se a necessidade de elaborar um quadro expositivo geral que apresente, de forma geral, o organograma das Organizações Militares da Amazônia Oriental — quais as companhias, bases de administração, colégios militares, entre outros organismos militares — assim como também quais organizações estão em status de estudo de implementação.

O Comando Militar do Norte (CMN) se estrutura a partir dessas organizações: 8ª RM – 8ª Região Militar (Belém – PA); 22ª BDA INF SL (Macapá – AP) e 23ª BDA INF SL (Marabá – PA), Brigadas de Infantaria de Selva; B ADM AP/CMN (Belém – PA), Base de Administração e Apoio ao Comando Militar do Norte; 15ª CIA PE (Belém – PA), 15ª Companhia de Polícia do Exército; 8ª CIA INTLG (Belém – PA), 8ª Companhia de Inteligência; 8ª ICEFEX (Belém – PA), 8ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do EB; CMBEL (Belém – PA), Colégio Militar de Belém; 41º CT (Belém – PA), 41º Centro de Telemática (DECEX, 2018).

Conforme ilustração em destaque, a estrutura hierárquica do Comando Militar do Norte se engendra com as Organizações Militares – OMs vinculadas, tendo logo em seguida as brigadas de infantaria, as companhias e as regiões militares.

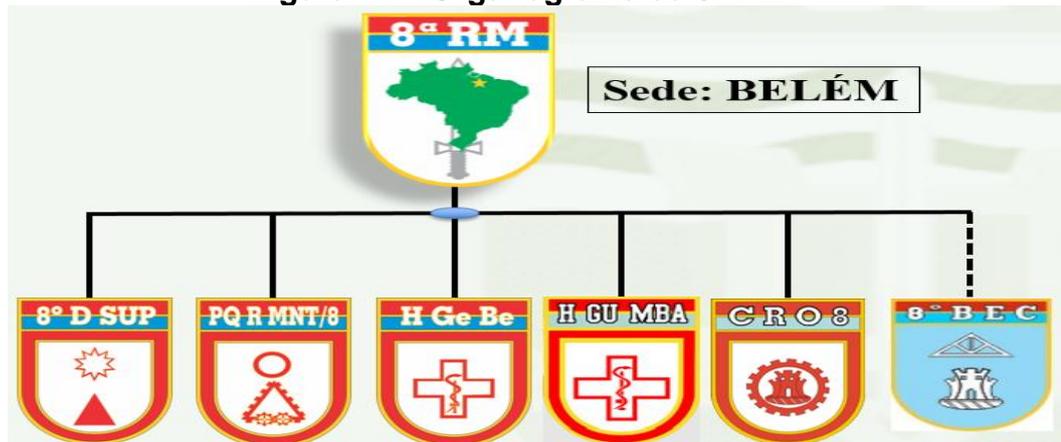
Figura 43 – Organograma do CMN



Fonte: (DECEX, 2018)

Os organismos militares que integram a 8ª Região Militar (8ª RM): 8º DSUP (Belém – PA), 8º Depósito de Suprimento; PQ R MNT/8 (Belém – PA), Parque Regional de Manutenção da 8ª Região Militar; H Ge Be (Belém – PA), Hospital Geral de Belém; H Gu MBA (Marabá – PA), Hospital da Guarnição de Marabá; CRO/8 (Belém – PA), Comissão regional de Obras da 8ª Região Militar; 8º BEC (Santarém – PA), 8º Batalhão de Engenharia de Construção (DECEX, 2018).

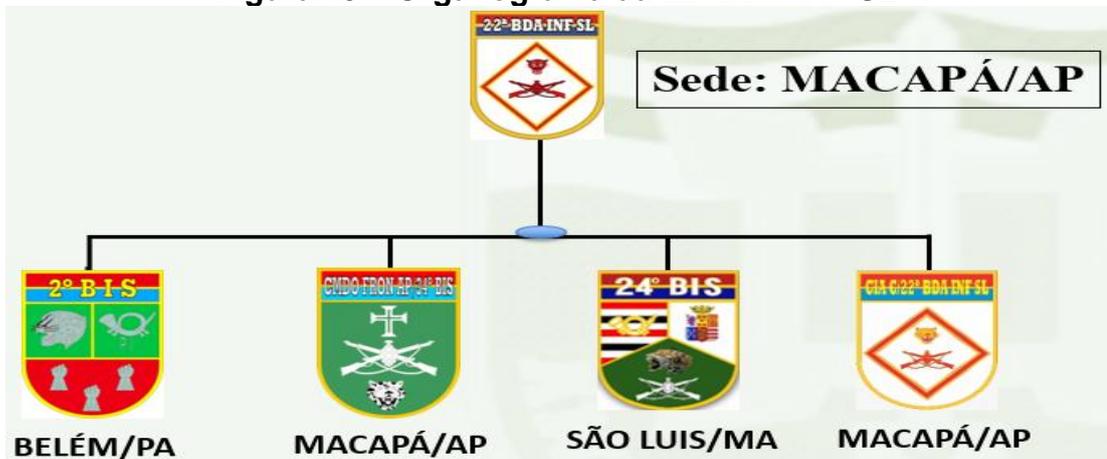
Figura 44 – Organograma da 8ª RM



Fonte: (DECEX, 2018)

Ocupando diferentes estados a 22ª Brigada de Infantaria de Selva (BDA INF SL), sediada em Macapá no Amapá, tem a seguinte composição organizacional: 2º Batalhão de Infantaria de Selva (Belém – PA); Comando de Fronteira do Amapá / 34º Batalhão de Infantaria de Selva (Macapá – AP); 24º Batalhão de Infantaria de Selva (São Luís – MA); Companhia de Comando da 22ª Brigada de Infantaria de Selva (Macapá – AP) (DECEX, 2018).

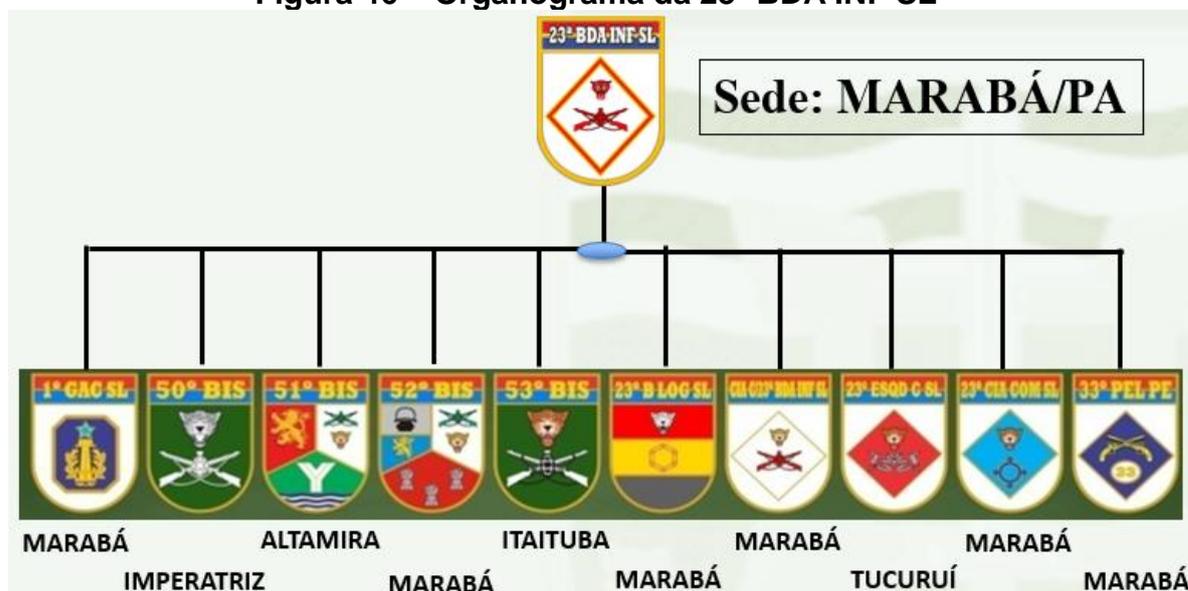
Figura 45 – Organograma da 22ª BDA INF SL



Fonte: (DECEX, 2018)

Com sede em Marabá, no estado do Pará, a 23ª Brigada de Infantaria de Selva (BDA INF SL), se estrutura a partir da seguinte composição: (DECEX, 2018): 1º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva (Marabá – PA); 50º Batalhão de Infantaria de Selva (Imperatriz – MA); 51º Batalhão de Infantaria de Selva (Altamira – PA); 52º Batalhão de Infantaria de Selva (Marabá – PA); 53º Batalhão de Infantaria de Selva (Tucuruí – PA); 23º Batalhão Logístico de Selva (Marabá – PA); Companhia de Comando da 23ª Brigada de Infantaria de Selva (Marabá – PA); 23º Esquadrão de Cavalaria de Selva (Tucuruí – PA); 23ª Companhia de Comunicações de Selva (Marabá – PA); 33º Pelotão de Polícia do Exército (Marabá – PA) (DECEX, 2018).

Figura 46 – Organograma da 23ª BDA INF SL



Fonte: (DECEX, 2018)

Dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), temos a seguinte composição: Destacamento Especial de Fronteira de Vila Brasil (AP), que vem fortalecendo o seu compromisso e a sua vocação de defender a fronteira Norte da Amazônia Oriental, o Comando de Fronteira AMAPÁ/34º BIS, através do Destacamento de Vila Brasil, conta com abnegados combatentes da Companhia Especial de Fronteira de Clevelândia do Norte que, superando as agruras da selva, prosseguem no destemido compromisso de defender o Brasil (EB, 2019); outra organização militar componente dos PEF, é 1º Pelotão Especial de Fronteira de Tiriós (Parque do Tumucumaque – PA). Este PEF atualmente, tem o contingente de 12 militares da etnia Tiriós, sem acesso por rios ou estradas. A área abriga cerca de

dois mil índios e 50 militares do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira (FAB). Tiriós está a cerca de 10 km da fronteira com o Suriname (com quem faz divisa), dista 594 km de Macapá (AP) e 940 km de Belém (PA). Seus moradores têm como dialeto o Tiryiό e vivem do plantio, colheita, pesca e caça (EB, 2019).

Figura 47 – 1º PEF de Tiriós (Parque do Tumucumaque – PA)



Fonte: (DECEX, 2018)

Dentre das Organizações Militares da Amazônia Oriental que estão em caráter de estudo e prospecção de aumento para suas devidas instalações, temos a 22ª Brigada de Infantaria de Selva (BDA INF SL), com previsão para ter todos os seus dispositivos institucionais sediados em Macapá, no Amapá e que são: o 2º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva (Macapá – AP); o 22º Batalhão Logística de Selva; o 22º Esquadrão de Cavalaria de Selva e a 22ª Companhia de Polícia do Exército.

Outras OMs que se encontram na mesma categoria que as anteriores são as que integram a 23ª Brigada de Infantaria de Selva (BDA INF SL), com sede em Marabá no Estado do Pará e que são: a 22ª Companhia de Comunicações de Selva e a 6ª Companhia de Engenharia de Combate de Selva, cuja previsão de implementação se deu no início do ano de 2020 (DECEX, 2018).

Estas Organizações Militares atestam a imperativa força protetional que o Exército Brasileiro e as Forças Armadas Nacionais exercem na região da Amazônia

Oriental. São estas organizações as responsáveis pela proteção das fronteiras do país, atuam em diferentes frentes que vão da área da saúde e vão até manutenção e preservação da soberania nacional, o que coloca o Exército Brasil como uma das instituições fundamentais e essenciais para a nação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por um longo período, o que permanece até hoje de forma contextualizada, a região que hoje compreendemos como Amazônica foi alvo de cobiça, local de amplos e conhecidos conflitos. Diversos foram os interesses estrangeiros sobre esta região e as riquezas naturais contidas em suas terras.

Devido a sua estratégica posição política e econômica, que se justifica por ser um dos maiores ecossistemas preservados do planeta, contendo milhares de espécies representativas da vida animal, celular, e biológica de diversas matrizes, muitas das quais ainda desconhecidas pela ciência.

Conforme identificado ao longo desta investigação, é perceptível, sob diferentes campos de análise, a importância estratégica da Amazônia Oriental, o que torna sua proteção uma medida de segurança inescapável, papel cumprido pela presença militar que mostrou-se fundamental ao longo da sua história.

Por esta razão, verifica-se que ao longo da história de ocupação desta região da Amazônia, o efetivo do Exército expandiu-se de forma expressiva. No entanto, como também observado nas leituras e análises da presente pesquisa, é patente que a Amazônia esbarra num crônico descaso oriundo dos gestores públicos que lideraram a nação ao longo de sua história. Esse processo, no entanto, não retira das Forças Armadas sua responsabilidade perene e inquebrantável de estar sempre ao lado do Estado e do povo na busca incessante da preservação dos bens da nação.

A Amazônia tem sido objeto de muita controvérsia na imprensa nacional e mais recentemente na imprensa mundial. Diante de tudo o que até o presente se abordou, conclui-se que sobre ela muitos falam, inclusive inverdades.

Essa região é detentora de exuberantes faunas e flora. Suas riquezas estão praticamente intocadas e minuciosos levantamentos indicam que abriga uma das mais extraordinárias províncias minerais do planeta.

No entanto, a hipótese inicialmente apresentada de que os municípios fronteiriços deveriam ser lugares privilegiados para se iniciar possíveis processos de interação e cooperação interinstitucional, devido a capacidade de implementação das políticas públicas de responsabilidade do Estado, através da atuação dos atores da gestão pública nesta área da Amazônia Oriental; não se consolidou, mostrando-se rechaçada e que tal problemática teve como fulcro a sensação da falta de punição e

vigilância, aliada a ausência de controle social do Estado, nestas respectivas regiões, tudo dentro das proposições foucaultianas de vigiar e punir. E pelo escopo da proposta de pesquisa, as reflexões ora apresentadas cumpriram a finalidade de explicitar as deficiências das políticas públicas voltadas para a segurança nas regiões fronteiriças e de como estas podem ser reformuladas e/ou criadas de modo a se adequar a realidade da localidade onde estas se aplicam.

A América do Sul, aí incluída a Amazônia Transnacional e em especial a Amazônia Oriental; é uma região geopolítica dotada de unidade mínima e arcabouço institucional baseados em princípios e macro-objetivos comuns nas relações internacionais (COSTA, 2009). É exatamente essa dinâmica a que tem sido buscada pelo Brasil na sua Política Externa.

A América do Sul, aí incluída a Amazônia Transnacional e em especial a Amazônia Oriental; também é uma região que busca se estabelecer politicamente e é significativa pois consegue impor custos aos atores externos através dos impactos de acordos com outros atores ou por meio da distribuição do poder político entre regiões de um Estado ou outro ator internacional (HURREL, 2000), consolidando dessa forma uma coesão regional.

Tudo isso deixa evidenciado que a Amazônia é, há muito tempo, área estratégica de altíssimo interesse não só para os brasileiros, mas principalmente para a comunidade internacional. Diante deste cenário, urge e se impõe a necessidade de integrá-la ao ambiente nacional e melhor articulá-la com os nossos vizinhos sul-americanos (Argentina, Venezuela, Peru, Colômbia, Bolívia, Uruguai, Paraguai, Guiana Francesa, Suriname e Guiana), estes também condôminos de tal patrimônio; fator que impõe prioridade nacional de defesa a essa região. Este é o maior, se não o principal, motivo da prioridade nacional hoje emprestada à nossa Amazônia.

Pelo que se viu, o Exército Brasileiro, presente na Amazônia desde o início do século XVII, vem ampliando cada vez mais o seu dispositivo, seja pela instalação de diversas Unidades de Fronteira, de Selva e/ou de Engenharia de Construção.

Tais unidades em pouco tempo representam verdadeiros polos de desenvolvimento, em torno dos quais, como ocorreu no passado, crescem núcleos habitacionais, verdadeiros e legítimos garantidores da presença brasileira e de nossa soberania nacional.

Essa ação essencialmente pioneira e desbravadora que o Exército Brasileiro realiza, não apenas na Amazônia, mas em outras regiões do País; é a parte intrínseca da sua gloriosa missão constitucional.

Colaborando com o povoamento em áreas longínquas, proporcionando um mínimo de infraestrutura até que chegue o desenvolvimento, os soldados de Caxias¹⁰, fornecem serviços básicos num trabalho silencioso e quase que anônimo à grande sociedade. Esta é a significativa parcela concreta e incontestada da colaboração do Exército Brasileiro ao progresso da Nação.

¹⁰Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias (nascido em Porto da Estrela, em 25 de agosto de 1803 – falecido em Valença, em 07 de maio de 1880), pelos seus feitos no decorrer da história como militar, político e monarquista brasileiro; foi apelidado de "O Pacificador" e "O Duque de Ferro". Diante disso, através do Decreto Nº 51.429, de 13 de março de 1962, passou à ser designado como o patrono do Exército Brasileiro – e como tal, dado a importância de sua tradição, passou-se também a incorporar o ideal de soldado. Até os dias atuais, e de forma unânime, historiadores o consideram como o maior oficial militar da história do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ACERO, Hugo. **Violencia y delincuencia en contextos urbanos**: la experiencia de Bogotá en la reducción de la criminalidad 1994-2002. Bogotá: Alcaldía Mayor de Bogotá-Imprenta Distrital, 2003.
- ACERO, Hugo; VARGAS, Daniel; BULLA, Patricia e CARDONA, Sonia. **Políticas Saludables para la Seguridad y la Convivencia**. Bogotá: Alcaldía Mayor de Bogotá-Imprenta Distrital, 1998.
- ACEVEDO, S. **Diagnóstico y propuesta de mejoramiento de gestión en los Planes Regionales y Comunes de Seguridad Pública**. [S.l:s.n], 2009.
- ALBUQUERQUE, José Lindomar C. **A dinâmica das fronteiras**: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. São Paulo: Annablume, 2010.
- ALMEIDA, C. S. de; RAUBER, A. L. Oiapoque, aqui começa o Brasil: a fronteira em construção e os desafios do Desenvolvimento Regional. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n.1, p.44-49, jan-abr. 2017.
- AMAYO Z., E. “Amazonia, MERCOSUR y las posibilidades de integración”. In: OLIVA, C ; AYERBE, L. F. **Los Estados Unidos, América Latina y el Caribe**: los otros senderos Del Alca. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.
- ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. Rio de Janeiro: Ática, 1989.
- ANTIQUERA, D. C. **A Amazônia e a política externa brasileira**: análise do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e sua transformação em organização internacional (1978-2002). 2006. 145f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) Programa San Tiago Dantas, Universidade de Campinas, São Paulo, 2006
- ANTIQUERA, D. C. “A importância do Tratado de Cooperação Amazônica para a política externa brasileira”(1995-2002). **Cena Internacional**, Brasília, v.10, n.7, p.139-159, 2008.
- BABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1998.
- BARATTA, Alessandro. **“Entre la Política Social y la Política de Seguridad”**. [S.l:s.n], 1998.
- BARBOSA, Luciana Mendes. **Segurança e Mudanças Climáticas**: explorando a construção de ameaças no setor ambiental. Curitiba: Apris, 2015.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: EdUnesp, 1995.
- BASCH, Linda; GLICK-SCHILLER, Nina e SZANTON-BLANC, Cristina. **Nations Unbound**: transnational projects, postcolonial predicaments, and deterritorialised Nation-States. Basel: Gordon Breach, 1994.

BASOMBRIO, Carlos. “¿Municipalizar la Policía? Siete razones para oponerse”. In: BASOMBRIÓ, Carlos; COSTA, Gino. **Manejo y gestión del orden y la seguridad:** de la reforma al inmovilismo. Lima: Instituto de Defensa Legal, 2004.

BATITUCCI, E. C. A Evolução Institucional da Polícia no século XIX: Inglaterra, Estados Unidos e Brasil em perspectiva comparada. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v.4, n.7, p.33-37, ago/set 2010.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco:** rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Ed34, 2010.

BECKER, B. K. Significados Geopolíticos da Amazônia: elementos para uma estratégia. In: **Uma Estratégia Latino-Americana para a Amazônia.** São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1992.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estud. av.**, São Paulo, v.19, n.53, p.12-18, abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 set. 2019.

BOISIER, Sergio. Desarrollo territorial y descentralización: El desarrollo en el lugar y en las manos de la gente. **Revista EURE**, Santiago, v.30, n.90, p.27-40, set. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/eure/v30n90/art03.pdf>> . Acesso em: 10 set. 2019.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas Públicas por Dentro.** Ijuí: EdUnijui, 2011.

BOOTH, K. & WHEELER, N. **The securitydilemma:** fear, cooperationandtrust in world politics: New York: Palgrave, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014

BULL, Hedley. **A sociedade anárquica.** Brasília: Ed.UnB. 2002.

BUZAN, B., WAEVER, O. & Wilde, J. Security: **A New Framework for Analysis.** United Kingdom: Lynne Rienner Roland Publishers, 1998.

BUZAN, B., WAEVER, O. **Regions and Powers:** the structure of international security. [S.l]: Cambridge University Press, 2003.

BUZAN, Barry & WAEVER, Ole. **Regions and powers:** the structure of international security. 5. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A evolução dos estudos de segurança internacional.** São Paulo: Ed.Unesp, 2012.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos. **Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília, Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2010. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/Estratégia-Nacional-de-Defesa.pdf>>. Acesso em: 10 dez.2010.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial**: anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política de Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm>. Acesso em: 15 jul. 2010.

BRASIL Ministério da Justiça e Cidadania. **Mapeamento das políticas públicas federais na faixa de fronteira**: interfaces com o plano estratégico de fronteiras e a estratégia nacional de segurança pública nas fronteiras. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, 2016. Disponível em:<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiM28Wj2pfRAhUEIJAKHW4sAooQFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.justica.gov.br%2Fsua-seguranca%2Fseguranca-publica%2Fanalise-e-pesquisa%2Fdownload%2Foutras_publicacoes%2Fpagina-3%2Fmapeamento-daspoliticafederaisnaff.pdf&usg=AFQjCNFegEM_ZpLHdJRzJmIGt1KK6AZ5dg&sig2=D3ITUWLzgiinGPQH3TFpw>. Acessado em: 20 dez. 2016.

BRASIL Ministério da Justiça e Cidadania. **Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON)**. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, 2011. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoespermanentes/credn/audienciaspublicas/2011/acomp-anhar-e-esclarecer-as-acoas-e-dificuldades-encontradas-para-prover-a-devida-protecao-as-fronteiras-brasileiras-1/apresentacao-enafron>>. Acesso em: 26 set. 2016.

BRASIL Ministério da Justiça e Cidadania. **Plano Nacional de Segurança Pública – 2017**. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, 2017. Disponível em: <www.justica.gov.br/noticias/plano-nacional-de-seguranca-preve-integracao-entre-poder-publico-e-sociedade/pnsp060117.pdf>. Acessado em: 06 jan. 2017.

BACKHEUSER, E. **Teoria das Fronteiras**: curso de Geopolítica Geral e do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1952.

BRICEÑO-LEON, R. Trabalhando com a diversidade metodológica quatro modelos de integração de técnicas qualitativas e quantitativas de investigação nas ciências sociais (PARTE III). In: GOLDENBERG, P; MARSIGLIA, R.M.G; GOMES, M.H.A. **oO Clássico e o Novo**: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

CANDINA, A. Carabineros de Chile: una mirada histórica a la identidad institucional. In: DAMMERT, L; BAILEY, J. **Seguridad y reforma policial en las Américas**: experiencias y desafíos. Cidade de México: Siglo XXI, 2005.

CARDOSO, L. R. **Direito Legal e Insulto Moral**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

CARDOSO, C. F. **Economia e Sociedade em Áreas Coloniais Periféricas**: Guiana Francesa e Pará (1750-1817). Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CARTAXO, M. A. **A nacionalidade revisitada: o direito fundamental à nacionalidade e temas correlatos.** [S.l:s.n], 2010.

CASTELLS, M. **Sociedade em rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura.** São Paulo: Paz e Terra. 1999.

CERVO, A. L. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros.** São Paulo: Saraiva, 2008.

CORREA, P. G. P. **Iniciativas de Integração e Segurança dos países amazônicos e o papel do Brasil nesse contexto.** São Carlos: EdUFSCAR, 2014.

CORREA, P. G. P. **Integração e segurança na Amazônia transnacional.** In: Defesa, segurança e estratégia. Campinas: Mercado das Letras, 2012.

COSTA, E. V. **Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998

COSTA, G. **La ventana rota y otras formas de luchar contra el crimen.** Tres estrategias, dos soluciones, un camino. Lima: Instituto de Defensa Legal, 2007.

COSTA, G; YÉPEZ, E; ROMERO, Carlos. **La percepción de los alcaldes y los jefes policiales sobre los comités de seguridad ciudadana de Lima Metropolitana.** Lima: Ciudad Nuestra, 2008.

COSTA, W. M. O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração. **Confins**, Paris, v. 7, n.9, p. 7, 2009.

DAS, V; POOLE, D. **Anthropology in the margins of the State.** Santa Fé: School of American Research Press, 2004.

DAS, V. **Violence and Subjectivity.** Berkeley: California Press, 2000.

DEUTSCH, K. **Análise das Relações Internacionais.** Brasília: Ed. UNB, 1982.

DOMINGOS NETO, M.; MARTINS, M. D. Significados do nacionalismo e do internacionalismo. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p.44-48, jan./jul. 2006.

DOMÍNGUES, J. **Security, Peace and democracy in Latin America and the Caribbean: challenges for the post-coldwar era.** Pittsburg: PittsburgUniversity Press, 2006.

ESTY, D; IVANOVA; MARIA, H. **Global Environmental Governance: options & opportunities.** [S.l]: Law & Policy, 2002.

EXÉRCITO BRASILEIRO - EB . Noticiário do Exército. **Rendição de Vila Brasil.** Brasília: EB, 2015. Disponível em: <<https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito>>. Acesso em: 31 dez.2019.

- EXÉRCITO BRASILEIRO - EB. Noticiário do Exército. **1º Pelotão Especial de Fronteira: Militares e Índios formam amálgama do povo Brasileiro, na defesa do País**. Brasília: EB, 2019. Disponível em: <<https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito>>. Acesso em: 16 nov.2019.
- FABIÁN SAIN, M. **La reforma policial en América Latina: una mirada crítica desde el progresismo**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.
- FAWCETT, L.; HURRELL, A. **Regionalism in World Politics: regional organization and international order**. New York: OUP, 2000.
- FELDMAN-BIANCO, B. Globalização, Nação e Diáspora: incorporação de Transmigrantes na criação de nações Desterritorializadas. In: FELDMAN-BIANCO, B; CAPINHA, G. **Identidades, estudos de cultura e poder**. São Paulo: Ed Hucitec, 2000.
- FERNÁNDEZ, V. R. Estrategia(s) de desarrollo regional bajo el nuevo escenario global local: revisión crítica sobre su(s) potencialidad(es) y límites. **Revista EURE**, Santiago, v.27, n.82, p.22-27, dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S025071612001008200003>. Acesso em: 16 nov.2019.
- FLEMES, D. Notas teóricas sobre a formação de uma comunidade de segurança entre a Argentina, o Brasil e o Chile. **Rev. Sociol. Polit.**, v.22, n.24, p. 217-231, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782005000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 nov.2019.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola. 2011.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. Disponível em: <<https://ayrtonbecalle.files.wordpress.com/2015/07/foucault-m-nascimento-da-biopolc3adtica.pdf>>. Acesso em: 16 nov.2019.
- FOUCAULT, M. **Vigiar E Punir: história da violência nas prisões**. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. Disponível em: <https://identidadesculturas.files.wordpress.com/2011/05/geertz_clifford-_a_interpretac3a7c3a3o_das_culturas.pdf>. Acesso em: 16 nov.2019.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GONÇALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas, São Paulo: Alínea, 2001.

GUIMARES, S; Veloso, F. **É Possível: gestão de segurança pública e redução da violência**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos de Política Econômica, 2008.

GLOBO AMAPÁ. Aduana da ponte binacional no AP fica pronta só no fim de 2014, diz Dnit. **Portal G1**, notícias, Macapá, 13 dez. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2013/12/aduana-da-ponte-binacional-no-ap-fica-pronta-so-no-fim-de-2014-diz-dnit.html>>. Acesso em: 10 jan.2019.

GLOBO AMAPÁ. Senado aprova acordos para abrir ponte binacional entre AP e Guiana. **Portal G1**, notícias, Macapá, 21 ago. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/08/senado-aprova-acordos-para-abrir-ponte-binacional-entre-ap-e-guiana.html>>. Acesso em: 10 jan.2019.

GLOBO AMAPÁ. França promulga acordos para abrir ponte binacional entre Brasil e Guiana. **Portal G1**, notícias, Macapá, 22 jul.2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2016/07/franca-promulga-acordos-para-abrir-ponte-binacional-entre-brasil-e-guiana.html>>. Acesso em: 10 jan.2019.

GLOBO AMAPÁ. Ponte entre AP e Guiana receberá R\$ 14 milhões para conclusão da obra. **Portal G1**, notícias, Macapá, 30 ago. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2016/07/franca-promulga-acordos-para-abrir-ponte-binacional-entre-brasil-e-guiana.html>>. Acesso em: 10 jan.2019.

HALLIDAY, F. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 1999.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do fim do território à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HELD, D; McGREW, A. **Globalization Theory: approaches and controversies**. Cambridge: Cambridge University Press. 2007.

HERRERA, A. **el desgobierno de la ciudad y la política del abandono**, [S.l]: UACJ, 2010.

HOLSTON, J. **Insurgent citizenship**. Princeton: Princeton University Press, 2008.

HOUSE, J. The Frontier Zone: a conceptual problem for policy makers. **International Political Science Review**, v.4, n.1, p. 456-477, 1980.

HURRELL, A. An emerging securitycommunity: in South America? In: ADLER, E; BARNET, M. **Security Communities**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

HURRELL, A. Regionalism in a Theoretical perspective. In: FAWCETT, L.; HURRELL, A. **Regionalism in World Politics: regional organization and international order**. New York: OUP, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Oiapoque - Panorama**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/oiapoque/panorama>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL – IGHMB. II **Ciclo de Estudos de História Militar da Amazônia**. [S.l]: IGHMB, 2018. Disponível em: <<https://www.ighmb.org.br>>. Acessado em: 12 out. 2018.

INTERNATIONAL CENTRE FOR THE PREVENTION OF CRIME – ICPC. **International reporte - Crime prevention and community safety: trends and perspectives**. Montreal: ICPC, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA . **Audiência Pública: Segurança e Fronteira no Brasil**. Brasília: IPEA, 2016. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwj0JGjzZfRAhVIH5AKHTSCDhIQFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fwww19.senado.gov.br%2Fsdleggetter%2Fpublic%2FgetDocument%3Fdocverid%3Dc3c8646e-cd17-4da1-9682-586f03556680%3B1.0&usg=AFQjCNEKViBS3-2B5SpswXJbCAWK4b5r7g&sig2=msBhsdaR4VFeEQmUzOwadg>>. Acesso em: 08 dez. 2016.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência**. Brasília: IPEA, 2016.

JACKSON, R; SORENSEN, G. **Introdução às Relações Internacionais**. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2015.

JERVIS, R. Cooperation under Security Dilemma. **World Politics**, v.30, n.2, p.167-314, 1978.

JESSOP, B. La economía política de la escala y la construcción de las regiones transfronterizas. **EURE**, Santiago, v.30 n.89, p.55-59, maio 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI ANDRADE, M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LATTIMORE, O. Origins of the Great Wall of China: a frontier concept in theory and practice. **Geographical Review**, v.27, n.4, p.529-549, 1937

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LIMA, R. S.; RATTON, J. L. **As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Urbania; ANPOCS, 2011.

LIMA, R. S. **Between Words and Numbers: violence, democracy and public safety in Brazil**. Saarbrücken: [s.n], 2010.

LIMA, R. S. **Entre palavras e números: violência, democracia e segurança pública no Brasil**. São Paulo: Casa Editorial, 2011.

LIMA, R. S; BRITO, D. C. Segurança e desenvolvimento: da defesa do Estado à defesa da cidadania. In: BARREIRA, C.; SÁ, L.; AQUINO, J. P. **Violência e dilemas civilizatórios**: as práticas de punição e extermínio. Campinas: Pontes, 2010.

LIMA, R. S; BRITO, D. C. **Contando Crimes e Criminosos em São Paulo**. [S.l:s.n], 2005. Disponível em: <http://www.crisp.ufmg.br/tese_RenatoSergioLima.pdfTH>. Acesso em: 08 jan.2016.

LISBOA BACHA, E; SCHWARTZMAN, S. **Brasil**: a nova agenda social. Rio de Janeiro: Editorial Nacional, 2011.

LORENZETTI, J; CARRION. R. M. Governança Ambiental Global: atores e cenários. Cad. EBAPE, Rio de Janeiro, v.10, n.3, p.22-27, set. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512012000300014> >. Acesso em: 08 jan.2016.

MAC LAREN, K. **Tough is not enough – getting smart about youth crime**: a review of research on what works to reduce offending by young people. Wellington: Ministry of Youth Affairs, 2000.

MACHADO, L. O. **Espaços Transversos**: tráfico de drogas ilícitas e a geopolítica da segurança. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

MARTINS FILHO, J. R. A visão militar sobre as “novas ameaças” no cenário da Amazônia Brasileira. In: SOARES, S. A; MATHIAS, S. K. **Novas Ameaças**: dimensões e perspectivas. São Paulo: Sicurezza, 2003.

MEDEIROS FILHO, O. **Entre a cooperação e a dissuasão**: políticas de defesa e percepções militares na América do Sul. 2010. 240 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MELÉNDEZ, J; OROZCO, R; MOYA, S; LÓPEZ, M. **Uma aproximación a la problemática de la criminalidade organizada en las comunidades del Caribe y de fronteras**. Manáguá: IEEPP, 2010.

MELO, J; SIMIÃO, D; STEPHEN, B. **Ensaio sobre Justiça, Reconhecimento e criminalidade**. Brasília: EDABA, 2016.

MISSE, M; MARCOS L. B. **As guardas municipais no Brasil**: diagnóstico das transformações em curso. Rio de Janeiro:[s.n], 2010.

MIYAMOTO, S. O Mercosul e a segurança regional: uma agenda comum? **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v.16, n.1, p.33-39, jan.2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392002000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 ago. 2010.

NASCIMENTO, D. M. Geopolítica e Forças Armadas na Amazônia: desafios políticos e institucionais para a defesa no século XXI. In: **Amazônia e Defesa**: dos fortes às novas conflitualidades. Belém: NAEA/UFPA, 2010.

NOGUEIRA, J. P; MESSARI, N. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OLIVEIRA, R. C; BAINES, S. **Nacionalidade e Etnicidade em Fronteiras**. Brasília: UNB, 2005.

OTANI, N.; FIALHO, F. A. P. **TCC: Métodos e Técnicas**. 2. ed. Florianópolis: Visual Books. 2011.

PEGLER, L. Peasant inclusion in global value chains: economic upgrading but social downgrading in labour processes? **The Journal of Peasant Studies**, v. 42, n.6, p.22-27, 2015. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/eprint/PjvreygNKP92mHQ55XWC/full>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

PERKMANN, M; SUM, N.L. Globalization, regionalization and cross-border regions: scales, discourses and governance. In: PERKMANN, M.; SUM, N.L. **Globalization, regionalization, and cross-border regions**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2002. Disponível em: <<https://dspace.lboro.ac.uk/dspacejspui/bitstream/2134/661/3/ch1Perkmann%2BSum.pdf>>. Acesso em: 22 jun.2019.

PINHEIRO, LETICIA; MILANI, CARLOS R.S. **Política externa brasileira: as práticas da política e a política das prática**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2012.

POUNDS, N.J.G. France and 'Les Limites Naturelles' from the Seventeenth to the Twentieth Centuries. **Association of American Geographers**, v.44, n.1, p.51-62, 1951.

PRECIADO, J. América Latina no sistema-mundo: questionamentos e alianças centro-periferia. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p.33-38, maio-ago, 2008.

PROCÓPIO, A. A Amazônia Caribenha. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.5, n. 50, p.33-38, 2007.

RAFFESTIN, C. Autour de la Fonction Sociale de la Frontière. **Espaces et Sociétés**, v.9, n.2, p. 70-7, 1993.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, A. C. F. A Ocupação Portuguesa do Vale Amazônico. In: HOLANDA, S. B. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1985.

REIS, A. C. F. A Ocupação de Caiena. In: HOLANDA, S.B. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1985.

ROMERO, E. **Uma forma fácil y barata de hacer justiça**. [S.l:s.n], 2009.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social, métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2011.

SANTOS, B. S. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Tempo Social**, São Paulo, v.5, n.2, p.31-52, 1993.

SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. **Territórios e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, G. V. A região das Guianas e o papel do OBFRON na compreensão regional. **Revista de Geopolítica**, v.7, n.4, p.6 - 23, 2016.

SILVA, G. V. **Usos Contemporâneos da fronteira franco-brasileira**: entre os ditames globais e a articulação local. Macapá: UNIFAP, 2013.

SILVEIRA, A. M. **Prevenindo homicídios**: avaliação do programa Fica Vivo no Morro das Pedras em Belo Horizonte. Belo Horizonte: EdUFMG, 2007.

SOARES, L. E. **Justiça**: pensando alto sobre violência, crime e castigo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SOARES, L. E. **Segurança tem saída**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

SOJO, A., & HOPENHAYN, M. **Sentido de pertencencia en sociedades fragmentadas**: América Latina desde una perspectiva global. Madrid: Siglo XXI, 2011.

STEIMAN, R.; MACHADO, L.O. **Limites e Fronteiras Internacionais**: uma discussão histórico-geográfica. [S.l:s.n], 2002.

SUPERTI, Eliane. **Integração Internacional e Políticas Públicas de Defesa e Segurança na Fronteira Setentrional Amazônica**: reflexões sobre a condição fronteiriça amapaense. [S.l:s.n], 2016. Disponível em: <www.revistaintellecter.cenegri.org.br>. Acessado em: 27 dez. 2016.

STEIMAN, R.; MACHADO, L.O. **Limites e Fronteiras Internacionais**: uma discussão histórico-geográfica. [S.l:s.n], 2002

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Acórdão nº 2.252/2015-Plenário. **Avaliação de governança de políticas públicas, fortalecimento da faixa de fronteira, análise sistêmica das oportunidades de melhoria constatadas e recomendações aos órgãos responsáveis**. Brasília: TCU, 2015. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F99F813014FB44F0D0500F4&inline=1>>. Acesso em: 27 set. 2016.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Pacto pela boa governança, um retrato do Brasil**: contribuição dos tribunais de contas para os governos eleitos. Brasília: TCU, 2016. Disponível em: <<file:///C:/Users/r776630/Downloads/Pacto%20para%20boa%20governança%20-%20TCU%20-%20completo.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2016.

TELLES, V. S. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: ARGUMENTVM, 2010.

VIGEVANI, T ; OLIVEIRA, M. F. A política externa brasileira na era FHC: um exercício de autonomia pela integração. **INTERthesis**, Florianópolis, v. 3, n. 3, p. 1-44, 2005.

VILLA, R. Limites do ativismo venezuelano para a América do Sul. **Política Externa** São Paulo, v.16, n.9, p. 37-49, 2007.

YÉPEZ, Enrique. **Seguridad ciudadana**: catorce lecciones fundamentales. Lima: Instituto de Defensa Legal, 2004.

ZINECKER, H. Transição incompleta y sociedade civil violenta. In: **Sociedade civil en América Latina**: representación de intereses y gobernabilidad, de Peter Hengstenberg. Caracas: Nueva Sociedade, 1999.

ZUÑIGA, L. **Conjugando estrategia nacional y política local en seguridad**: el caso de Chile. [S.l]: FLACSO-Chile, 2010.